



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Adolescência e ofensa sexual: [In]Visibilidade dos Vínculos Familiares

Mariana Miranda Borges

Brasília/DF
Junho 2018



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Adolescência e ofensa sexual: [In]Visibilidade dos Vínculos Familiares

Mariana Miranda Borges

Orientadora: Profa. Dra. Liana Fortunato Costa

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Psicologia. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do
Instituto de Psicologia da Universidade de
Brasília.

Brasília/DF
Junho 2018

"Adolescência e ofensa sexual: [In]Visibilidade dos Vínculos Familiares"

Banca Examinadora:

Presidente:

Prof^ª. Dra. Liana Fortunato Costa

PPGPsic/CC/IP/UnB

Membros:

Prof^ª. Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

PPGPsic/CC/IP/UnB

Prof. Dr. Antônio de Pádua Serafim

Universidade de São Paulo

Suplente:

Prof^ª. Dra. Isabela Machado da Silva

PPGPsic/CC/IP/UnB

Dedico este trabalho a todas as famílias em situação de violência

Eu não gosto do bom gosto
Eu não gosto do bom senso
Eu não gosto dos bons modos
 Não gosto
 Eu aguento até rigores
Eu não tenho pena dos traídos
Eu hospedo infratores e banidos
 Eu respeito conveniências
 Eu não ligo pra conchavos
 Eu suporto aparências
Eu não gosto de maus tratos
Mas o que eu não gosto é do bom gosto
 Eu não gosto do bom senso
 Eu não gosto dos modos
 Não gosto
 Eu aguento até os modernos
 E seus segundos cadernos
 Eu aguento até os caretas
 E suas verdades perfeitas
Mas o que eu não gosto é do bom gosto
 Eu não gosto do bom senso
 Eu não gosto dos modos
 Não gosto
 Eu aguento até os estetas
Eu não julgo a competência
 Eu não ligo para etiqueta
 Eu aplaudo rebeldias
 Eu respeito tiranias
 Eu compreendo piedades
 Eu não condeno mentiras
 Eu não condeno vaidades
Mas o que eu não gosto é do bom gosto
 Eu não gosto do bom senso
 Eu não gosto dos modos
 Não gosto
 Eu gosto dos que têm fome
 Dos que morrem de vontade
 Dos que secam de desejo
 Dos que ardem...

(Senhas – Adriana da Cunha Calcanhoto)

Agradecimentos

Os agradecimentos desta dissertação são para as pessoas que me ajudaram a me manter em Brasília e na construção da dissertação, fazendo com que todo esse processo fosse possível. Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, irmãs, irmão e sobrinho por todo o apoio emocional, afetivo e financeiro. Foi a primeira vez que nos distanciamos por muito tempo e muitos quilômetros, mas pudemos aprender a construir relacionamentos mais maduros e solidificados, cada um da sua maneira aprendendo e se esforçando para ser mais presente um na vida do outro. Aprendi muito sobre esta fonte inesgotável de amor!

Aos meus amigos e amigas (Junia, Tássio, Larissa, Gabriela Maximiano, Gabriela Rafaela, Jonatha, Camila) de Palmas que vieram a Brasília em alguns momentos para acalantar o meu coração nesta cidade de saudades. Quando chegava a Palmas, ainda era super - acolhida, me fazendo lembrar que, apesar de tanta invisibilidade na capital do país, ainda podia ser enxergada com alguma importância. Foi lindo o apoio de vocês e continuará sendo, pois ainda teremos muita vida juntos(as)!

Aos meus colegas de trabalho do CEDECA (Mônica, Rafaela, Bárbara, Matheus, Beatriz, Betinha, Luzia, Ladylaura, Simone), sou muito grata por durante esses dois anos poder permanecer nessa equipe e propormos um mundo novo juntas! Continuar acompanhando alguns casos e incidências políticas, participando de encontros, me auxiliou na concentração dos motivos de estar no mestrado e sentir que não estava falando sozinha sobre o que estava estudando e produzindo conhecimento. Vocês sempre deixaram uma luz acesa em meu peito que direcionava as minhas ações e intenções!

Além do apoio à distância, esse período foi de reencontros também, tais como Marina, Jaqueline e Jonas, que nos breves encontros me auxiliaram a construir melhores análises de contextos, me deram afeto, risadas, choros. Além disso, pude construir outras parcerias que me

ajudaram a manter o foco, tornar os dias mais leves e afetuosos e visualizar imagens belas através das janelas com Júnior, Felipe e Luíza Camurça.

Brasília também foi muito generosa ao colocar Gódiva, Sara e Renata no meu caminho. Essas pessoas foram importantíssimas por terem me proporcionado a vivência de um lar nesta cidade, me auxiliando a ter segurança e menos preocupações. Agradecimentos sem fim a Sara e Renata que me acolheram, ampararam das maneiras mais sutis e que me deixaram muito marcada por esse cuidado.

À Kárita e Andrea que me ajudaram a viver a pesquisa de forma mais solidária, pois estiveram comigo compartilhando os estudos, ideias e estratégias. Às profissionais que realizam o atendimento dos adolescentes e adultos que cometeram ofensa sexual, Eika, Neula, Maria Alice, Monique, Lucy, Cássio, Cássia, Alana que confiaram em mim para compartilhar as experiências desse trabalho, auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa, aprendi sobre a técnica e manejo dos atendimentos. Muito obrigada! Pude aprender muito com todos(as)! Aos porteiros da casa da Liana que facilitaram com muita generosidade a entrega dos meus escritos à minha orientadora.

No decorrer do mestrado, tive a oportunidade de integrar um grupo de pesquisa que promoveria atendimento aos adolescentes que cometeram ofensa sexual. Essa experiência me possibilitou entrar em um contexto diferente, construir novas práticas e aprendizagens de forma coletiva. Agradeço a todos os integrantes do Grupo de Pesquisa e Intervenção Adolescência e Ofensa Sexual- GPIAOS (Daniela, Matheus, Andrea, Mariana, Gabriel, Amanda e Dalysa) por todo o aprendizado compartilhado e construído.

Agradeço muito a Liana por ter aceitado o desafio de me orientar nesse processo. Além de fazer o papel dela, acredito que me possibilitou ampliar a compreensão dos vários fenômenos ocorridos nas situações de violência, nomear os processos e na consolidação de um

conhecimento. Esses aprendizados mudaram substancialmente a minha compreensão de mundo.

Agradeço também à Silvia Lordello e Isabela Machado por terem qualificado o meu trabalho e acompanhado todo o meu processo durante esse período de Mestrado. Por fim, agradeço ainda a disponibilidade, bem como a do Dr. Antônio, de contribuírem na avaliação do meu trabalho.

Sou grata também ao financiamento de fomento da CAPES que possibilitou a conclusão da pesquisa e os inúmeros aprendizados.

Lista de Tabelas

Tabela 1- Série Histórica das denúncias de violência sexual no Disque 100.....	22
Tabela 2- Características dos sujeitos adolescentes da pesquisa	75
Tabela 3- Características das famílias pesquisadas.....	76
Tabela 4- Informação obtida de cada adolescente em qual instrumento.....	86

Lista de Imagens

Figura 1-Pressupostos dos Paradigmas da Ciência Tradicional e Contemporânea...	30
Figura 2- Escultura da Família de Lucinha e Cazuza.....	105
Figura 3- Escultura da Família de Léa e Frejat.....	106
Figura 4- Escultura Familiar de Cecília e Nando Reis.....	108
Figura 5- Escultura Familiar de Maria do Carmo e Renato Russo.....	111
Figura 6- Escultura Familiar de Cláudio Clan.....	113
Figura 7- Escultura familiar de Rita e Chico Science.....	115
Figura 8- Escultura Familiar de Nilda.....	117
Figura 9- Escultura Familiar de Chorão.....	118
Figura 10- Escultura familiar de Russo Passapusso.....	120
Figura 11- Escultura Familiar de Maria Eugênia e Raul Seixas.....	122
Figura 12- Genograma de Cazuza.....	125
Figura 13- Genograma de Frejat.....	127
Figura 14- Genograma Familiar de Nando Reis.....	129
Figura 15- Genograma Familiar de Renato Russo.....	131
Figura 16- Genograma Familiar de Humberto Gessinger.....	133
Figura 17- Genograma Familiar de Cláudio Clan.....	135
Figura 18- Genograma familiar de Chico Science.....	137
Figura 19- Genograma familiar de Chorão.....	139
Figura 20- Genograma familiar de Russo Passapusso.....	141
Figura 21- Genograma familiar de Raul Seixas.....	143

Lista de Siglas

SAVIS- Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual

ONG- Organização Não-Governamental

CF- Constituição Federal

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SINASE- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

CDC- Convenção dos Direitos Humanos de Crianças

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

PNEVSCA- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente

LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais

ABRAPIA- Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e Adolescente

GM- Grupo Multifamiliar

PAV- Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência

COMPP- Centro de Orientação Médico Psicopedagógico

GMTF- Grupos Multifamiliares de Terapia Familiar

TDAH- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

DPAC- Distúrbio de Processamento Auditivo Central

SGD- Sistema de Garantia de Direitos

RA- Região Administrativa

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	IX
Lista de Figuras.....	X
Lista de Siglas.....	XI
Resumo.....	XIV
Abstract.....	XV
Apresentação.....	16
1. Introdução.....	22
1.1 Justificativa.....	24
1.2 Objetivos	
1.2.1 Objetivo Geral.....	28
1.2.2 Objetivos Específicos.....	28
Capítulo I	
2. Referencial Teórico.....	29
2.1 Lentes Sistêmicas.....	29
2.2 Elemento I da Cena: Família & Incesto.....	34
2.2.1 Colírio dos Olhos da Família.....	46
2.3 Elemento II da Cena: Adolescência e Doutrina da Proteção Integral.....	47
2.4 Elemento III da Cena: Sexualidade e Violência Sexual.....	60
Capítulo II	
3. Método.....	68
3.1 Contexto da Pesquisa.....	68
3.1.1 Contexto Institucional da Pesquisa.....	71
3.2 Sujeitos.....	74

3.3 Instrumentos.....	77
3.4 Procedimentos da Coleta.....	78
3.4.1 Etapas do GM.....	79
3.4.2 Procedimento de coleta de informações.....	81
3.4.3 Procedimento da Análise de dados.....	82
3.5 Cuidados éticos.....	84
Capítulo III	
4. Resultados.....	86
4.1 Registro nos Prontuários: História de vida do adolescente, da família e da ofensa sexual cometida.....	86
4.2 Registro da Escultura Familiar: Descrição da Organização Familiar, dos Papéis Assumidos e da Qualidade de Vinculação de Cada Membro na Interação Familiar	105
4.3 Registro da Confecção do Genograma: Estrutura Familiar, Transgeracionalidade, Vinculação, Delegação.....	123
4.4 Diário de Campo sobre o Processo do Grupo Multifamiliar.....	144
Capítulo IV	
5. Discussão dos Resultados.....	156
5.1 Eixo I – Afetividade - Quero saber qual lugar eu ocupo na sua vida?.....	156
5.2 Eixo II – Vínculo - Fui... Mas, volto já.....	171
5.3 Eixo III – Comunicação - [In]Visibilidade do sofrimento da família em situação de ofensa sexual.....	178
6. Considerações Finais.....	186
7. Referências.....	191

Resumo

Borges, M. M. (2018). *Adolescência e Ofensa sexual: [In] - visibilidade dos vínculos familiares*. (Unpublished master's thesis). Universidade de Brasília, Brasília.

A ofensa sexual intrafamiliar praticada por adolescentes é um fenômeno crescente e tem afetado as interações familiares destes grupos. O objetivo desta dissertação é analisar os vínculos familiares do adolescente após o cometimento da ofensa sexual. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental. O estudo foi realizado em um serviço de saúde mental infanto-juvenil do Distrito Federal responsável pelo atendimento grupal às famílias de adolescentes encaminhados por suspeita ou cumprimento de medida de proteção, referentes ao cometimento da ofensa sexual. Os dados foram registrados durante o oferecimento de um grupo multifamiliar, durante o segundo semestre de 2017. Os participantes foram 10 famílias, com maior preponderância do tipo monoparental feminina. As informações foram disponibilizadas por meio da consulta aos prontuários das famílias: Dados dos documentos supramencionados, Escultura Familiar, Genograma, Registro das sessões do grupo multifamiliar, e o Diário de Campo da pesquisadora. Os dados foram organizados e interpretados na perspectiva da Análise Temática e a partir do referencial da Terapia Familiar Estrutural Sistêmica. Os resultados possibilitaram a identificação de três eixos: 1) Afeto - Eu quero saber qual o lugar ocupo na sua vida?; 2) Vínculo - Fui... Mas volto já; 3) Comunicação - [In] visibilidade do sofrimento das famílias. O primeiro eixo foi analisado por meio das informações sobre as interações ocorridas nas díades vítima - ofensor, mãe - adolescentes, ofensor - padrasto. A díade vítima - ofensor apresenta interação mediada por sentimentos e comportamentos de ambiguidade e dominação, e uma aparente indiferença. A criança vitimizada parece ter um papel de restabelecimento do vínculo afetivo entre o autor da ofensa e a(s) pessoa(s) que estão responsáveis pelo seu cuidado. A díade mãe - adolescente também apresentou a presença de ambiguidade. A díade ofensor - padrasto foi expressa por um sentimento de ameaça à troca de afetos entre mãe e filho. No segundo eixo, Fui...Mas volto já, foi observada a frágil vinculação afetiva do adolescente com a vítima e, para ambos (ofensor e vítima), a experiência da atividade sexual tinha a intenção de inclusão no papel masculino. O vínculo afetivo entre mãe e o adolescente foi percebido como frágil. O eixo da comunicação revelou os significados não explícitos da prática da ofensa sexual e a negação da família a respeito da violência cometida, em função do sofrimento produzido nessa situação. A partir destes resultados, orienta-se que as políticas públicas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes possam reconhecer o sofrimento inerente às famílias e ao adolescente que cometeu a ofensa sexual, compreender a necessidade da promoção do atendimento familiar dos autores de violência a fim de atuar sobre os motivadores e mantenedores do comportamento ofensivo, e incluir a perspectiva da complexidade e instabilidade nestas intervenções.

Palavras-Chaves: Adolescência; Ofensa sexual; Família; Vínculos.

Abstract

Borges, M. M. (2018). *Adolescência e Ofensa Sexual: [In] visibilidade dos vínculos familiares*. (Unpublished master's thesis). Universidade de Brasília, Brasília.

Intrafamilial sexual offense practiced by adolescents has been growing worldwide and affecting the family bonds of these groups. This thesis aims to analyze the family bonds of the adolescent after committing a sexual offense. It is a qualitative research with documentary intent. The study was performed in a service of youth mental health of the Federal District of Brazil responsible for group assistance to the families of adolescents that were referred because of a suspicion or as a protective measure regarding the practice of sexual offense. Data were recorded during the offering of a Multifamily Group in the second semester of 2017. The participants were 10 families, with a higher incidence of the female single-parent type. This information was provided by consulting the families' records: data from the above-mentioned documents, family sculpture, genogram, record of the Multifamily Group sessions, and the field diary of the researcher. The information was organized and interpreted in the perspective of the Thematic Analysis and from the reference of the Structural Systemic Family Therapy. The results allowed the identification of three axes: 1) Affection – I want to know what place I have in your life; 2) Bond – I'm leaving... but I'll be right back; 3) Communication – [In]visibility of the family suffering. The first axis was analyzed by means of information on the interactions that occurred in the dyads victim–offender, mother–adolescent, offender–stepfather. The victim–offender dyad was mediated by feelings and behaviors of ambiguity and domination. The relationship offender–victim was marked by a seeming indifference. Actually, the victimized child seems to have the role of maintaining the emotional bond between the offender and the person(s) responsible for their care. The mother–adolescent dyad was characterized by the presence of ambiguity. The offender–stepfather dyad was expressed by a feeling of threat to the affection exchange between mother and child. In the second axis, we observed a lack of emotional bond of the adolescent toward the victim and, for both, the experience of sexual activity, even if experienced with violence, had an intention of inclusion in the male role. The emotional bond between mother and adolescent was perceived as fragile. The communication axis revealed the non-explicit meanings of the practice of sexual offense and the denial of the family regarding the practiced violence due to the suffering caused by the situation. From these results, we advise that the public policies regarding sexual violence against children and adolescents should recognize the suffering inherent to the families and to the adolescent that practiced the sexual offense, understand the need to promote family assistance of the offenders in order to act on what motivates and maintains the offensive behavior, and include the perspective of complexity and instability in these interventions.

Keywords: Adolescence; Sexual offense; Bonds; Family

Apresentação

Eu sou uma aluna de mestrado originária da região norte do país, um local marcado pelo coronelismo, patriarcado, banalização da mulher e de diversas violências, além de uma enorme diversidade cultural e ambiental, o que a diferencia do restante do país. O local em que morei 21 anos da minha vida é o Tocantins. Esse estado, até 1988, foi considerado pertencente ao território goiano e devido ao descaso com a região norte desse espaço geográfico foi emancipado, sendo criado o Tocantins. Logo, esse lugar conquistava a independência como um adolescente que passa a ter maioria penal sem ter recebido as condições mínimas para um desenvolvimento social, físico, afetivo e psíquico. Dessa forma, o estado mais novo do país se encontrava e permanece em situação de vulnerabilidade. Isto reflete na informação de que o Tocantins é o 13º na relação de estados com maior incidência da violência contra a mulher, com a 6ª capital do país com maior índice de feminicídio, de acordo com o Mapa da Violência de 2015. Nos primeiros cinco meses do ano 2017, a Secretaria de Segurança Pública noticiou, através do site do Conselho Nacional de Justiça mais de 1400 casos de violência contra a mulher, sendo 17 feminicídios, 903 casos de ameaças, 376 denúncias de lesão corporal e 124 notificações de violência sexual. O Jornal do Tocantins ainda noticiou que o Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual - SAVIS observou um crescimento de 28,4% das pessoas atendidas de 2016 a 2017. Eu trago estas informações para contextualizar que diante de um território permeado por diversas violências, onde os direitos sexuais das mulheres não são respeitados e garantidos, sempre convivi com o tema desta dissertação de forma muito próxima.

Durante a minha graduação, os primeiros casos clínicos com que tive contato foram com essa temática. No terceiro período, cursei a disciplina de Estágio Básico III, na qual deveríamos observar um grupo com crianças de oito a 11 anos de idade e construir um parecer

psicológico de um(a) das(os) participantes. Nesse momento, o caso observado por mim era de um menino de 11 anos que havia sido violentado sexualmente no banheiro da escola e na quadra de esportes da sua rua. Posteriormente, no sétimo período, cursei a disciplina de Estágio Básico IV, na qual deveríamos realizar uma avaliação psicológica. A situação do encaminhamento para esse atendimento era de uma criança de nove anos que apresentava comportamentos de agitação psicomotora e hipersexualização no ambiente escolar. Diante das técnicas aplicadas, verifiquei que se tratava de um caso referente à ofensa sexual em curso. Nessa situação, foi interrompida a avaliação e feita a denúncia ao Conselho Tutelar e encaminhada para psicoterapia. No entanto, a criança não continuou o processo terapêutico. Esses dois casos me marcaram por serem os meus primeiros atendimentos clínicos e, junto com essa situação, aprendia a separar a vida profissional do pessoal, ainda que nesse primeiro momento, eu tenha voltado para casa pensando diversas vezes em como essas crianças estariam naquela situação. No decorrer da minha vida profissional, atendi outros casos com a temática da violência sexual, de forma que me proporcionaram menos sofrimento pessoal e a construção de novas habilidades para lidar com os mesmos. Diante disso, notava um amplo acesso às situações de violência e as formas deficitárias de enfrentamento, enquanto política pública. Acredito que um dos fatores para essa limitação seja o pouco incentivo à pesquisa na região norte do país, pois o trabalho científico é uma maneira de articular os serviços da rede de proteção e fortalecer as práticas profissionais.

Após ter me formado, passei em uma seleção para coordenar o serviço de psicologia da universidade em que havia me graduado e, concomitante, comecei a atender em clínica. No entanto este espaço de trabalho me fez conviver e participar de atividades com as quais não concordava e me faziam sentir angustiada e triste, relações permeadas por poder hierárquico, homogeneização e desvalorização do trabalho do psicólogo. Essas situações foram me desmotivando a continuar naquele ambiente universitário. Eu comecei a procurar outros

lugares para trabalhar, até que um dia uma das minhas amigas foi me visitar e mencionou sobre uma oportunidade de emprego. O trabalho seria em uma organização não governamental - ONG que defendia os direitos humanos de crianças e adolescentes e a vaga era para trabalhar em projeto denominado Farol, patrocinado pela Petrobrás. Nessa atuação, eu deveria assessorar seis municípios do Estado do Tocantins no acompanhamento realizado pelo Conselho Tutelar aos casos de violência sexual, elaboração de seis planos municipais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e construir um fluxo de atendimento para estas pessoas.

Quando cheguei à ONG, a minha alma já ganhou vida ao visualizar as paredes grafitadas com a história da Araceli (menina de nove anos que foi abusada sexualmente por cinco homens, em 18 de maio de 1973, no Espírito Santo. Alusão à história dessa criança que foi o motivo desencadeador da lembrança do 18 de maio como o dia de enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescentes) e fotos de diversas atividades com os adolescentes. A entrevista com uma das fundadoras da organização foi extremamente inspiradora. A ONG é coordenada por três mulheres que revolucionam o Tocantins e possuem uma fala firme, de muita luta e compromisso com a transformação social. Enfim, pedi demissão da universidade e comecei a trabalhar nessa organização. Em um mês de trabalho, fui encaminhada para participar de uma oficina que aconteceria em Brasília para pautar o atendimento ao autor da violência sexual. Esse evento fazia parte das atividades realizada pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual em decorrência da Copa do Mundo ocorrida no Brasil, em 2014. Essa oficina possibilitou que fosse compartilhado o conhecimento produzido nas universidades do Distrito Federal e Goiás, bem como experiências de trabalho com essa população no centro-oeste e sudeste do país na saúde, segurança pública, justiça e sociedade civil organizada. Durante esses dias, fui provocada a me atentar para o atendimento do(a) autor(a) da violência como forma de interrupção desta violação de direito, o que

possibilitou que pudéssemos fazer essa reflexão com os Conselhos Tutelares do Tocantins, nos seminários e reuniões da rede de proteção social da criança e do adolescente. Apesar disso, na maioria das vezes escutávamos que ainda não era o tempo de discutirmos sobre o(a) autor(a), pois ainda não conseguíamos efetivar o atendimento à vítima. Isto é uma verdade! No entanto, não pensar no atendimento ao autor é polarizar a compreensão da violência sexual e permitir que aquele sujeito continue fazendo novas vitimizações. Precisamos pensar em estratégias articuladas que possam romper com o ciclo da violência e promover proteção à vítima.

Diante dos casos acompanhados através do Conselho Tutelar, eu e a equipe psicossocial dessa ONG nos deparamos em diversos momentos com ambiguidade da criança e do(a) adolescente em relação a(o) autor(a) da violência sexual. Isso nos fazia questionar se estávamos escutando a voz daquela criança ou cumprindo de forma cartorária a legislação. Durante alguns meses, a minha opinião oscilava entre relativizar o direito de uma criança para manter uma empatia com o(a) autor(a) da violência e defender intransigentemente o direito da criança sem querer saber do(a) ofensor(a) sexual. As dicotomias confundiam o caminho a ser percorrido. Eu tentava lançar luzes por meio da literatura, mas não encontrava a lâmpada e às vezes encontrava a vela e faltava o fósforo. Isto porque a produção brasileira sobre o tema é escassa e quando encontrava um artigo estrangeiro tinha que pagar em dólares para ter acesso. Eu decidi que precisava dar fim ao dualismo e construir um conhecimento com uma base científica que pudesse garantir a proteção a vítima e responsabilização humanizada a(o) autor(a) da violência. Neste sentido, decidi fazer mestrado e construí alguns critérios para essa meta: o curso *stricto sensu* deveria ser ofertado por uma universidade federal, por que o Tocantins não me oferecia a possibilidade de cumprir este objetivo e não teria condição de pagar o mestrado e a moradia em outro estado; a Universidade deveria ter a possibilidade de ofertar bolsa. E existiam três pesquisadoras no Brasil que eu tinha vontade de conhecer, porque considerava que poderiam contribuir com esse meu objetivo devido à vasta produção sobre violência sexual: Liana

Fortunato Costa, Lúcia Cavalcanti Albuquerque Williams e Silvia Helena Koller. Quando saiu o edital da Universidade de Brasília, decidi tentar, mas esperava que fosse apenas uma experiência para saber como era. Eu fui passando nas fases e aumentava a minha pressão em ser aprovada porque, das três pesquisadoras, a Liana era a única que tinha produção sobre o autor da ofensa sexual e na cidade havia um serviço de atendimento ao adolescente que cometeu ofensa sexual e a abordagem sistêmica. Esses fatores possibilitavam o cumprimento das minhas expectativas. Depois da vivência de várias situações que mereciam um livro, eu fui aprovada na Universidade de Brasília e o meu planejamento foi acontecendo com o tempo.

Durante o período do mestrado, eu tive a oportunidade de vivenciar o tripé da Universidade: extensão, ensino e pesquisa. Essas experiências proporcionaram o aumento do conhecimento em clínica, intervenção psicossocial, rede de atendimento do Distrito Federal e o adolescente que cometeu ofensa sexual. A partir do conhecimento adquirido durante o processo do mestrado, pretendo desenvolver um projeto de atendimento aos adolescentes que cometeram ofensa sexual no Tocantins e região norte do país. Acredito que esta seja uma forma de disseminar o conhecimento adquirido e produzido, a possibilidade de provocar na rede de atendimento a necessidade de atender o(a) autor(a) da violência, bem como favorecer que a ciência possa promover transformações sociais. Vale ressaltar que a atual experiência na universidade me ajudou a perceber que esse espaço pode ser mais do que apenas relações de competição e vaidade. Este campo pode ser também de (r)existência, construção de ações de contracultura e de transformação.

1. Introdução

O Brasil tem uma dívida com as suas crianças e adolescentes devido à invisibilidade que legitimou inúmeras violações de direitos humanos a essa população. Do período Colonial até os anos 90, as crianças e os adolescentes foram marcados pela exclusão devido às classificações de pobres, periféricas, negras, indígenas, quilombolas e reconhecidas como adultos em miniaturas, como é descrito por Coimbra e Aires (2008) e Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005). Estes fatores são expressos através da invisibilidade que, de acordo com Sposato (2013), alimenta a repressão, possibilitando o aumento das violações de direitos humanos. A ditadura militar foi um ápice da repressão no país, o que possibilitou a construção de coletivos e movimentos sociais como resposta a esse processo. Mediante a luta popular em 1988, foi promulgada a Constituição Federal - CF (Brasil, 1988); em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) e, em 2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Brasil, 2012). As duas primeiras legislações propõem que o Estado garanta os direitos sociais a todos(as) e estabelece os órgãos responsáveis para o seu cumprimento e a terceira legislação orienta de como deve ser o atendimento aos adolescentes que cometeram ato infracional. Ressalta-se que essas legislações foram uma tentativa do Estado de reaver as violações de direitos promovidas às crianças e adolescentes. No entanto, pela falta de implementação dessas normatizações, as violações continuam sendo uma realidade da infância e da adolescência brasileiras, de forma que isto expressa como este público não é prioridade absoluta como recomendado na Convenção dos Direitos Humanos de Crianças - CDC (ONU, 2004/1989) e no ECA (Brasil, 1990).

Apesar do pouco avanço nessa área, essas legislações possibilitaram a construção de canais de denúncias, quando na Constituição Federal no artigo 227 reconhece que crianças e adolescentes são alvos de violência (Brasil, 1988). No ECA estabelece-se a criação dos

Conselhos Tutelares com a intenção da comunidade poder denunciar casos de violações de direitos com crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Posteriormente, o Disque 100 possibilitou a realização das denúncias através de telefone, internet, aplicativo ou correspondência e, além disso, resguarda a identidade do denunciante (Medeiros, 2014; Brasil, 2018).

Os canais de denúncias possibilitaram o controle social da sociedade civil a respeito das violações de direito. A partir dos dados do Disque 100 divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos, no ano de 2017, 58,91% das denúncias recebidas eram sobre as violências sofridas por crianças e adolescentes. Nesse segmento, 61.416 dos casos são referentes à negligência, 39.561 à violência psicológica, 33.105 à violência física, 20.330 à violência sexual e 11.944 a outras violências (policial, institucional, intolerância religiosa, entre outras) (Brasil, 2018). Considerando a violência sexual como uma grave violação de direito e a temática a ser abordada neste trabalho, será exposto o valor numérico das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes nos últimos sete anos.

Tabela 1

Série Histórica das denúncias de violência sexual no Disque 100

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10.699	40.699	35.091	25.595	19.727	17.523	22.324

Fonte: Brasil, 2018

No período de 2011 a 2012, houve um crescimento de 73,8% nas denúncias, no entanto nos anos seguintes as denúncias diminuíram. Araújo (2002) considera que os casos de violência sexual instalam um processo de crise na rede de atendimento, sendo muito comuns os encaminhamentos não resolutivos, de forma que os denunciantes descredibilizam essa ação. Nesta direção, o atual Balanço Anual Disque Direitos Humanos apresenta que os encaminhamentos feitos por esse canal de denúncia possuem o retorno de 15% das informações

recebidas. Isso pode ter influenciado na diminuição das denúncias nos anos seguintes. Ainda assim, as violações dos direitos sexuais continuam sendo emblemáticas no país.

O fato de as crianças e adolescentes serem o maior grupo com denúncias de violências reflete a falta de investimento no orçamento nas esferas da união, estaduais, municipais e distritais na construção de políticas públicas para esse segmento. O país ainda precisa avançar na escuta, na compreensão das crianças e adolescentes como sujeitos de direito e oportunizar a participação de crianças e adolescentes na construção de políticas públicas, assim como está sendo recomendado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA na resolução 191/2017 (Brasil, 2017).

Essa falta de prioridade e investimento, a vivência de inúmeras violações de direitos e as carências afetivas e sociais têm promovido que os adolescentes respondam de forma violenta ao Estado. Afinal, não aprenderam a se comunicar de forma diferente, pois as relações com os familiares, policiais e demais atores da rede são mediadas pela violência. Ressalta-se que essa é uma maneira de os adolescentes garantirem a visibilidade e a mídia atua como um importante ator na manutenção do contexto de evidência do jovem através da violência. Cal e Santos (2015) realizaram uma pesquisa a partir de reportagens jornalísticas e apresentaram o discurso da mídia em relação ao adolescente que cometeu ato infracional. Nesse estudo, os autores identificaram as reportagens como um dispositivo da mídia, que espetaculariza a violência praticada pelos adolescentes, e o discurso mais recorrente é a periculosidade dos mesmos, de forma que as crianças e adolescentes são enxergadas pela sociedade quando praticam atos violentos. Apesar disso, não são todos os atos infracionais que aumentam a visibilidade dos adolescentes. As contravenções de cunho sexual na adolescência são invisibilizadas. Essa dissertação vem, nesse sentido, lançar luzes sobre as relações familiares dos adolescentes, que cometeram ofensa sexual, atendidos no ano de 2017 em um serviço de saúde mental infanto-juvenil do Distrito Federal.

1.1 Justificativa

A violência sexual está entre as quatro violações que ocorrem com maior frequência contra crianças e adolescentes no Brasil (Brasil, 2018). A respeito do autor da violência sexual, Worling e Langton (2015) mencionam que, em contexto internacional, tem sido observado o aumento da incidência de casos em que o adolescente comete essa violência. Segundo Worley, Church e Clemmons (2011), nos Estados Unidos aproximadamente 20% das prisões por ofensa sexual são praticadas por jovens e aproximadamente 40 a 50% dos crimes sexuais contra crianças com idade abaixo de 12 anos são cometidos por adolescentes abaixo de 18 anos. Ainda conforme Butler e Seto (2002), cerca de 10% a 15% dos adolescentes que cometeram ofensas sexuais continuam com tal conduta quando adultos e aproximadamente metade dos adultos ofensores sexuais relataram que sua primeira prática de violência sexual ocorreu durante a adolescência. O Levantamento Anual do SINASE aponta que no ano de 2014 houve 334 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, no Brasil, por atos infracionais de cunho sexual (Brasil, 2017), e no ano de 2015 este número aumentou para 344 (Brasil, 2018). Pincolini e Hutz (2014) informam que, no Rio Grande do Sul, 30% das ofensas sexuais foram praticados por pessoas com idade inferior a 18 anos, geralmente irmãos (as) e primos (as). No Distrito Federal, a Vigilância Epidemiológica notificou, de 2010 a 2014, 3.910 casos de violência sexual, sendo esta mais prevalente na faixa etária de 10 a 19 anos. Em relação à pessoa que cometeu a ofensa sexual, no ano de 2015, a violência foi mais praticada por adultos (184), seguida pelos adolescentes (47) (Distrito Federal, 2016).

A descoberta desse fato promove crise familiar (Pelisoli, Teodoro, Dell Aglio, 2007; Oliveira Jr et al., 2014). Diante disso, as famílias utilizam da manutenção do segredo como uma forma de solucionar o conflito (Lordello & Oliveira, 2012), sendo este um dos motivos

para não haver a denúncia e a situação ser resolvida no ambiente particular. Logo, existem poucas possibilidades de reconhecimento desta problemática e a construção de políticas públicas para o enfrentamento da mesma. Desenvolver trabalho com este assunto colabora com o rompimento desta lógica de camuflar esta problemática.

Uma alternativa construída pelo Estado brasileiro e considerada por Paixão e Deslandes (2010) como a principal política de enfrentamento à violência sexual no país é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente - PNEVSCA. Este plano propõe seis eixos de atuação: Prevenção, Atenção, Defesa e Responsabilização, Participação dos Adolescentes, Estudos e Pesquisa, Comunicação e Mobilização Social (Brasil, 2013). A seguir serão comentados os eixos de Prevenção, Atenção, Estudos e Pesquisas como norteadores da justificativa desse projeto.

O eixo da Prevenção tem como objetivo “assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa” (Brasil, 2013, p. 9). Penso, Conceição, Costa e Carreteiro (2012), Costa, Junqueira, Meneses e Stroher (2013) e Grant et al. (2009) destacam que os adolescentes que cometeram ofensa sexual vivenciaram a violência em suas próprias vidas, sendo necessário o conhecimento deste adolescente e a promoção de ações voltadas para a superação dos efeitos desta experiência. Essa proposta seria uma maneira de prevenir a incidência de novos casos e ampliar a perspectiva de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O eixo da Atenção tem como orientação a oferta de atendimento às pessoas que sofreram a violência sexual, à pessoa que cometeu a ofensa sexual e aos seus familiares. No entanto, conforme Meneses, Stroher, Setubal, Wolf e Costa (2016), há pouquíssimas experiências de atendimento aos adultos que cometeram a violência sexual e observa-se o mesmo fenômeno na adolescência. Em defesa da garantia do atendimento, Costa e Santos (2013) destacam a natureza paradoxal das medidas protetivas em casos de violência sexual

intrafamiliar. As autoras destacam que, apesar de a responsabilização da pessoa que cometeu violência sexual se apresentar como uma importante forma de controle social, somente manter o ofensor recluso não é suficiente para a prevenção de uma recidiva. Em geral, o ofensor precisa de tratamento e acompanhamento (Ryan, 2012; Prybylski, 2015; Worling & Langton, 2017). E, neste sentido, o limitado conhecimento a respeito deste sujeito dificulta um atendimento que realmente promova resultados eficazes. Destaca-se que o atendimento, além de diminuir a possibilidade de nova incidência do comportamento ofensivo, possibilita que o ciclo da violência seja interrompido, bem como promove a humanização ao autor deste ato através do tratamento (Meneses et al., 2016; Silva, 2006).

O eixo de Estudos e Pesquisas tem a finalidade de “conhecer as expressões do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, estudos e pesquisas” (Brasil, 2013, p. 9). Neste sentido, observa-se a necessidade de maiores estudos a respeito do adolescente que cometeu a violência sexual, uma vez que as pesquisas sobre o assunto têm sido demonstradas de forma polarizada, apresentando informações com maior proporção sobre a pessoa do sexo feminino que sofreu a violência (Weiss, 2010; Cruz & Uziel, 2014).

Diversos estudos destacam a importância do conhecimento mais aprofundado sobre o adolescente que cometeu ofensa sexual (Butler & Seto, 2002; Worley et al., 2011; Pullman & Seto, 2012). Percebe-se um esforço dos pesquisadores internacionais e nacionais em identificar características dos ofensores e de suas famílias, uma vez que é fundamental conhecer tais adolescentes para que o acompanhamento seja especializado e diferenciado, buscando minimizar os riscos de uma possível reincidência. Porém, no Brasil, existe uma escassa produção sobre o tema (Costa et al., 2013; Nogueira da Silva Costa & Costa, 2013; Costa, Junqueira, Ribeiro, Meneses, 2011; Costa 2013). Os estudos brasileiros têm desenvolvido conhecimento a partir de pesquisas qualitativas, revelando informações sobre a subjetividade,

as relações familiares, o significado do ato ofensivo, a metodologia de atendimento e a vivência dos profissionais que promovem esse atendimento. O Brasil necessita produzir pesquisas quantitativas que possam desvelar a incidência, características do ato ofensivo, bem como do próprio adolescente. A produção dessas pesquisas poderia contribuir com o conhecimento do fenômeno no território nacional. Este trabalho tem a intenção de aprofundar o conhecimento acerca das relações familiares deste adolescente. Ressalta-se que a contribuição da academia é de grande importância, uma vez que os estudos produzidos viabilizam o desenvolvimento de perspectivas a respeito do tema e, por conseguinte, de enfrentamento. Sendo assim, o projeto desenvolvido nessa dissertação traz a oportunidade da construção de novos olhares sobre o assunto da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Sabe-se que estudar este tema envolve inúmeros desafios, pois são muitos os fatores que contribuem para a ocorrência do abuso sexual na família. Acredita-se que trabalhar com adolescentes que cometeram ofensas sexuais é uma forma de prevenir a violência. Assim, a presente pesquisa se mostra relevante, pois trará contribuições para a superação de algumas lacunas no conhecimento acerca dos adolescentes que cometeram ofensa sexual e seus vínculos afetivos na interação familiar, bem como a promoção de políticas públicas que favoreçam o atendimento e a responsabilização pelo ato cometido viabilizando a interrupção do circuito da violência (Meneses et al., 2016; Nichols & Schawartz, 2007; Silva, 2006). Além disto, este estudo permite dar voz às famílias que lidam com o drama do fracasso da proteção e a necessidade do pertencimento e do isolamento afetivo do autor da violência sexual (Pelissoli et al., 2007; Nogueira Costa Silva & Costa, 2013).

Para além das políticas públicas, este adolescente encontra-se em diversos contextos da sociedade (escola, igreja, lazer e outros) e em processo de desenvolvimento, assim sujeito a estabelecer diversas relações interpessoais. No entanto o olhar do outro, seja de um familiar ou de um amigo, muitas vezes se concentra apenas na cena da violência sexual. As formas como

as pessoas se relacionam com este adolescente contribuem para a formação da subjetividade do mesmo. Diante de interações baseadas na prática do ato ofensivo, é promovido o isolamento social, o distanciamento afetivo e a dificuldade de comunicação com os familiares, e são potencializados os sentimentos de vergonha, medo e culpa, os quais precisam ser considerados no processo de cuidado das pessoas em situação de violência (Ferrari, 2002; Costa, 2011). Acredita-se ainda que a produção e a disseminação do conhecimento sobre essa temática possibilitam a diminuição de estigmas nas relações de pertencimento, construção e desenvolvimento da identidade desse adolescente.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral:

Analisar os vínculos familiares do adolescente, após o cometimento da ofensa sexual.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar a qualidade da vinculação afetiva do adolescente que cometeu ofensa sexual com a pessoa que sofreu a violência sexual e com os demais familiares;
- Identificar como o subsistema parental e fraternal do adolescente que cometeu ofensa sexual percebe a violência praticada.

Capítulo I

2. Referencial Teórico

2.1 Lentes Sistêmicas

A presente proposta de estudo tem como fundamentação teórica o pensamento sistêmico, pois este tem sido considerado um importante recurso para o entendimento da adolescência e das relações familiares. Esta teoria é fundamentada no paradigma da ciência contemporânea. Esteves de Vasconcellos (2012) considera que a ciência teve origem em um paradigma tradicional, o qual é sustentado a partir de três princípios: simplicidade, estabilidade e objetividade. Esta autora acredita que estes fatores são limitados para apropriar as diversas realidades, em especial as relacionadas às ciências humanas. Sendo assim, Esteves de Vasconcelos (2012) descreve o paradigma emergente da ciência contemporânea baseada em três pressupostos: complexidade, instabilidade e intersubjetividade. No primeiro momento, a pensadora estabeleceu uma correlação entre os paradigmas da ciência tradicional e contemporânea e, posteriormente, avançou afirmando a necessidade de transformar o último em pensamento sistêmico, uma forma de compreender o mundo (Esteves Vasconcellos, 2012). Por conseguinte, Esteves de Vasconcellos ressaltou que os paradigmas não são excludentes, e sim complementares (Esteves de Vasconcellos, 1995). Abaixo, será descrito cada um dos pressupostos.

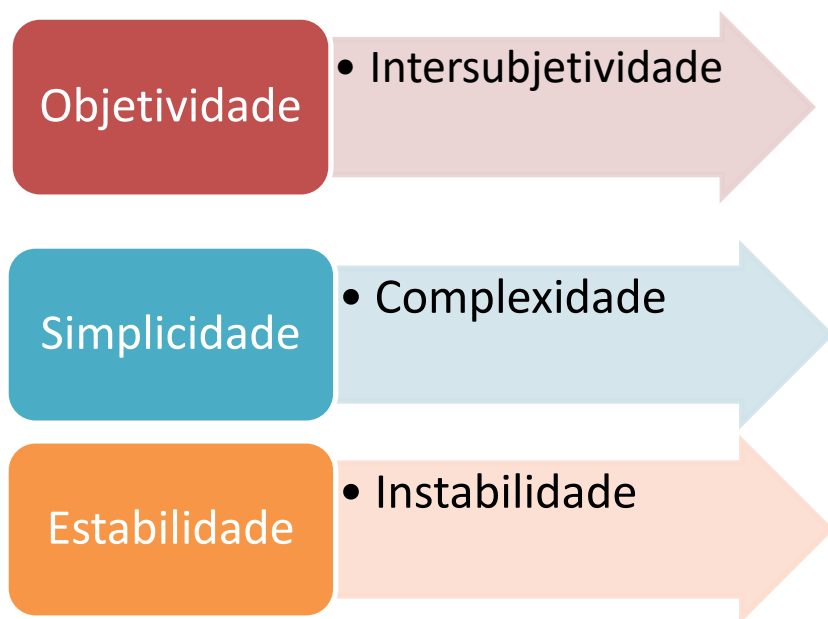


Figura 1: Pressupostos dos Paradigmas da Ciência Tradicional e Contemporânea (Adaptação de Esteves de Vasconcellos, 2012)

A simplicidade é um pressuposto da ciência baseada no microscópio, onde o mundo era compreendido a partir das fragmentações. Sendo assim, acreditava-se que seria possível explicar o objeto de estudo através da separação de elementos simples e causalidades lineares (causa e efeito). A complexidade traz a proposta de ampliar o foco do objeto com a intenção de entendê-lo em contexto, de forma que a compreensão não seja reduzida a elementos desconexos. Destaca-se que, ao compreender que este objeto está em relação, os elementos não desaparecem e nem se transformam em uma terceira forma. A complexidade conserva todos os elementos constituintes daquele objeto. Esteves de Vasconcellos (2012) defende que este movimento é realizado por meio do princípio dialógico, quando as dualidades são articuladas e mantêm as unidades como pontos centrais. Um exemplo exposto pela autora indica determinado sujeito como um ser autônomo e dependente, de maneira que uma qualidade não exclua a outra. Nesse sentido, a autora convida o leitor a observar a multifatorialidade presente no objeto (Esteves de Vasconcellos, 1995; 2012).

Morin (2003, p.89) também destaca a importância da contextualização dos fenômenos, uma vez que é preciso “substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une”, reconhecendo que as realidades são ao mesmo tempo solidárias e conflituosas. Para o autor, o pensamento disjuntivo e redutor predominante na ciência nos últimos anos deve ser substituído pelo pensamento complexo, no sentido originário do termo *complexus*, o que é tecido junto.

A estabilidade é explicada por duas qualidades: a previsibilidade e a controlabilidade. Essas características reafirmavam o caráter do fenômeno imutável e irreversível; afinal, nesta concepção, o *mundo é*. A instabilidade refuta a premissa de que o mundo é estável e as variáveis controláveis. Este conceito proposto por Esteves Vasconcellos (2012) assume que a realidade é um processo em vir a tornar-se, ou seja, mudança. A autora destaca ainda que as transformações no mundo sejam constantes. Diante dessa característica, não há como prever as condições da realidade e as variáveis que as controlam (Esteves de Vasconcellos, 1995; 2012).

A objetividade é a crença de conhecer a realidade do mundo de maneira objetiva, havendo apenas uma verdade sobre este mundo. A intersubjetividade questiona a possibilidade de conhecer o mundo objetivamente, uma vez que o objeto só é percebido de tal maneira por que existe um observador inserido em um contexto que compreende aquele objeto daquela forma. Ao assumir isto, reconhece-se que não existe uma única verdade para explicar algo, mas entende-se que existem diversas teorias coerentes para explicar um determinado fenômeno, sendo que a pergunta é a norteadora da teoria a ser utilizada. Além disso, reconhece-se que o conhecimento tem origem em uma subjetividade (Esteves de Vasconcellos, 2012).

Anteriormente, Esteves de Vasconcellos (1995) aplicava a teoria exposta acima na terapia familiar através da Cibernética, que é a teoria dos sistemas. No início do século XX, essa abordagem foi sendo construída a partir dos movimentos das máquinas e depois essa concepção foi transposta aos seres vivos. No primeiro momento da Cibernética, o sistema era

compreendido em duas instâncias: mecanicista e organicista. Enquanto a mecanicista se referia às técnicas de controle, autonomia e inovações tecnológicas, a organicista se preocupava em identificar os princípios e as leis do funcionamento. As duas instâncias desenvolvem atividades diferentes, no entanto são interdependentes e responsáveis pela ação progressiva e recursiva da Cibernética. A ação progressiva é a resposta interna do sistema frente às interferências externas (input/output). Esta resposta pode desestabilizar o sistema, de forma que seja necessário ser feita a autorregulação. A recursividade se refere ao processo de autorregulação, que é o sistema adaptando aos desvios das trajetórias com a intenção de cumprir a meta (Esteves de Vasconcellos, 1995).

A teoria da Terapia Sistêmica Familiar baseia-se em seis conceitos: equifinalidade, globalidade, homeostase, morfogênese, noção de causalidade circular e princípio da não-somatividade. A *equifinalidade* prevê o equilíbrio dos sistemas através da capacidade do organismo de proteger ou restaurar a sua integridade. Diante disso, é observado que, se os parâmetros iniciais forem equivalentes, o resultado tende a ser igual. Quando as condições iniciais forem diferentes, assim também será o resultado. A *globalidade* se refere à coesão do sistema, sendo que se algo for alterado em uma parte do sistema, esse promoverá mudança no todo. A *homeostase* é um dos processos de autorregulação que tem a intenção de proteger o sistema de qualquer desvio ou mudança, pois o objetivo é garantir a estabilidade. Desta maneira, a unidade familiar resiste à mudança. A *morfogênese* é o processo de auto transformação do sistema ou a procura por mudança. A noção de *causalidade circular* compreende a circularidade linear e avança na recursividade. Este conceito permite observar que não existem causas, mas um sistema de influências em interação, de forma que os problemas familiares são mantidos por uma série de ações e reações. O princípio da *não-somatividade* é a compreensão de que o comportamento total do sistema é maior do que a soma

das ações individuais (Nichols & Schawartz, 2007; Celestino & Bucher- Maluschke, 2015; Fiorini & Guisso, 2016).

A partir destes aportes conceituais, na década de 50, a Terapia Familiar começa a ser formulada. Em 1970 ocorre o surgimento de diversas escolas: Estratégica, Estrutural, Boweniana, Narrativa e Colaborativa (Nichols & Schawartz, 2007; Fiorini & Guisso, 2016). Nessa dissertação, será utilizada a abordagem Estruturalista para analisar os fenômenos, devido ao fato de esta ser a base da intervenção realizada com os adolescentes que cometeram ofensa sexual e ser uma teoria centrada nas relações entre os subsistemas. Além disso, a Escola Estrutural foi elaborada a partir das intervenções promovidas por Minuchin, no Harlem, com as famílias de adolescentes negros, em um contexto de vulnerabilidade psicossocial (Nichols & Schawartz, 2007). Desta maneira, acredita-se que esta corrente teórica se adeque melhor com o objetivo desta dissertação.

Salvador Minuchin tornou-se terapeuta em 1960 e, em 1970, criou a abordagem Estrutural, sendo definida pelo autor como um conjunto de técnicas e teorias que abordam o indivíduo dentro do seu contexto social (Minuchin, 1982). Esse autor acreditava que o sintoma de um indivíduo era originado pela disfuncionalidade familiar, de forma que seria necessário reestabelecer os limites e as hierarquias entre os subsistemas. O intuito desta abordagem é que a família se aproxime do modelo familiar definido pelos membros (Hoffman, 1981; Fiorini & Guisso, 2016). A partir disto, o terapeuta trabalha com as circunstâncias do presente para desenvolver a organização estrutural da família (Minuchin, 1982).

2.2 Elemento I da Cena: Família & Incesto

O pensamento sistêmico na Psicologia tem sido aplicado como uma abordagem de compreensão e atendimento às famílias. Pelisoli et al. (2007, p.258) afirmam que a família é a

"instituição social básica fundamental para a formação do indivíduo em um sistema de relações que inclui pessoas ligadas ao parentesco e/ou sentem-se pertencentes a um determinado contexto". Para Minuchin, Lee e Simon (2008), a família é um sistema aberto em transformação, constituindo-se de um grupo de pessoas conectado por emoção e/ou sangue. Os membros que constituem a família desenvolvem padrões de interação e vivenciam juntos diversas situações que justificam e explicam este processo. E nestas interações, os membros constroem uns aos outros. Os autores (Pelisoli et al., 2007; Minuchin et al., 2008) consideram que a família ultrapassa a questão da consanguinidade e valorizam o sentimento de pertencimento presente nesta relação. Pelisoli et al. (2007), Brito (2011) e Souza e Oliveira (2011) consideram que a família possibilita a construção do sujeito neste ambiente, pois propicia o desenvolvimento psíquico e a aprendizagem através da interação social e a transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais, proporciona o afeto para sobrevivência emocional, suporte para enfrentamento das ansiedades existenciais, e auxilia na superação das crises. Além disso, Costa e Marra (2013) apontam que a família possui objetivo externo de acomodar e transmitir uma cultura e interno de proteger psicossocialmente os seus membros. Estes fatores são desenvolvidos neste ambiente por ser o primeiro espaço social habitado por um sujeito.

Minuchin (1982) salienta que, para compreender as famílias, é necessário conhecer o contexto sócio-histórico da mesma. Por esse motivo, será descrito como foram formados os grupos familiares e os processos de transformações no mesmo. As famílias primitivas são os primeiros vestígios do grupo familiar na história (Engels, 1985; Porreca, 2008). Engels (1985) e Porreca (2008) tratam sobre as mudanças que historicamente modificaram a estrutura e a dinâmica das famílias até chegar às diversas maneiras de vivê-las, hoje. Engels (1985) e Souza e Oliveira (2011) consideram que a propriedade, o patriarcado e a urbanização foram fatores importantes para esse processo de mudança, pois viabilizaram que o homem fosse o

responsável pelos comandos realizados na família dentro de um espaço denominado casa, os quais eram propriedade desse sujeito. Nesse período, a figura paterna possuía o papel central como maior nível de poder na família, enquanto a materna era secundária e submissa às ordens do esposo (Cruz & Uziel, 2014). Cruz e Uziel (2014) salientam que, no século XVIII, a criança começou a ganhar destaque familiar por ser o herdeiro e isto aumenta a relevância da mulher neste espaço. Em 1960 foi inventada a pílula anticoncepcional e, posteriormente, em 1970, o movimento feminista começou a questionar o papel da mulher no mundo, em especial nas famílias. Dessa maneira, a mulher pôde ganhar uma parte do poder sobre o seu corpo, o que provocou mudanças no ambiente interno familiar e possibilitou que pudessem trabalhar fora de casa devido à necessidade de recursos humanos nas indústrias. Essa alteração diminuiu a quantidade de filhos em uma família e ampliou a renda familiar, o homem passou a desempenhar atividades domésticas, o valor individual na família tornou-se proporcional à renda, as funções desempenhadas pela mulher na família foram compartilhadas com outras instituições e as relações familiares tornaram-se mais horizontais (Satir, 1977; Porreca, 2008; Brito, 2011; Souza & Oliveira, 2011).

Em paralelo ao contexto social, de acordo com Carter e McGoldrick (2001), as famílias passam por um ciclo de vida, o qual é composto por diferentes fases: (1) jovens solteiros saem da casa dos pais, (2) casamento dos jovens, (3) família com filhos pequenos, (4) família com filhos adolescentes, (5) saída dos filhos de casa, (6) famílias no estágio tardio da vida. Fiorini e Guiso (2016) consideram que o ciclo das famílias no Brasil tem um diferencial que é a saída dos filhos e a entrada dos agregados e netos na família. Para Souza e Oliveira (2011) e Fiorini e Guiso (2016), o ciclo familiar no Brasil acontece da seguinte maneira: (1) Aquisição-Formação do casal até a fase da adolescência dos filhos; (2) Adolescência dos filhos; (3) Família madura - saída dos filhos de casa e, posteriormente, a entrada dos agregados, netos na família; (4) Casal volta a ficar sozinho. Souza e Oliveira (2011) explicam que a primeira fase

é marcada pela experiência da aquisição, a segunda pelo questionamento das crenças e valores familiares, a terceira pela independência e pela capacidade de gerenciar a própria vida e a última pela perda das funções e dos papéis familiares e sociais. Todas as famílias passam por estes ciclos como uma forma do desenvolvimento deste grupo, no entanto o mesmo pode ser interrompido por divórcios, separações, violência e mortes. Destaca-se que estes rompimentos do ciclo familiar podem ser mais frequentes em famílias com múltiplas carências.

Além dos fatores apresentados acima como influenciadores na relação familiar, a estrutura também se configura como um aspecto a ser considerado, pois se refere a um "conjunto invisível de exigências funcionais que organizam a maneira da família interagir" (Minuchin, 1982, p. 57). As interações ocorrem nos subsistemas, que podem ser formados por características semelhantes, tais como geração, sexo, tarefas ou interesses (Minuchin, 1982; Minuchin & Fishman, 1990; Costa & Penso, 2014).

Minuchin e Fishman (1990) consideram que há três subsistemas com significação singular na família: o conjugal, o parental e o fraternal. O subsistema conjugal é o primeiro a ser formado em uma família a partir da união de duas pessoas. Esta díade refere-se a um poderoso subgrupo de confirmação ou desqualificação de uma determinada realidade familiar e pode tornar-se o refúgio de tensões extrafamiliares. A principal função deste subsistema é a complementaridade e acomodação mútua. Além disto, a maneira como o casal interage cria subsídio para, futuramente, os filhos aprenderem a expressar os afetos, relacionarem-se com os parceiros frente às dificuldades, bem como lidar com os conflitos com os iguais. O subsistema parental surge com o nascimento do(a) primeiro(a) filho(a) e tem a função de estabelecer a maneira de educação dos(as) filhos(as) e socialização dos(as) mesmos(as). As tarefas desenvolvidas neste subsistema pela pessoa que possui a autoridade são de guiar, nutrir e controlar. Estas tarefas têm a sua intensidade modificada de acordo com o desenvolvimento dos(as) filhos(as) e a capacidade dos pais. Destaca-se que este papel nem sempre é

desempenhado pelos pais, havendo situações em que quem executa esta função são os avós (os), tios (as), irmãs (os) (Minuchin, 1982). A fratria é formada com o nascimento do segundo(a) filho(a) (Goldsmid & Feres-Carneiro, 2007). Este subsistema permite às crianças criarem uma fonte de “apoio mútuo, se divertirem, se atacarem” (Minuchin & Fishman, 1990, p.29), negociar, cooperar e competir. Enfim, os irmãos aprendem a estabelecer uma relação horizontal de paridade (Minuchin, 1982; Muniz & Feres - Carneiro, 2012). Quando a família possui vários(as) filhos(as), pode-se criar diversos subsistemas de acordo com o estágio de desenvolvimento, o gênero e outras atividades em comum.

A quantidade de subsistemas em um grupo familiar e de membros define a estrutura familiar. Féres - Carneiro, Magalhães e Zivani (2006) definem que as famílias podem ser: reconstituídas, monoparentais nucleares e extensas. Compreende-se aqui que as famílias reconstituídas são aquelas formadas após segunda união, possuindo os três tipos de subsistemas e sendo permeado por membros de outra família originária; famílias monoparentais são aquelas que apresentam apenas uma figura parental, somente a mãe ou o pai. Nessa estrutura familiar, apresenta-se apenas o subsistema parental e pode haver o fraternal; famílias nucleares são as famílias que possuem pai, mãe e filhos de uma primeira união, sendo composto pelos três subsistemas; e a família extensa é aquela que inclui membros de gerações anteriores, como avós(ôs), tios(as), primos(as), bisavós(ôs) (Féres - Carneiro et al., 2006). Ressalta-se que ainda existem as famílias que perdem o poder de guarda dos(as) filhos(as) e estas passam a ter a tutela acompanhada por outras instituições. Neste caso, as crianças ficam sob o cuidado de uma instituição ou família substituta e podem receber visitas dos núcleos originários. Minuchin (1982) salienta ainda os tipos de estruturas familiares que são permitidos pela sociedade.

A sociedade brasileira é marcada por uma diversidade de arranjos familiares, mas destaca-se o crescimento expressivo das famílias monoparentais femininas (Carvalho & Alves, 2010; Costa & Marra, 2013). Estas famílias apresentam um foco na sobrevivência dos membros

e as mães abdicam da sua saúde e sexualidade para garantir a vida aos filhos. Nota-se que a centralidade destas relações é mãe e filho, no entanto as genitoras possuem dificuldades de expressar afeto ou ter momentos de convivência em decorrência das longas cargas horárias de trabalho. Desta maneira, estas mulheres conseguem aliviar o sofrimento pertencente à sobrevivência e mantém as desigualdades sociais (Costa & Marra, 2013).

Um dos objetivos do grupo familiar é a transmissão de valores, crenças e cultura (Pelisolli et al., 2007; Nichols & Schawartz, 2007; Souza & oliveira, 2011; Costa & Penso, 2014; Costa & Marra, 2013) e, o mesmo desenvolve isto através dos padrões de interação. Estes padrões possibilitam que seja construída uma estrutura e conseqüentemente um funcionamento (Minuchin & Fishman, 1990). Na construção da dinâmica familiar, existem aspectos que influenciam este processo: regras, fronteiras, comunicação, poder, sentido de pertencimento, intimidade, afetividade, gênero, papéis, liderança, hierarquia, conflito, individualização, autoestima, coesão, relações de identificação, padrão transacional (Minuchin, 1982; Féres - Carneiro, 1996; Pelisolli et al., 2007; Costa & Penso, 2014). Destaca-se que aqui foram utilizadas diversas nomenclaturas com definições correlatas. Dessa forma, nessa dissertação, serão utilizados os termos elaborados por Minuchin para designar um modelo de família, os quais são: identidade, padrão transacional, fronteira, autoridade e mudança (Minuchin, 1982). Ressalta-se que serão esses fatores que irão balizar a avaliação das interações familiares dos adolescentes que cometeram ofensa sexual.

A identidade na família é construída por dois dispositivos que agem paralelamente: o sentimento de pertencimento e a separação. O sentido de pertencimento aparece quando um membro é acomodado em um determinado grupo familiar que proporciona a união entre os participantes e possibilita ao indivíduo identificar essa interação como "*sua*" (Minuchin, 1982). Afetividade e intimidade agem neste processo de pertencimento, pois é através destes aspectos que os membros estão disponíveis e próximos um ao outro (Costa & Penso, 2014). A separação

ocorre através da participação em diferentes subsistemas familiares em diversas situações e de grupos extrafamiliares. No processo de acomodação, são estabelecidos limites, os quais permitem aos sujeitos conhecerem até onde possuem autonomia. O gênero e a geração são elementos constitutivos nas relações que promovem a diferença entre os sexos e a idade, proporcionando ações de separação. Na família, o gênero auxilia no aprendizado dos papéis sociais a serem executados nos grupos de convivências (Minuchin, 1982; Costa & Penso, 2014).

Os padrões transacionais são as formas de a família operar sobre o sistema a partir de lógicas repetitivas que regulam o comportamento dos membros. A manutenção dos padrões ocorre por meio de dois sistemas de repressão: regras e idiossincrasias. As regras são constituídas pela maneira habitual e repetitiva que os membros se relacionam e organizam a estrutura familiar. As idiossincrasias são as expectativas mútuas sobre determinados membros da família. Estas expectativas são construídas com o decorrer dos anos e com as negociações implícitas e explícitas entre os membros (Minuchin, 1982; Costa & Penso, 2014).

A transgeracionalidade é um tipo de padrão transacional onde a transmissão de uma informação e/ou comportamento ocorre em vários níveis geracionais na família (Falcke & Wagner, 2014). Uma das maneiras do comportamento ser transmitido para as próximas gerações é pela lealdade familiar, que corresponde ao compromisso e às expectativas éticas, morais, filosóficas e psicológicas compartilhadas que produzem identidade grupal. Quando um membro é incapaz de cumprir as regras, o sentimento de culpa atua, regulando o sistema. Destaca-se que a lealdade posterga a separação emocional e dificulta a individuação, por isso a adolescência se configura como uma ameaça a este sistema (Boszormenyi - Nagy & Sparks, 1983). Além disto, a lealdade possibilita a criação dos mitos, que são uma superestrutura pré-consciente e cognitiva que permite a elaboração de sentidos para situações ambíguas e causais com a intenção de suprir uma necessidade afetiva dos mesmos (Boszormenyi - Nagy & Sparks,

1983; Andolfi & Angelo, 1989; Nerburger, 1999; Andolfi & Mascellani, 2012), de forma que esse mito é uma crença que está permeada nas relações familiares.

A fronteira tem a função principal de proteger a diferenciação dos subsistemas da família. A qualidade das relações interpessoais desenvolvidas por meio das relações entre os subsistemas está baseada na liberdade de interferência de outros subsistemas, dependendo do tipo de fronteira que existe na relação. Minuchin (1982) estabelece três tipos de fronteiras: nítida, difusa e rígida. A fronteira nítida é aquela em que a identificação dos papéis está clara e não há interferência de outros subsistemas, de forma que contribui para o funcionamento familiar. Na fronteira difusa existe uma falta de concisão dos papéis desempenhados, havendo uma comunicação prolixa e preocupação excessiva. As fronteiras sobrecarregam o subsistema e necessitam de recursos psicossociais para adaptação das circunstâncias estressantes. A fronteira rígida possui dificuldade na comunicação de forma que a proteção fica prejudicada devido a uma falta de clareza nos papéis executados no sistema familiar (Minuchin, 1982).

O poder influencia na maneira como as fronteiras podem ser constituídas. Na família, o poder está correlacionado com o sujeito que maneja os movimentos deste grupo, seja de maneira conhecida ou sutil. Aqui, é necessário fazer uma diferenciação entre poder e autoridade, sendo o primeiro referente à maneira de as pessoas se relacionarem, enquanto, a autoridade é a forma de organização do poder conhecido (Costa & Penso, 2014). O exercício da autoridade possibilita que as crianças aprendam a negociar em situações onde o poder é desigual (Minuchin, 1982). Para exemplificar essa diferenciação, pode ser utilizada a seguinte situação: Em uma família, uma mãe coloca alimentação em casa, paga as contas e se relaciona de forma autoritária com os filhos; há também um filho que está envolvido com o uso e venda de drogas. Todos os membros da família estão preocupados com o filho. Diante disso, a mãe exerce autoridade na família, no entanto o poder está sob o comando do filho citado.

O processo de mudança se baseia na atuação da homeostase e da auto transformação já mencionadas anteriormente. Em situações em que o sistema é colocado sob pressão interna ou externa com a finalidade de algo ser alterado, primeiro é apresentada a uma resistência. A partir desse movimento, o sistema se adapta até o limiar de tolerância. Caso, sejam necessárias novas modificações, o sistema entra em desequilíbrio para que possa ser autorregulado. Destaca-se que as pressões internas são desenvolvidas pelos membros da família e as externas são feitas pelas instituições sociais significativas para este grupo (Minuchin, 1982).

Neste contexto, Costa e Penso (2014) assinalam que, dependendo de como os processos de autorregulações são formados, a família pode ser considerada como de proteção ou de risco. As autoras consideram que, nas famílias que demonstram amparo, acolhimento e flexibilidade em acolher as mudanças, os papéis familiares definidos e a expressão de afeto são protetoras. Já as famílias que expressam abandono, rigidez diante das transformações e desorganização dos papéis familiares podem ser de risco. Estas características influenciam a vivência das famílias que estão em situação de violência.

A violência é expressa, na relação, pela transformação das pessoas em objetos, de forma que é retirada a humanidade dos sujeitos. De acordo com Neuburger (1999), Andolfi e Mascellani (2012), a presença da violência na família comunica um pedido de exclusão da vítima do grupo familiar ou a necessidade de que este membro retorne às características míticas familiares. Destaca-se que essa comunicação advém de questões complexas, tais como vulnerabilidade social, econômica, simbólica e transgeracional (Moreira & Sousa, 2012). Os fatores citados constituem uma vivência interna ou externa que coloca a família ou algum membro em situação de dominação. Esta condição, quando não adaptada pelo grupo familiar, pode se transformar em conflitos (Minuchin, 1982), os quais podem ser configurados em violência. Moreira e Sousa (2012) salientam que, diante deste contexto, a assimetria do poder é reafirmada nas diferenças de geração e gênero.

As vulnerabilidades sociais são identificadas como a falta de acesso ou de participação dos membros da família em instituições sociais e comunitárias (escolas, creches, praças) que proporcionam a convivência social (Moreira & Sousa, 2012). As vulnerabilidades econômicas referem-se ao déficit financeiro para manutenção das necessidades básicas deste grupo. Ressalta-se que a pobreza não é sinônima de violência, no entanto, quando os interlocutores de uma família não conseguem autorregular esta condição, esta pode tornar uma vivência estressante e influenciar para que a mesma se faça presente neste espaço. A vulnerabilidade simbólica é quando as figuras de autoridade no ambiente familiar perdem a posição de referência, de forma que o subsistema parental perde o controle (Moreira & Sousa, 2012; Zappe & Dias, 2012). Neste sentido, Oliveira Jr et al. (2014); Cenci, Teixeira e Oliveira (2014); Seto, Babchishin, Pullman e McPhail (2015) salientam que o abuso de álcool e outras drogas, a prisão, o desemprego e a desagregação familiar, aspectos presentes nestes contextos de vulnerabilidade, viabilizam a polivitimização de crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar.

Em relação às famílias que sofrem violência intrafamiliar, existem aspectos que são condicionantes para a perpetuação desta situação familiar, que é a transgeracionalidade e o mito familiar (Moreira & Sousa, 2012), as quais já foram explicitadas anteriormente. Quando a primeira geração, na qual ocorre a violência, não promove ações de proteção, a violência tende a se repetir na próxima geração de uma forma mais naturalizada. Moreira e Sousa (2012) ressaltam que, diante da transgeracionalidade da violência, este ocorrido vai adquirindo sentido na família até tornar-se mito. Nota-se que nas situações de violência, o mito que geralmente está relacionado é o fato de crianças, adolescentes e mulheres serem objetos de propriedade do responsável familiar como expressão da dominação.

Zappe e Dias (2012) destacam que famílias com a experiência da violência apresentam redes sociais deficitárias, fragilidades nos laços afetivos, pois esses aspectos possibilitam a

manutenção da violência. Já Moreira e Sousa (2012) e Araújo (2002) afirmam que estes grupos possuem fronteiras rígidas e hierárquicas, em especial com as questões que envolvem a geração e gênero. Moreira e Sousa (2012) defendem que a igualdade nestas relações não evitaria o conflito, no entanto proporcionaria que o enfrentamento fosse por meio da comunicação.

As famílias que sofrem violência podem apresentar situações de incesto, o qual é uma interação sexual entre membros familiares até a terceira geração (Mercado - Justiniano, 2015), que podem ser consanguíneos ou não, mas que possuam convivência familiar durante dois ou mais anos (Tomaz, 2013). Tomaz (2013) salienta que essa é uma relação inapropriada, não é transitória e não é motivada por curiosidades do desenvolvimento sexual. A literatura relata que essa interação ocorre em média cinco vezes mais na mesma geração do que intergeracionalmente, ou seja, o incesto é mais frequente entre irmãos e primos (Sarmiento & Barragán, 2014; Mercado - Justiniano, 2015). Tomaz (2013) afirma que nem todo caso de incesto pode ser abusivo, mas, nos que apresentam essa situação, estão presentes a diferença de idade ou de maturação física ou psicológica, a falta do consentimento, a relação de poder e o controle sobre a pessoa vitimada.

Tomaz (2013) aponta características familiares que proporcionam que esta situação possa acontecer: ausência da disponibilidade parental, favoritismo parental, papéis de gênero rígidos e estereotipados e o segredo. A primeira característica se refere ao subsistema parental ser ausente ou com fraca ou nenhuma liderança no ambiente familiar, o que favorece a parentalização de algum dos(as) filhos(as), aumenta o tempo sem supervisão parental dos(as) filhos(as) e a experiência do abandono, de forma que as fronteiras ficam difusas e a tensão sexual aumenta. Desta maneira, as ofensas acontecem como uma maneira de suprir a carência afetiva entre os pares. A autora afirma que, mesmo diante da ausência parental, os pais continuam sendo referência. Os responsáveis trazem o conteúdo da sexualidade, seja através da repressão ou de intensificar o clima sexual na família. Estas atitudes auxiliam no aumento

da curiosidade sexual (Tomaz, 2013). O favoritismo parental refere-se à disposição de atenção de forma desigual entre os(as) filhos(as), esta situação proporciona relações de inveja. Em situações abusivas, o filho menos favorito pode ofender o outro como uma maneira de retaliação. Menos frequente, no entanto ainda possível, é quando o(a) filho(a) favorito(a) violenta o outro com a certeza que será protegido(a) pelo subsistema parental (Tomaz, 2013). A rigidez dos papéis de gênero e estereótipos viabilizam que as meninas sejam as maiores vítimas devido à construção sócio histórica da mulher como objeto. As situações que envolvem as emoções de vergonha, culpa e medo se transformam em segredo, e os casos de incestos se encaixam nesse critério (Tomaz, 2013). Os segredos são fenômenos sistêmicos qualificados como dilemas éticos que não são solucionados através de regras simples. A vivência desse dilema distorce e mistifica a comunicação assim como estabelece hierarquia na relação. A manutenção do segredo é feita pela lealdade familiar (Imber- Black, 1994).

Tomaz (2013) classifica os modelos de incestos entre os irmãos: pseudoconsensual, pai/mãe periférico, pseudoparental e família desorganizada. A autora salienta que nenhum desses tipos indica que a família seja disfuncional, sendo apenas uma configuração das interações familiares. O pseudoconsensual trata-se das ofensas que não se utilizaram de coerção, mas também não houve o consentimento das crianças ou adolescentes para tal ato. Este tipo de ofensa ocorre com maior frequência em famílias que deixam os filhos em situação de negligência, de forma que o ato ofensivo faz parte da procura por afeto. O contexto desta ofensa possibilita que seja mais duradoura, frequente e intensa. No segundo tipo, o incesto pode ser praticado pelos pais e/ou irmãos. Esta situação ocorre quando um dos membros do sistema parental é desligado em relação aos demais, e este é reintegrado por meio do autoritarismo, de forma que o membro ligado aos demais do grupo familiar não consegue garantir a sua proteção e nem dos demais diante das investidas do participante autoritário. O pseudoparental possui um dos(as) filhos(as) parentalizados(as), ou seja, desempenhando as funções parentais com

os(as) irmãos(as). Este funcionamento é algo presente em famílias nucleares, monoparentais e reconstituídas, sendo que cada uma possui uma dinâmica diferente. A dinâmica familiar desse modelo incestuoso será descrita abaixo.

Nas famílias nucleares, o(a) filho(a) parentalizado(a) não é bem aceito no subsistema parental e nem filial, no entanto o sentido de responsabilidade é estimulado e possui uma hierarquia diferente das(os) irmãs(os). Isto proporciona que as fronteiras dos subsistemas parental e filial fiquem rígidas, isolando o(a) adolescente. Nas famílias monoparentais, este adolescente é aceito no subsistema parental, adquirindo uma hierarquia diferenciada. Nas famílias reconstituídas, geralmente haverá dois(uas) filhos(as) parentalizados(as), sendo um de cada família de origem. Estes dois adolescentes entram em disputa pela posição de poder e podem vir a vitimizar as crianças menores da família de origem oposta como uma forma de dominação.

Já as famílias desorganizadas são as que na maior parte do tempo encontra-se em crise, com pouca ou nenhuma liderança e estabilidade. Este tipo de funcionamento é mais frequente em famílias com pessoas que possuem sofrimento psíquico grave ou fazem abuso de álcool e outras drogas, de forma que o suporte destas famílias é realizado por serviços sociais e comunitários. Isto significa que, em diversos momentos, o cuidado é ausente e inconsistente, e as fronteiras se mostram difusas e rígidas. Nestes casos, a ofensa ocorre devido à carência e à falta de hierarquia (Tomaz, 2013). Nota-se que, nas diversas situações, a carência afetiva e a falta de supervisão estão presentes como motivadores do ocorrido.

As famílias que vivenciam a violência intrafamiliar possuem diversos efeitos nas relações interpessoais tanto no ambiente familiar quanto no extrafamiliar. O incesto afeta em especial as relações de confiança, as quais são rompidas. A pessoa que sofreu a ofensa geralmente distorce as experiências de vida, levando a angústia demasiada, abuso de álcool e outras drogas, transtornos alimentares e de humor, comportamentos de automutilação e os

relacionamentos são rompidos com facilidade (Imber-Black, 1994). Perelberg e Miller (1994) relatam os conflitos das relações entre a mãe e as vítimas. No geral, estas mães possuem dificuldades de escutar o sofrimento das(os) filhas(os), pois isso é configurado como um ataque ao fracasso do desempenho dos papéis de esposa e mãe (Oliveira Jr et al., 2014; Perelberg & Miller, 1994). Ferrari (2002) afirma que a pessoa que cometeu a violência sexual intrafamiliar e tem esta situação revelada começa a ser isolada das relações familiares; os membros tornam-se insensíveis às manifestações afetivas e desenvolvem dificuldades de comunicação com os (as) demais partícipes da família. Conseqüentemente, isso impede o aprofundamento dos vínculos com todos (as), promovendo uma crise e uma possível cisão familiar. Vale ressaltar que isso também poderá apresentar efeitos no processo de formação da subjetividade do adolescente.

Nichols e Schwartz (2007) consideram que, quando a violência sexual ocorre no ambiente intrafamiliar, deve-se garantir a proteção da vítima e assegurar que esse fato não irá mais acontecer. Diante disto, a família precisa restringir o acesso à vítima sem supervisão. Isto deve acontecer como uma maneira de reduzir os efeitos duradouros da violência na vítima e aumentar a capacidade de proteção e reestruturação familiar.

2.2.1 Colírio dos Olhos da Família: Vínculos afetivos

Souza e Oliveira (2011) afirmam que a vinculação afetiva facilita o desenvolvimento saudável de um sujeito, isto porque a família possibilita a elaboração de competências e habilidades emocionais para lidar com as ansiedades, os conflitos e as crises existenciais, isso quando a família apoia os(as) filhos(as) e auxilia na resolução de problemas. Neste sentido, as autoras (Souza & Oliveira, 2011) realizaram uma pesquisa quantitativa com objetivo de estabelecer os fatores protetivos familiares em relação aos comportamentos de risco em jovens

de baixa renda. Nesse estudo, as autoras identificaram que o acolhimento, o apoio familiar e a satisfação familiar diminuem a incidência de comportamentos de risco relacionados à sexualidade, ao uso de drogas lícitas e ilícitas e ao suicídio. Destacaram também que estes fatores não reduzem o comportamento violento, no entanto o rompimento familiar aumenta a incidência de atos violentos. Estes resultados apontam que os vínculos afetivos auxiliam no desenvolvimento saudável dos adolescentes (Souza & Oliveira, 2011; Cenci et al., 2014).

Carreiro (2001) considera o processo de filiação como algo inerente à vida humana, uma vez que mesmo quando é vivenciado um processo de des filiação institucional, aquele sujeito é filiado a algum grupo. Ainda assim, considera que as famílias de baixa renda, geralmente, estão distantes da filiação social. No entanto, como a sociedade ignora esses sujeitos, os mesmos são etiquetados em contextos que expressem o sofrimento produzido na sobrevivência e nas desigualdades sociais, tais como: doença, vulnerável socialmente. Esta dinâmica também ocorre no ambiente familiar. Quando um membro está afastado, o mesmo procurará formas para pertencer àquele grupo. O processo de des filiação evidencia os sintomas, os quais denunciam as falhas no sistema familiar (Nichols & Schwartz, 2007; Cenci et al., 2014) por meio dos comportamentos transgressivos ou estados emocionais fixos por um longo tempo (depressão, ansiedade). De acordo com Cenci et al. (2014), a prática do ato infracional é uma tentativa de pertencer.

2.3 Elemento II da Cena: Adolescência e Doutrina da Proteção Integral

A adolescência é uma fase de muitas transformações, sejam biológicas, hormonais, sociais, emocionais e inter relacionais. De um lado, é um período propenso à vivência de crises, “marcada pelo duplo movimento de ruptura com a infância e pela busca de novo status” (Said, Junqueira & Costa, 2016, p. 5). Por outro lado, é também um período rico em possibilidades,

descobertas e mudanças, uma vez que é nessa etapa que o ser humano sofre as maiores modificações no seu processo vital e também experimenta diversos papéis e situações sociais (Andolfi & Mascellani, 2012; Penso et al., 2012).

Para Coimbra, Bocco e Nascimento (2005, p.4), a adolescência é um “fenômeno cultural produzido pelas práticas sociais em determinados momentos históricos, manifestando-se de formas diferentes e nem sequer existindo em alguns lugares”. A mídia e o capitalismo têm influência neste processo cultural de afirmar o que é adolescência, uniformizando estas formas a partir de uma lógica dominante (Rolnik & Guatarri, 1986). Coimbra et al. (2005) identificam que no século XVIII foi a primeira vez que a sociedade sentiu necessidade de ter uma definição do que era adolescência. No século XIX, começaram a construir conceitos sobre adolescência baseada nos conhecimentos da medicina e pedagogia e com fortes influências do capitalismo sobre o que vem a ser adolescente (Coimbra et al., 2005; Araújo & Oliveira, 2010).

Os conceitos produzidos nesse período histórico trouxeram as seguintes características para a adolescência: fase de desenvolvimento, construção da identidade e de profundas crises, patologias (Andolfi & Mascellani, 2012; Coimbra et al., 2005). Sobre esses adjetivos, Coimbra et al. (2005) salientam que a lógica do desenvolvimento é baseada no pensamento cartesiano, de que exista um ponto de partida e um de chegada. As autoras (Coimbra et al., 2005) acreditam que ao falar das subjetividades das pessoas não é possível estabelecer esse ponto de chegada, uma vez que estão em constante processo de transformação, sendo influenciadas pelas relações de micro e macro poder. Ainda sobre o desenvolvimento, Andolfi e Mascellani (2012) salientam que esta fase do ciclo vital faz parte do processo contínuo entre a infância e a vida adulta, de forma que a necessidade de separação é tão forte quanto a de pertencimento. Isto acontece porque o adolescente ainda está em desenvolvimento e precisa de proteção. Os autores (Andolfi & Mascellani, 2012) fazem essa defesa, pois há crença de que os adolescentes são

superdesenvolvidos e que desejam apenas a liberdade, sem querer saber do amor dos pais (Nichols & Schwartz, 2007; Andolfi & Mascellani, 2012).

A construção da identidade tem sido determinada pelas relações dominantes, de forma que são elaborados estigmas do que venha a ser adolescência. As crises presentes nesta fase do desenvolvimento são descritas como rebeldia, isolamento, melancolia, desinteresse. Nota-se que a caracterização é baseada em uma polarização negativa, o que justifica a patologização e medicalização desta fase do ciclo vital (Coimbra et al., 2005; Andolfi & Mascellani, 2012). Araújo e Oliveira (2010) ressaltam que esse destaque às crises é um efeito do adultocentrismo, pois os adultos são posicionados como os mais evoluídos e maduros, de forma que não apresentam rebeldia, por exemplo. Analisando os apontamentos realizados por essas autoras (Coimbra et al., 2005; Araújo & Oliveira, 2010), observa-se que a crise designada como parte da adolescência está à serviço de lógicas de poder que trabalham na dominação entre as gerações. Andolfi e Mascellani (2012) compreendem que a crise de identidade seja um mecanismo de defesa dos sentimentos de insegurança e medo decorrentes do processo de transformação expressa através da fuga (depressão, isolamento, fugir de casa, suicídio) ou violência autodestrutiva ou/e heterodestrutiva. Coimbra et al. (2005) sugerem que a compreensão de crises possa ser percebida como linhas de fuga do contexto sócio histórico. Neste sentido, Conceição, Penso, Costa e Carreteiro (2013) salientam que essa crise se dá devido ao processo de construção da identidade através da intensa sensação de incompletude em meio à intersecção do social com o individual.

Diante das críticas expostas sobre as características da adolescência pelas autoras acima, é proposto uma subversão dos significantes do termo adolescência. Neste sentido, é importante considerar o pressuposto apresentado pelo ECA (Brasil, 1990), do adolescente como um sujeito de direitos. Campos (2009) destaca que é importante garantir esta compreensão dos direitos destes sujeitos devido ao valor intrínseco, que é assegurar a liberdade,

a dignidade e o respeito em todas as fases do desenvolvimento humano. Além disso, deve ser considerado o valor projetivo, ou seja, de que é o futuro da nação. Considerando os valores intrínseco e projetivo desta fase, compreende-se que a falha na garantia dos direitos dos adolescentes pode causar graves interferências no processo da construção de identidade.

Nesta dissertação, acredita-se que o adolescente esteja em um processo peculiar das constantes transformações ocorridas na vida. Destaca-se que nesta fase há maior intensidade das construções devido às rápidas mudanças do corpo, do pensamento e das relações sociais, de forma que em curto espaço de tempo inúmeras transformações acontecem. Oliveira e Vieira (2006) destacam que, devido a este processo de intensas e instantâneas mudanças, os adolescentes sentem medo da desintegração, provocando muita angústia. As autoras (Oliveira & Vieira, 2006) destacam que diante do medo de fragmentação existe o dispositivo de sustentação que proporciona o enfrentamento das mudanças e da diferenciação. Este processo ocorre através do dispositivo da imaginação ligada às expectativas de como o adolescente gostaria de ser no mundo e das experimentações, viabilizando a construção de sentido baseada na subversão dos valores sociais (Coimbra et al., 2005; Oliveira & Vieira, 2006). Carter e McGoldrick (2001) destacam que as experimentações são feitas com os pares e fora do ambiente familiar. As experimentações podem expor os adolescentes à execução de comportamentos de riscos. Woling e Langton (2017) explicam que neste período isto ocorre devido ao córtex pré-frontal, que é responsável pelo julgamento, autorregulação e planejamento, estar em desenvolvimento e devido ao aumento dopaminérgico. Assim, os adolescentes ainda não conseguem avaliar todas as consequências de um ato e a dopamina produz prazer, euforia. A união desses dois fatores possibilita que os adolescentes tenham comportamentos impulsivos. Esses aspectos apresentados acima são referentes a uma compreensão individual do adolescente.

Além disso, os adolescentes que são expostos à violência estrutural (familiar, comunitária) constituem-se em vulnerabilidade associada ao aumento ou precocidade da atividade sexual em relação a vários parceiros, acrescido da falta de supervisão parental. Inequivocamente, o contexto de carência material, característico de zonas periféricas das cidades, é um fator preditivo do surgimento de sexo ativo precoce (Lansford *et al.*, 2007; Hollist, Hughes & Schaible, 2009; Lauritsen & Carbone-López, 2011; Rodgers & McGuire, 2012). Worling e Curwen (2012) explicam que o ato sexual no contexto de vulnerabilidade é praticado como uma maneira de aliviar a tensão.

Considerando a análise do adolescente em uma perspectiva relacional, a construção da identidade é um processo oriundo de três atividades: identificação, diferenciação e individuação. A identificação e a diferenciação já foram explicadas no tópico anterior, portanto será apresentada uma definição sobre individuação. Esse conceito ocorre após a identificação e a diferenciação, o que viabilizou uma ampliação da consciência a respeito do "EU", tornando possível reconhecer as habilidades e competências inerentes do indivíduo (Minuchin, 1982).

O processo de adolecer no Brasil é permeado pelas influências da doutrina da Proteção Integral, assegurada no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Esta doutrina determina a relação do Estado e da família com as crianças e os adolescentes, no entanto essa realidade nem sempre foi assim. A seguir será feita uma retrospectiva histórica de como o Brasil construiu uma política pública para as crianças e os adolescentes.

Em 1906, quando o país começava a dar os primeiros passos da República, a preocupação dos governantes girava em torno da possível miscigenação da população. Desta maneira, sentiu-se a necessidade de elaborar leis que pudessem cuidar das crianças brasileiras. Tais leis deveriam ser coercitivas a fim de diminuir a probabilidade do indesejado ser postergado por meio das famílias negras com filhos dos brancos (Cruz *et al.*, 2005; Coimbra & Ayres, 2008). Nesse contexto, em 1927, surgiu o Código de Menores ou Mello Matos, que foi

veiculado até 1979. Esse código instituiu duas formas de se referir à pessoa na fase da infância: menor (famílias pobres, abandonadas e, às vezes, delinquentes) e a criança (vinculada à família e à escola e que não precisava de atenção especial) (Nascimento, 2002; Cruz et al., 2005; Coimbra & Aires, 2008). Essa legislação tinha os seguintes princípios: Assistência, Prevenção, Proteção. Entretanto, na prática, os "menores" eram punidos com fins corretivos para produzir prevenção social. O objetivo dessa lei era regular e disciplinar o menor e simbolizar a pobreza como perigosa para, assim, estabelecer a ordem na sociedade (Coimbra & Ayres, 2008). O método utilizado para obter a finalidade foi o da punição dos desordeiros e dos pobres, retirando-os do núcleo familiar (Nascimento, 2002).

Posteriormente, em 1930, foram estabelecidas no código três faixas etárias abaixo dos 21 anos, que receberiam penalidades diferentes diante da realização de um ato infracional (Nascimento, 2002):

1. Menores de 14 anos: os adolescentes nessa faixa etária não tinham responsabilidade penal, mas se na avaliação profissional fosse definido que houve discernimento sobre o ato, ou seja, que os adolescentes conseguiam diferenciar o bem do mal, compreendendo a transgressão, deveriam pagar pena até os 17 anos em casas de correção. A avaliação do discernimento era feita por psicólogos e psiquiatras que elaboravam pareceres sobre o ato cometido. Ressalta-se que Nascimento (2002) menciona o profissional da psicologia como alguém responsável por essa prática, no entanto nessa data o exercício da ciência psicológica não era regulamentado no Brasil;

2. Entre 14 e 17 anos: Nesta fase, o adolescente cumpria pena como cúmplice;

3. Menores de 21 anos: cumpriam penas drásticas (Nascimento, 2002).

O Código de Menores de 1979 foi elaborado em meio à ditadura militar, baseado na Doutrina da Situação Irregular, a qual foi discutida e elaborada entre os países da América. Essa doutrina tinha a proposta de retirar todas as crianças da "situação de risco". Em

decorrência disso, as crianças e adolescentes eram internadas, pois, assim, seriam afastados dos riscos, mas também da liberdade, dos familiares e da construção da própria vida (Coimbra & Ayres, 2008). Nessa época, identificava-se o risco nas famílias desfavorecidas financeiramente, as quais foram consideradas incompetentes devido à falta do cumprimento dos papéis sociais. Enquanto os filhos das famílias “produtoras de risco social” se encontravam presos, os profissionais se comprometiam a tratá-los (Alves, 2008; Coimbra & Ayres, 2008;). Por isso, na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM, as crianças recebiam uma nova educação e prestavam apoio à família e à comunidade (Gadelha, 1998). Esse dispositivo funcionava como um depósito de crianças seguindo princípios de preservação e de prevenção (Coimbra & Nascimento, 2003).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990) surge em consonância com os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1959 (ONU, 1959), da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988) e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ocorrida em 1989 (UNICEF, 1989). Durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), houve uma forte movimentação popular a fim de que fossem incluídos artigos em defesa da infância e da juventude. Para efetivação dessa luta, foi apresentado um documento com 250.000 assinaturas de adultos e 1.400.000 de crianças e adolescentes. Dessa forma, foram elaborados três artigos na Constituição (222, 227, 229), os quais posteriormente deram origem, em junho de 1990, ao ECA (Gadelha, 1998; Coimbra & Ayres, 2008).

O estatuto traz uma nova doutrina que promove novas práticas, denominada de Proteção Integral à Criança. A doutrina veiculada pretendeu abolir práticas assistencialistas aos sujeitos pertencentes à faixa etária de 0-18 anos e efetivar as políticas públicas e a articulação da rede de proteção social como forma de cuidado, assim como modificou o termo “menor” para criança e adolescente (Marchi, 2007; Coimbra & Ayres, 2008). O ECA estabelece a

aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente, quando os direitos deles estão sendo violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais e responsáveis, ou em razão da conduta do público-alvo deste estatuto. O artigo 101 do ECA estabelece como medidas de proteção: encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à usuários de álcool e/ou outras drogas; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta. Tais medidas podem ser aplicadas pelos Conselhos Tutelares ou pelos Juízes das Varas de Infância e da Juventude (Brasil, 1990).

Nos casos de comprovação da prática de ato infracional, ato análogo ao crime ou contravenção penal, o ECA estabelece a aplicação de medidas socioeducativas. Esta medida é destinada aos adolescentes, de 12 a 18 anos. Para os menores de 12 anos que cometeram algum ato infracional corresponderão as medidas protetivas (Brasil, 1990). Diante de tais mudanças, Oliveira (2006) afirma que o ECA se contrapõe ao passado de ações educativas baseadas na repressão, controle e adequação à ordem prevalente e vincula as medidas socioeducativas à lógica da Proteção Integral. Com isso, associa-se à ideia de cidadania e a uma série de garantias de direitos que rompem, pelo menos na lei, com a discricionariedade da punição aos adolescentes pobres.

A medida socioeducativa deverá ser imputada de acordo com a capacidade do adolescente, a gravidade do ato e as circunstâncias. Em seu artigo 112, o ECA estabelece que podem ser aplicadas sete medidas socioeducativas, as quais são: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime

de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional. No caso da medida de internação, considerada a mais severa, sua aplicação deve ter como princípios a brevidade, a excepcionalidade e o respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento e, em último caso, por privar o adolescente da liberdade, um dos seus direitos fundamentais. Salienta-se que a legislação não faz nenhuma diferenciação na intervenção de responsabilização dos adolescentes que cometem atos infracionais de natureza social e sexual. De acordo com os dados apresentados por Penso, Conceição, Costa e Carreiro (2013), estes meninos apresentam relações familiares com um senso de pertencimento desigual, o que favorece processos de individualizações discrepantes. Diante disto, é importante que a maneira de intervenção seja diferenciada, de forma que é necessário que o adolescente que cometeu ofensa sexual seja valorizado nas ações que fortaleçam as relações familiares e que a condição do adolescente, de objeto materno, seja transformada em sujeito, além das próprias questões vinculadas à sexualidade (Costa; Marreco; Barros & Chaves, 2015). Enquanto isso, o adolescente que cometeu ato infracional de natureza social deve ter reconfigurada a importância do papel familiar desempenhado devido aos benefícios da vida infracional.

Worling e Langton (2017) afirmam que o perfil dos adolescentes que cometeram ofensa sexual é heterogêneo, no entanto, de modo geral, apresentam algumas características comuns, tal como um déficit de habilidades sociais, e possuem valores e crenças distorcidas como produto do patriarcado. No decorrer desse texto, serão descritas qualidades mais frequentes na vida dos jovens que cometeram ofensa sexual. No entanto, no primeiro momento, serão feitas algumas distinções sobre o adulto e o adolescente que comete ofensa sexual, os jogos sexuais e a pedofilia, pois esses termos são compreendidos muitas vezes como sinônimos.

Vale ressaltar que existem diferenças entre os adolescentes e os adultos que praticaram a violência sexual, ainda que os motivadores para uma nova ofensa e os danos causados em uma criança sejam semelhantes. Worling e Langton (2017) salientam que a diferença mais

significativa entre as duas fases é a forma do processamento da informação. Os autores (Worling & Langton, 2017) explicam que adolescentes com a faixa etária de 14 a 17 anos possuem a tendência de praticar comportamentos de risco devido ao aumento dopaminérgico e pelo córtex pré-frontal ainda estar menos desenvolvido. Já na fase adulta, o córtex pré-frontal encontra-se formado, ou seja, o planejamento e o julgamento das ações ocorrem com maior facilidade e frequência. Além disto, os adolescentes estão em uma fase de inúmeras mudanças, seja no âmbito biológico ou social, dentre estas em especial o amadurecimento da sexualidade. Diante de inúmeras mudanças que estão acontecendo com os adolescentes, Ryan (2012) considera essa mudança como um fator primordial para alguma intervenção terapêutica ocorrer com maior eficácia, de forma que o atendimento oferecido nesse período do desenvolvimento torna-se uma ação preventiva para novas reincidências.

Considerando o processo de desenvolvimento na adolescência e o próprio processamento das informações, a ofensa sexual pode ser confundida com os jogos sexuais e a pedofilia. Neste sentido, acredita-se que seja importante a distinção entre os três fenômenos. Os jogos sexuais fazem parte do desenvolvimento da sexualidade infantil e ajudam as crianças a responderem sobre as curiosidades referentes aos seus corpos e vivenciarem os papéis de gênero construídos nas relações sociais. Essas atividades poderão facilitar o processo de construção da identidade de gênero. Os jogos sexuais podem ser expressos através das brincadeiras de papai-mamãe, médico, se tocarem, acariciarem e comparar o tamanho do pênis. Ressalta-se que os jogos sexuais não possuem relação direta com a visualização de cenas sexuais representadas nos meios de comunicação ou nas relações interpessoais, no entanto são motivadas pela curiosidade (Silveira, 2013). Desta maneira, Murrie (2012) diferencia que os jogos sexuais são caracterizados como comportamentos exploratórios da sexualidade entre os pares com igual consentimento, enquanto que a ofensa sexual é marcada por jogos sexuais mediado por relações de poder devido à idade, coerção e/ou intimidação, sem o consentimento.

O comportamento ofensivo entre os adolescentes acontece geralmente da puberdade até a maioridade, em ambiente intrafamiliar, entre irmãos ou conhecidos próximos devido ao fácil acesso às vítimas, a falta de supervisão parental e a, alta produção dos hormônios sexuais (Ryan, 2012; Tomaz, 2013; Gonzalez- García & Carrasco, 2016). A pedofilia é uma parafilia (transtorno sexual) onde há preferência sexual (fantasias e desejo) por crianças e adolescentes em um período mínimo de seis meses. O comportamento ofensivo é compulsivo, em especial em situação de estresse. O diagnóstico desse transtorno pode ser feito em sujeitos com idade igual ou superior a 16 anos (APA, 2013; Caviedes, 2017). As fantasias sexuais presentes na pedofilia são processos imaginativos (pensamentos de risco) com conteúdo sádicos e inaceitáveis pela sociedade que causam dor e sofrimento a outrem. Apesar de a adolescência ser um período do advento das fantasias de ordem sexual e amorosas (Costa et al., 2015), Domingues et al. (2015) destacam que não é frequente o aparecimento deste comportamento em adolescentes.

Seto (2012) defende que a pedofilia possa ser reconhecida com uma orientação sexual, considerando que seja apenas o desejo de uma pessoa direcionada às crianças e adolescentes. Na argumentação da sua ideia, o autor faz uma comparação entre a homossexualidade e a pedofilia para justificar que, em ambos os casos, o desejo não é aceito socialmente, proporcionando intolerância a essas populações. Esta mesma tese é utilizada por grupos ativistas de pedofilia. Nesse sentido, a Corte Interamericana de Direitos Humanos apresentou parecer desfavorável a essa situação, considerando o consentimento e a liberdade para o exercício dos direitos sexuais, de forma que, em uma relação homossexual, ambas as partes desejam e compreendem os efeitos desse ato, enquanto que uma criança não consegue compreender quais são os padrões e os efeitos desse comportamento sexual. Sendo assim, a criança possui dificuldade de escolher livremente se tem o interesse de estabelecer esse tipo de

relação. Diante disto, o exercício da pedofilia fere a garantia dos direitos de dignidade, liberdade e respeito à criança.

Benedicto, Roncero e González (2017) apontam que, apesar de não ser possível estabelecer perfis devido à heterogeneidade dos adolescentes que cometeram ofensa sexual, os estudiosos sobre essa temática tentam estabelecer algumas classificações com a intenção de orientar o trabalho desenvolvido por profissionais neste campo. Diante disto, estes autores mencionam que as classificações são feitas baseadas no tipo de relação com a vítima (intrafamiliar ou extrafamiliar), na idade da vítima (pré-pubere e pós-pubere), na diferença de idade da vítima e do ofensor, na natureza dos delitos cometidos pelo ofensor. Neste sentido, a ofensa pode ser classificada em *sex only* ou *sex plus*. O primeiro é referente aos adolescentes que cometem delitos apenas de natureza sexual e o segundo aos que cometem atos infracionais de natureza social e sexual (Butler & Seto, 2002; Nogueira da Costa Silva e Costa, 2013; Benedicto et al., 2017). Ainda neste sentido, Holmes e Holmes (2002) utilizam o termo *situacional* para o *sex plus* e *preferencial* para o *sex only*.

De acordo com essas classificações, Benedicto et al. (2017) realizaram uma pesquisa na Espanha com adolescentes que cometeram ofensa sexual já sentenciados e estabeleceu uma relação a partir da diferença de idade do ofendido e do ofensor. Nessa pesquisa, foram encontradas informações sobre o adolescente que cometeu ofensa sexual com pessoas com idade menor, igual e maior, sendo então estabelecidos dois grupos. Os *adolescentes que cometeram ofensa sexual com vítimas de idade menor* apresentavam déficit nas habilidades sociais, isolamento social, carência afetiva e baixa autoestima, não usavam nenhum tipo de droga ou apenas o álcool. Na escola, geralmente sofriam bullying, o que favorecia o absenteísmo, e sua forma de enfrentamento de conflitos acontecia de forma passiva ou evitativa. A ofensa sexual geralmente era praticada solitariamente, no ambiente intrafamiliar ou de confiança e as vítimas eram os(as) irmãos(ãs) ou primos(as). Já o *adolescente que*

cometeu ofensa sexual com vítimas de idade igual e maior possuía comportamento antissocial e, fazia uso de maconha ou cocaína. As suas relações são mediadas pela violência e a forma de enfrentamento do conflito é agressiva. No ambiente escolar, geralmente são expulsos devido aos comportamentos antissociais. A violência é mais praticada no ambiente extrafamiliar, de forma coletiva, e as vítimas, geralmente, são as parceiras sexuais.

Em relação à família do adolescente que cometeu ofensa sexual, uma característica marcante é o apoio familiar e social restrito, uma vez que essas famílias não convivem com outros parentes distantes, limitando as trocas afetivas. Além disso, não fazem uso dos recursos sociais da comunidade, de forma que estes adolescentes estão inseridos em uma organização familiar voltada para a manutenção das necessidades básicas, tal como a distribuição de tarefas e responsabilidades entre os seus membros. Nesta condição, o adolescente ofensor, na maioria das vezes, é o responsável pelo cuidado da casa e dos irmãos enquanto os pais trabalham fora (Costa et al., 2013; Pincolini & Hutz, 2014).

Nogueira da Silva Costa e Costa (2013) ressaltam que a violência sexual produz um conjunto de implicações e efeitos que confundem os limites intergeracionais e, conseqüentemente, a representação social dos papéis de adulto, família, pai, tio, irmão. Diante do contexto de restritas redes sociais e a falta ou inconsistência das figuras paternas, estes adolescentes possuem maior vinculação com as mães. As mulheres que exercem a maternagem destes jovens são frutos de diversas violências e objetificações, desamparo familiar e social, e possuem trabalhos informais ou/e subempregos. Desta maneira, as mães fazem pouco contato com a emoção a fim de continuar centrando o investimento de energias na garantia da sobrevivência familiar. Estas características são transferidas para relação parental sem nenhuma expressão de ternura e, desvalorização dos comportamentos e atitudes do filho, infatilizando-os com o intuito de controlá-los devido ao sentimento de medo em relação à

sexualidade dos mesmos a passo de que recebem responsabilidades e tarefas inerentes ao subsistema parental (Penso, Conceição, Costa & Carreteiro, 2012).

Estudos sobre o tema apontam que os adolescentes que cometeram ofensa sexual experimentaram, em seu processo de construção da subjetividade, a vivência da violência (Habigzang, Koller, Azevedo, Machado, 2005; Grant et al., 2009; Penso et al., 2012; Costa et al., 2013). Cabe ressaltar que não se trata necessariamente de violência sexual, mas outros tipos de violência, tais como psicológicas, física, patrimonial, negligência e abandono. Chagnon (2008), Nogueira da Silva Costa (2012) e Costa et al. (2013) afirmam que a ofensa sexual praticada pelos adolescentes reflete condutas de *acting out* diante deste contexto de violência, falta ou pouca expressão de afeto e intensa designação para execução de atividades domésticas, as quais são ainda consideradas como femininas. Marcelli e Braconier (1989) definem o *acting out* como a expressão ativa, uma ação de um sujeito para algo que não está conseguindo comunicar, sendo um pedido de ajuda expresso por meio de atitudes impulsivas. Chagnon (2008) defende que os adolescentes demonstram este processo a partir do domínio das fantasias reconhecidas como masculinas para alterar a expressão feminina e/ou da falta de virilidade construída a partir das atividades domésticas impostas a eles, no contexto familiar. Além de ser uma tentativa de conquista da masculinidade, o *acting out* é também a busca pela definição de um papel, uma vez que as fronteiras nessas famílias são difusas e ora o adolescente assume um papel de irmão ora de mãe. Outro aspecto comunicado nesse ato é a luta contra a passividade diante do grande controle materno e das angústias vividas por esses adolescentes em decorrência do abandono afetivo do pai e da interdependência na relação com a mãe (Chagnon, 2017, Costa, 2013; Conceição et al., 2014).

2.4 Elemento III da Cena: Sexualidade e Violência Sexual

Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2009, p.22), a sexualidade "envolve sexo, papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, prazer, amor", de forma que a sexualidade é maior do que apenas a prática do ato sexual. Em 1995, na IV Conferência Mundial da Mulher em Beijing, China, a Organização das Nações Unidas - ONU assegurou os direitos sexuais a todas as pessoas para que pudessem exercer a sexualidade (Leite, 2012). De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2017), os direitos sexuais são: direito de viver a sua sexualidade sem medo, culpa, vergonha e falsas crenças; de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminação e imposições e em respeito pleno ao corpo do(a) parceiro(a); de viver a sua sexualidade independente do estado civil, idade ou condição física; de escolher o(a) parceiro(a) sexual sem discriminação, e com liberdade e autonomia para expressar sua orientação sexual se assim desejar; de escolher se deseja ter relação sexual ou não; de praticar a sexualidade independente da reprodução; de insistir sobre a prática do sexo seguro para prevenir uma gravidez não planejada e Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's; de receber todo tipo de informação, educação e serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual. Embora esses direitos tenham sido garantidos em uma conferência de mulheres, esses direitos foram garantidos a todas as pessoas, independente de idade, etnia ou gênero. Apesar de esses direitos serem considerados, nota-se o baixo investimento para que sejam garantidos devido à sexualidade ainda ser tratada como um tabu. Quando esse direito é mencionado em defesa de crianças e adolescentes, nota-se uma invisibilidade ainda maior, uma vez que crianças e adolescentes são considerados assexuados (Leite, 2012; Foucault, 2014). Apesar disso, crianças e adolescentes possuem sexualidade. Leite (2012) aponta que a garantia deste direito não pode ser considerada como algo supérfluo, mas como básico para o desenvolvimento humano. Devido ao contexto de repressão e conservadorismo da sexualidade, a defesa desses direitos tem sido baseada nas violações que

as crianças, adolescentes, mulheres e Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais – LGBT’ s têm sofrido, assim como já foi feito aqui nesse espaço.

Partindo da premissa de que a criança e o adolescente possuem sexualidade, Murrie (2012) relata comportamentos sexuais que sejam esperados na infância e na adolescência. Ressalta-se que esses devem ser analisados mediante contexto, o que irá permitir a emissão ou repressão desses comportamentos. De acordo com a autora, no período pré-escolar (dois aos cinco anos), a criança possui uma restrita interação social e deseja reconhecer o corpo humano. Diante disso, ocorre toque nos órgãos genitais, tentativa de tocar os seios das mães e desejo de ver as pessoas nuas, de forma que ficam muito próximas das pessoas. Observa-se que são comportamentos de exploração e identificação (Murrie, 2012).

No período de cinco a nove anos, aumentam as relações sociais com a inserção no ambiente escolar e o comportamento sexual passa a ser mediado por fotos e televisão com o intuito de visualizar corpos nus. Além disso, começa-se a falar sobre o ato sexual, com a pergunta típica "de onde vêm os bebês?". No período seguinte, de nove a 12 anos, o interesse sexual aumenta, de forma que aparecem as experimentações entre os pares e a masturbação. Os 12 - 16 anos são marcados pelas mudanças físicas no corpo, tais como: crescimento dos pelos pubianos, crescimento das glândulas mamárias, crescimento do pênis, menstruação, produção de esperma. As mudanças corporais facilitam o processo de identificação com os papéis de gênero. A masturbação começa a ser presente em ambientes privados e o adolescente sente prazer em ficar vendo as pessoas namorando e começa a ter relacionamentos amorosos (Murrie, 2012). Oliver (2007) ressalta que o adolescente não possui um entendimento claro do que seja um contato sexual inapropriado com crianças menores e também não se preocupa com os efeitos desse contato. Por isso, é fundamental orientar os adolescentes nessa fase a respeito do desenvolvimento da sexualidade, inclusive das fantasias sexuais. O autor (Oliver, 2007) aponta que existem algumas situações no início da adolescência que podem ser consideradas

sinais de alerta para os pais e educadores, indicando a necessidade de intervenções e acompanhamento com vistas a reduzir o abuso sexual de outras crianças. São exemplos dessas situações: ter poucas afinidades com pessoas de mesma faixa etária; isolamento ou permanência de grande parte do tempo com crianças menores; adolescentes que relatam sentir atração sexual por crianças ou que tenham conversas explícitas sobre sexo com outras crianças.

O exercício da sexualidade pode ser desrespeitado provocando crimes, tais como a violência sexual e a homofobia. Nesta dissertação, a violência sexual está sendo caracterizada como a ocorrência de todo e qualquer tipo de atividade sexual ou sua tentativa, na qual o ofensor encontra-se num estágio psicossocial mais avançado que a criança ou o adolescente, ou seja, com idade maior que a vítima, denotando uma relação entre desiguais. Tais atividades podem ocorrer de diversas formas, tal como contato físico (com ou sem penetração), exposição a conteúdos eróticos ou pornográficos e abuso sexual para fins lucrativos, incluindo desde contatos que envolvam órgãos sexuais até a exploração sexual (Morfa, 2003; Ryan, 2012; Santos & Dell’Aglío, 2013; Hohendorff, Costa, Habigzang, Koller, 2014). Frequentemente estas práticas são impostas às crianças e aos adolescentes por meio da força, da violência física e emocional ou pela indução da vontade, podendo ocorrer em ambiente intrafamiliar ou extrafamiliar (Paludo & Schiró, 2012, Ryan, 2012). A violência sexual é uma grave violação de direito e das garantias individuais, pois não considera a liberdade, o respeito e a dignidade do sujeito como está assegurado no ECA (Brasil, 1990; Florentino, 2015).

Ryan (2012) considera a questão do consentimento como um fator importante a ser destacado devido às várias crenças adultocêntricas e machistas em que a sociedade está imersa e que legitimam o comportamento ofensivo. Por esse motivo, a autora (Ryan, 2012) afirma que o consentimento é um acordo entre as partes envolvidas na relação sexual, sendo baseado na compreensão do acordo, do conhecimento dos padrões sociais do que está sendo proposto, dos potenciais risco e consequências, do conhecimento de alternativas, e da voluntariedade e

competência mental. A partir desses elementos, o Código Penal Brasileiro afirma que qualquer ato de lascívia realizado com uma pessoa até os 14 anos é reconhecido com estupro de vulnerável, pois acredita-se que os fatores citados acima não são contemplados (Brasil, 2009).

Os atos que são configurados nos conceitos acima são denominados violência sexual. O PNEVSCA esclarece que o conceito de violência sexual contempla dois tipos de violações, abuso sexual e a exploração sexual (Brasil, 2013), sendo que nesse trabalho será abordada apenas a primeira. Werner (2010) defende a mudança de nomenclatura do abuso sexual para ofensa, uma vez que o termo mais utilizado tem um cunho sexista e faz menção a liberar o uso em excesso de pessoas. É importante enfatizar que a utilização do termo abuso não faz referência apenas ao uso excessivo, como defendido por Werner (2010), mas também o mau uso da sexualidade. Werner (2010) acredita que o termo ofensa refere-se à dor causada a uma pessoa e é congruente com ocorrido. Além da defesa da autora, Domingues (2016) argumenta que o termo ofensa sexual é análogo ao abuso sexual e mais utilizado no contexto da pessoa que praticou a violência sexual. Considerando o foco dado ao adolescente que comete ofensa sexual, nessa dissertação será utilizado o termo ofensa sexual.

As consequências dessa vivência dependem do tempo de exposição, do vínculo entre o autor da violência e a vítima, do grau de penetração, do acompanhamento de outras violências, da idade, da quantidade de ofensas sexuais e da diferença de idade entre os personagens da situação (Pelisoli et al., 2007; Bogaerts et al., 2010; Worley et al., 2011; Florentino, 2015). Os efeitos dessa violência são expressos a nível biológico - lesão física, genital, anal; gestação, doenças sexualmente transmissíveis - DST's, hematomas, contusões, fraturas, perda do controle dos esfíncteres, enurese, encoprese, dores abdominais agudas, náuseas, vômitos, interrupção da menstruação - psicológico - medo, sentimento de culpa, anedonia, rejeição ao ato sexual ou contato físico, transtornos sexuais, alimentares, ansiedade, pânico, depressão, estresse pós- traumático, uso abusivo de álcool e outras drogas, tentativa de suicídio - e social

- isolamento social, baixo comportamento pró-social, dificuldade em relações interpessoais (Florentino, 2015).

A partir do reconhecimento dos danos causados pela ofensa sexual, em especial às crianças e aos adolescentes, a sociedade civil começou a se organizar para a construção de políticas públicas para o seu enfrentamento. Desta forma, após ter sido assegurado esse enfrentamento da violência sexual na Constituição Federal e no ECA, em 1993 foi construída a Comissão Parlamentar - Mista de Inquérito que ajudou a virem à tona diversas situações de violência sexual no Brasil. Em 1996, os movimentos sociais se organizaram no Rio de Janeiro para se mobilizarem para a representação do país na Conferência de Estocolmo (Paixão & Deslandes, 2010).

A partir dessa visibilidade e das constantes campanhas contra a violência sexual contra a criança e o adolescente nos anos 90, em 1997 foi construído o Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, o qual era executado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e Adolescente - ABRAPIA em convênio com o Ministério da Justiça. Em 1999, a sociedade civil iniciou um debate com o poder público para que houvesse um canal de denúncias a nível nacional. Em decorrência da aprovação do PNEVSCA em 2000, foi possível a criação desse canal de denúncia como parte das ações para a articulação de políticas para o enfrentamento dessa grave violação de direito (Paixão & Deslandes, 2010; Medeiros, 2014). Apesar disso, apenas em 2003 o disque denúncia de violência sexual começou a ser executado pelo governo federal. De 2003 a 2010, esse canal recebia denúncias somente com a temática de violência sexual e o com o grupo de crianças e adolescentes. A partir de 2010, começou a receber denúncias das diversas violações de direitos ocorridas com os grupos de idosos, adultos, mulheres, negros, LGBT' s. O Disque Direitos Humanos, mais conhecido como Disque 100, é um sistema de comunicação entre a sociedade civil e o poder público sobre as violações de direitos ocorridas no país. Além disso, recebe

denúncias, as encaminha para as autoridades legais tomarem as devidas providências e realiza o monitoramento das ações (Medeiros, 2014), de forma que o mesmo é um importante espaço para dar visibilidade às reais situações que ocorrem com a população brasileira.

A garantia da proteção dessas crianças e adolescentes passa por diversas situações que tentam ser minimizadas no PNEVSCA e outras legislações (Código Penal, ECA, Lei da Escuta da Criança e do Adolescente - Lei 14.337/2017). Ainda assim, as famílias possuem dificuldades de fazer a denúncia, seja por expor o fracasso familiar de proteção e dos papéis sociais, como por diminuir a renda familiar; ou, no limitado processo de investigação, a comprovação da violência sexual por meio dos exames periciais. Esta questão possui intervenientes, como o grande itinerário percorrido pela vítima, a lentidão do processo de investigação e do judiciário, os poucos serviços especializados disponíveis, a dificuldade de diagnóstico diferencial realizado pelos profissionais e os próprios fatores culturais derivados do patriarcado e do adultocentrismo (Oliveira Jr. et al., 2014). Um dos efeitos dessas crenças como parte do processo de construção cultural brasileira é o não reconhecimento dos direitos sexuais de crianças e adolescentes (Leite, 2012). Isto influencia posteriormente na falta de respeito e garantia dos mesmos com a justificativa de que as crianças e os adolescentes são propriedades dos adultos (pais, responsáveis, professores etc.) e esses também sabem o que melhor pode ser feito aos infantes.

Por fim, o afeto no ambiente familiar propicia aspectos referentes à individuação do adolescente através da separação e do pertencimento, bem como favorece aprendizagens adequadas sobre a sexualidade. Quando isso não é proporcionado, facilita a construção de práticas parentais inadequadas e, em resposta a isso, os adolescentes praticam comportamentos de acting out. Vale ressaltar que este adolescente ainda está em um contexto de aumento de produção hormonal, o que pode levá-lo a praticar comportamentos de risco em uma sociedade que hiper-estimula a sexualidade e reprime as expressões da mesma. Esse cenário favorece o

comportamento de acting out referente à sexualidade. No entanto, quando há a emissão de comportamentos ofensivos sexuais, a família e os profissionais responsáveis pelo atendimento do adolescente tendem a negar a prática desse ato, afirmando ser algo inerente ao desenvolvimento da sexualidade ou uma brincadeira. As justificativas utilizadas pelos profissionais e pela família são referentes aos jogos sexuais. Acredita-se que isso aconteça como uma negação da sexualidade na vida de crianças e adolescentes, bem como uma naturalização quando esse comportamento é praticado por adolescentes do sexo masculino (Souza & Oliveira, 2011). Afinal, o homem nasceu para exercer a sua sexualidade (Zanello; Fiuza & Costa, 2015). Dessa maneira, ressalto a importância de diferenciar os jogos sexuais das ofensas sexuais com a finalidade de diminuir práticas sexistas e de banalização da violência entre os meninos, como se isso fosse inerente a ser homem.

Capítulo II

3. Método

Metodologia é uma palavra referente ao estudo do caminho percorrido para algo, no caso, a pesquisa. A metodologia se faz importante para que o leitor possa compreender como, em qual contexto e os princípios da produção dos resultados. Este caminho deve seguir o rigor científico. Por este motivo, Creswell (2014) e Rampazzo (2005) salientam que a forma escolhida pelo pesquisador deve ser compatível com os objetivos a fim de que haja a produção de conhecimentos fidedignos e válidos.

Desta maneira, optou-se por realizar uma pesquisa de método qualitativo, já que o presente estudo tem a intenção de analisar o contexto do sistema familiar vivenciado pelos adolescentes que cometeram ofensa sexual e assim poder interpretar como estes aspectos influenciam na vinculação do adolescente com a vítima e os demais membros do seu sistema familiar. De acordo com Creswell (2014), a pesquisa qualitativa estuda o significado individual e/ou grupal dos problemas sociais ou humanos a partir de múltiplas fontes de dados. O tipo de pesquisa é descritivo, pois foi descrito como ocorre a vinculação neste sistema familiar após a prática da ofensa sexual. O meio deste estudo foi o documental e o de campo. A análise documental permite ao pesquisador utilizar um ou mais tipos de documentos que não foram produzidos pelo próprio e que não recebeu tratamento analítico anterior (Prates & Prates, 2009). A pesquisa de campo é uma metodologia que se destina a estudar indivíduos, instituições, grupos, o que facilitou a compreensão do contexto do sistema familiar dos adolescentes que cometeram ofensa sexual (Gil, 1994).

3.1 Contexto da Pesquisa

No item anterior foi explicitado o delineamento da pesquisa realizada. Apesar disso, o planejamento deste estudo havia sido diferente, no entanto não pôde ser aplicado devido a interferências do contexto político brasileiro no campo de pesquisa. A metodologia seria qualitativa descritiva a partir das fontes de entrevista e observação das famílias participantes do Grupo Multifamiliar - GM. Abaixo será explicitado o contexto político que interferiu na execução do projeto de pesquisa devido à escassez de recursos humanos e materiais.

A democracia no Brasil foi conquistada recentemente por meio de diversas lutas populares, as quais possibilitaram a construção da Constituição Federal (Brasil, 1988). Essa legislação foi o ápice da afirmação de direitos dos cidadãos brasileiros e a expressão do desejo de viver em um Estado Democrático de Direito. De acordo com a regulamentação da CF (Brasil, 1988), o orçamento de saúde e educação teria uma rubrica definida como mínima, sendo de 15 e 18%, respectivamente. O valor do orçamento da saúde está disposto no artigo 77, dos atos das disposições gerais da CF, enquanto o da educação está defendido no artigo 212 da citada lei. Isto foi feito com a intenção de garantir os devidos investimentos em áreas essenciais para o desenvolvimento da nação. Porém, no ano de 2016, a pasta da saúde possuía o valor orçamentário de 4,8%, abaixo do que é preconizado na CF. Logo, a normatização não estava sendo cumprida e, em vários locais do Brasil, sentia-se a falta de profissionais, medicamentos, aparelhos. Enfim, a saúde já estava funcionando de forma caótica. Em 29 de novembro de 2016 foi aprovado pelo senado um Projeto de Emenda Constitucional 55/2016 que limitou os investimentos públicos durante 20 anos sobre a justificativa que o Estado estava em déficit orçamentário e esse período seria o tempo necessário para o restabelecimento da máquina pública. Essa emenda constitucional foi promulgada em 15 de dezembro de 2016 e transformada em 95/2016.

A situação exposta acima refletiu no campo de pesquisa de forma que não havia recursos humanos e materiais para iniciar um novo GM dos adolescentes que cometeram ofensa sexual, ameaçando o processo de oferecimento regular do grupo de atendimento durante o período para a conclusão do Mestrado. Logo, foi elaborada uma alteração no projeto para que fosse realizada uma pesquisa documental dos prontuários dos participantes do GM realizado nessa instituição com essa temática, no ano de 2017. Diante disso, complementa-se Creswell (2014) que além da escolha do método ser compatível aos objetivos, deve ser também em relação ao contexto sócio-político- institucional. O contexto exposto representa a crise do Estado brasileiro e a dificuldade de garantir o atendimento ao autor de ofensa sexual.

Atualmente, o Brasil está em crise, a qual iniciou-se com as questões "econômicas", fruto dos inúmeros privilégios resguardado ao poder legislativo, ao judiciário e à corrupção. Bittar (2017) acredita que a crise econômica estende-se de forma representativa e simbólica pois a confiança tem sido diminuída do micro ao macro nas relações interpessoais no país. Esse contexto foi instalado devido às constantes retiradas de direitos, à cisão da população em direita e esquerda e outras. O país já tinha dificuldades de assegurar os direitos garantidos na CF e, neste período é provável que aconteça um aumento populacional, de forma que os direitos sociais básicos sejam interrompidos totalmente. Além disto, têm sido discutidos e propostos projetos de privatização das universidades e da saúde públicas, terceirização, reformas trabalhistas e previdenciárias. No geral, estas propostas têm relativizado os direitos sociais básicos. De acordo com o Boaventura Sousa Santos (2017), o que está acontecendo no Brasil não irá destruir a educação, a saúde ou o trabalho, no entanto tem a intenção de que as políticas públicas não cumpram o seu papel de transformação social, de forma que as desigualdades sociais permaneçam. Ou seja, os direitos básicos e sociais não serão mais públicos e restringirão o acesso, de forma que continuem existindo a saúde, a educação e, o trabalho, mas de forma privatizada.

Outro aspecto relacionado com a dificuldade de executar esta pesquisa é referente ao tema da mesma. A pesquisa tinha a intenção de ser realizada no único local do país que promove atendimento público ao adolescente que cometeu ofensa sexual, até onde se sabe. Destaca-se que a população deste serviço é estigmatizada e a sociedade ainda possui a dicotomia proposta por Foucault (2014) de punir x tratar em relação a estes adolescentes. Além das estigmatizações com o público-alvo desta intervenção, esta estratégia no enfrentamento da violência sexual é recente e ainda necessita ser reafirmada como uma ação de interrupção da violência sexual e humanização do ofensor. O atendimento aos autores de ofensa sexuais vem sendo sugerido no PNEVSCA desde de 2013, no entanto apenas foi reconhecido pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual como parte da política de enfrentamento em 2015.

3.1.1 Contexto Institucional da Pesquisa

A coleta de informações da pesquisa foi realizada no PAV - Jasmim, no Centro de Orientação Médico Psicopedagógico – COMPP, um ambulatório de saúde mental infanto-juvenil. A partir de 2012, o Distrito Federal passou a ter unidades de atendimentos para as pessoas em situação de violência. Este atendimento é realizado pelo Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência - PAV, o qual foi instituído por meio da portaria da Secretaria Estadual de Saúde nº 141/2012. Esse programa funciona de forma regionalizada e promove ações de acolhimento, intervenção individual, grupal e familiar, e vigilância epidemiológica dos casos de violência (Distrito Federal, 2012). A região central do Distrito Federal possui os PAV' s Alecrim, Margarida e Jasmim. Dois desses PAV' s oferecem atendimento ao autor de violência sexual, seja adulto (PAV Alecrim) ou adolescente (PAV Jasmim).

Apesar de o programa ser instituído em portaria apenas em 2012, o COMPP já oferecia atendimento a adolescentes que cometeram ofensa sexual, na modalidade de intervenção grupal, desde de 2009. O formato desta intervenção privilegia uma compreensão de que a intervenção com adolescentes deve ser realizada em uma perspectiva familiar (Minuchin & Fishman, 1990). Esse atendimento foi iniciado devido ao surgimento dessa demanda no serviço de saúde.

O atendimento oferecido a esses adolescentes é o GM. No ano de 1950, o movimento familiar em psiquiatria iniciou grupos com famílias de pessoas com sofrimento psíquico em instituições de ensino superior localizadas em Lidz e Yale referente ao grupo de Johns Hopkings, em Palo Alto, com Jackson e em Bethesda, sendo o grupo coordenado por Bowen. Segundo as pesquisas realizadas por esses grupos, foi observado que essa metodologia promovia resultados 50 % mais rápidos do que o atendimento de terapia familiar individual (Bowen, 1976). Em 1998, as pesquisadoras Meerzan e O'Keefe realizaram um estudo comparativo entre a metodologia da Terapia Familiar Tradicional e os Grupos Multifamiliares de Terapia Familiar - GMTF aplicados a casos de abuso sexual infantil e negligência, sendo identificado que os GMTF' s diminuíram significativamente a potencialidade de ocorrer novos casos de violência e ampliaram o suporte social da família (Meerzan & O'Keefe, 1998). Nogueira Silva Costa (2012) e Zappe e Dias (2012) apontaram que as famílias que possuem situação de ofensa sexual ou ato infracional, no geral, são famílias fechadas com fronteiras rígidas, de forma que os membros deste sistema possuem pouco contato social. De acordo com o trabalho de Meerzan e O'Keefe (1998), a dinâmica familiar fechada após esta metodologia foi modificada, viabilizando a construção de fatores de proteção. Logo, esta metodologia demonstra resultados que poderiam contribuir com a intervenção para famílias que tiveram a experiência da ofensa sexual, de forma que fosse restabelecida a proteção familiar.

Costa et al. (2011), Penso et al. (2012), Costa et al. (2012) e Costa et al. (2013) informam que, no processo de construção desta intervenção com os adolescentes, a equipe de profissionais em conjunto com a professora Liana Fortunato Costa da Universidade de Brasília elaboraram uma proposta baseada nos seguintes aportes teóricos: a) Psicologia Comunitária - o trabalho em grupos e adaptação da psicologia clínica para comunidade; b) Terapia Familiar - a família é compreendida como o cliente da terapia, em uma perspectiva contextual; c) Sociodrama - esta abordagem possibilita entender que o grupo é o protagonista, o qual tem objetivo de ter uma ação protagônica; d) Teoria das Redes Sociais - enfatiza a necessidade de preservar as relações naturais do sujeito, pois as mesmas são estabelecidas através de trocas de experiências e semelhanças.

O GM foi pensado em cinco a sete sessões, em que eram tratados os assuntos de proteção, sexualidade, violência sexual, transgeracionalidade e projeto de namoro. As sessões deveriam ter duração de três horas e ocorriam a partir de três etapas orientadas pelo psicodrama: aquecimento, dramatização e compartilhamento. O aquecimento tinha a intenção de integrar o grupo e estimular a discussão; a dramatização era o momento de aprofundamento e reflexão do tema; e o compartilhamento era a construção de soluções práticas (Penso et al., 2012; Costa et al., 2012).

Da data inicial de implantação dessa intervenção psicossocial grupal até o presente momento, foram implantadas modificações (Domingues et al., 2015). As mudanças ocorridas foram no aumento do número de sessões grupais, que passou de cinco para oito; a introdução de um contato individual com o adolescente na entrevista de acolhimento da família, e a aplicação de forma exploratória do instrumento atuarial Estimativa de Risco de Reincidência de Agressão Sexual em Adolescentes – ERASOR (Worling & Curwen, 2012). Com essa estruturação, o programa executado pelo PAV Jasmim vinha oferecendo, de forma sistemática, atendimento grupal aos adolescentes que cometeram ofensa sexual, seguindo um cronograma

que inclui: acolhimento, avaliação de risco de reincidência, organização do grupo, oferecimento da intervenção grupal, finalização da avaliação de risco e oferecimento de sessões adicionais para aqueles adolescentes e/ou familiares que tenham apresentado uma condição média e/ou alta de risco de reincidência do ato violento.

3.2 Sujeitos

O GM realizado no ano de 2017 com os adolescentes que cometeram ofensa sexual foi composto por 10 famílias. Destaca-se que as famílias participantes desta intervenção deveriam ter a suspeita ou denúncia de uma ofensa sexual intrafamiliar. O contexto de Brasília traz um diferencial para organização espacial das famílias. Em bairros periféricos, uma família e sua extensão (tios(as), irmãs (aos)) moram todos em um lote com diversas casas, de forma que, apesar de terem o próprio espaço físico, uma família apoia a outra. Nessa situação, os (as) adolescentes ficam sob a responsabilidade das(os) irmãs(aos) e primos(as) mais velhos (Said, 2017). Esta situação configura, como apresentado por Pelisoli et al. (2007) e Minuchin (1982), na denominação de família a partir dos laços afetivos.

A fim de mascarar a identificação dos adolescentes e dos seus familiares, foram utilizados nomes fictícios de cantores do Rock brasileiro, pois este gênero musical possui características semelhantes ao dos adolescentes. O Rock foi criado no sul dos Estados Unidos sob a influência do Blues, Country e Jazz. Destaca-se que o Blues era uma música norte americana cantada pelos negros que habitavam em bairros periféricos com a intenção de expressar o seu sofrimento. Além disso, o Rock é simbolizado como algo presente na adolescência e indicador de transgressão devido ao som da guitarra, o vestuário dos cantores e as letras de inconformismo (Zebadúa- Carbonell, López- Moya & Ascencio - Cedillo, 2016). Acredita-se que a ofensa sexual seja a expressão de um sofrimento deste adolescente por meio

de atos transgressivos. Além disso, foi levado em conta para a escolha dos nomes, cantores representantes das cinco regiões do Brasil.

Os nomes fictícios são: Cazuza, Frejat, Nando Reis, Chico Science, Russo Passapusso, Raul Seixas, Cláudio Clan, Chorão, Humberto Gessinger, Renato Russo. O representante da região norte é Cláudio Clan, que é o cantor de uma banda de Trash Metal denominada Caos Devasta que defende a Amazônia. Os artistas Chico Science e Russo Passapusso são originários da região nordeste. Chico Science foi um dos principais idealizadores do Manguebeat, que é um movimento de contracultura que mistura o maracatu, rock, reggae, hiphop, funk americano e música eletrônica em defesa do Mangue. Ele postulou esse movimento na banda recifense Nação Zumbi. Russo Passapusso é o cantor da banda Baiana System que reinventou o uso da guitarra baiana. O Centro-Oeste foi representado pelo cantor brasileiro dos anos 80 e 90, Renato Russo, da banda Legião Urbana. Humberto Gessinger é o vocalista das bandas gaúchas Engenheiros do Hawaii e Pouca Vogal. Os demais cantores são originários da região sudeste, os paulistas Chorão, Raul Seixas, Nando Reis e os cariocas Cazuza e Frejat.

Abaixo estão descritas características das famílias e dos adolescentes. A tabela 2 contém informações sobre nome, idade, escolaridade e características da vítima da ofensa sexual praticada, enquanto a tabela 3 informa a respeito dos integrantes da família, da renda familiar e do tipo de estrutura familiar.

Tabela 2

Características dos sujeitos adolescentes da pesquisa

n	Nome	Idade	Escolaridade	Vítima (sexo, idade)
1	Cazuza	16	E. F II - 8º ano	Maurício (M, 4 anos)
2	Frejat	13	E. F II - 8º ano	Júlia (F, 4 anos)
3	Nando Reis	14	E. F II - 9º ano	Zóe (F, 6 anos)
4	Renato Russo	13	E. F II - 8º ano	Eduardo (M, 6 anos)

				Kadu (M, 5 anos)
				Paulo (M, 4 anos)
5	Humberto Gessinger	14	E. F I - 4º ano	Bebeto (M, 11 anos)
6	Claúdio Clan	14	E. F I - 5º ano	Rafaela (F, 10 anos)
				Rafael (M, 2 anos)
7	Chico Science	13	E. F II - 7º ano	Fátima (F, 3 anos)
8	Russo Passapusso	17	E. F II - 9º ano	Rodolfo (M, 7 anos)
				Rafael (M, 10 anos)
9	Chorão	16	E. M - 1ª série	Aluíza (F, 11 anos)
10	Raul Seixas	16	E. F II - 8º ano	Marcelo (M, 7 anos)

Legenda:

F - Feminino

M - Masculino

E. F - Ensino Fundamental

E. M - Ensino Médio

Tabela 3

Características das famílias pesquisadas

Nome	Membros da família	Renda Familiar
Família de Cazuzza	Lucinha (mãe), Alice (tia), 3 primos (26, 19 anos)	3 S.M
Família de Frejat	Léia (mãe), padrasto, Rafael (irmão), Júlia (irmã), irmão	7 S. M
Família de Nando Reis	Cecília (mãe), Sebastião (padrasto), Marisa (irmã)	Desconhecida

Família de Renato Russo	Maria do Carmo e Renato Russo	Desconhecida
Família de Humberto Gessinger	Cacilda (mãe), Rosália (irmã) e irmão	Desconhecida
Família de Cláudio Clan	Tia-avó materna e os 2 irmãos	1 S. M
Família de Chico Science	Pai, mãe	3 S. M
Família de Russo Passapusso	Mãe, padrasto e três irmãos	2 S. M
Família de Chorão	Mãe, irmã	1 S.M
Família de Raul Seixas	Pai, mãe, avós maternos, tia materna e 5 irmãos (Felipe-20, Elvis-20, Ezequiel-18, Lucas, Mateus-8, Gabriela-7)	Menos de 1 S. M

Legenda:

S.M- Salário Mínimo

3.3 Instrumentos

A pesquisa foi elaborada através de instrumentos das fontes documentais e de campo. Em relação à análise documental, foram utilizados os prontuários das famílias atendidas no ano 2017, fotos da Escultura Familiar e do Genograma. A pesquisa de campo foi realizada através do diário das atividades realizadas no GM.

O prontuário das famílias é um documento referente ao atendimento do adolescente no COMPP, onde é composto pelo registro das informações ocorridas nos atendimentos na instituição e pelos encaminhamentos e relatórios psicossociais. Este instrumento possibilitou a

identificação dos dados sobre a história de vida do adolescente, da família e da ofensa sexual cometida.

A Escultura Familiar consiste em uma técnica não verbal que permite a representação simbólica de um sistema com pouca ou nenhuma racionalização, resistência e/ou rótulos (Andolfi, 1996). A escolha da Escultura possibilitou visualizar as interações familiares (Andolfi & Mascellani, 2012), descrever a organização familiar, os papéis assumidos e a qualidade de vinculação de cada membro.

O Genograma familiar consiste em um mapeamento gráfico da história e do padrão familiar, onde pode ser avaliados a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos de um determinado grupo familiar. Carter e McGoldrick (2001, p.146) salientam ainda que podem ser buscadas informações sobre "background étnico e data da imigração; religião ou mudança religiosa; educação; ocupação ou desemprego; serviço militar; aposentadoria; problemas com a lei; violência física e incesto; obesidade; abuso de álcool e outras drogas, data em que os membros deixaram a casa; atual localização de membros da família". Este instrumento possibilitou a coleta de informações acerca da estrutura familiar, transgeracionalidade, vinculação e delegação da lealdade familiar.

O diário de campo é um instrumento utilizado em observações participantes e "permite aos pesquisadores descreverem pessoas, objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas; bem como suas ideias, estratégias, reflexões e palpites (Afonso, Souza da Costa Silva, Ramos Pontes & Koller, 2015, p.134). Nesta pesquisa, este instrumento foi construído através da descrição das atividades promovidas no GM, dos comportamentos verbal e não-verbal dos participantes e da localização das pessoas na sala de atendimento.

3.4 Procedimentos da Coleta

3.4.1 Etapas do GM

O GM ocorrido em 2017 iniciou as entrevistas em abril com a presença de quatro técnicas e duas estudantes de mestrado (sendo uma delas a pesquisadora) e uma aluna do doutorado do programa de Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Foram realizadas 10 entrevistas com adolescentes e familiares que tinham a intenção de buscar informações a respeito da subjetividade do adolescente que cometeu ofensa sexual, do funcionamento familiar, da identificação da rede de apoio e esclarecimentos a respeito da(s) ofensa(s) suspeita (s) ou praticada(s). No dia 20 de abril, o grupo iniciou com sete famílias entrevistadas. Os atendimentos ocorreram quinzenalmente até o mês de julho. A partir desse mês, o grupo passou pela perda de profissionais por problemas e outras complicações de saúde que os levaram a se ausentar, de forma que os atendimentos ficaram muito espaçados. Durante os encontros, houve ainda complicações e interrupção nos atendimentos devido às limitações de espaço físico. O grupo veio a finalizar em novembro de 2017, sendo realizadas doze sessões. Estas situações interferiram no atendimento, de forma que as sessões não tiveram todas as fases (aquecimento, dramatização e compartilhamento) apresentadas anteriormente.

No primeiro atendimento estiveram presentes as seguintes famílias: Frejat, Nando Reis, Renato Russo, Cláudio Clan, Chico Science, Russo Passapusso e Chorão. No segundo atendimento foram acrescentadas novas famílias que não puderam comparecer no primeiro encontro devido a questões financeiras, as quais foram: Cazuza, Humberto Gessinger e Raul Seixas. Nessas duas sessões (20/04 e 04/05), houve a apresentação dos participantes, a construção das esculturas familiares, e a aplicação da dinâmica do gato e o rato para aquecer o tema da proteção. A técnica da Escultura Familiar foi feita com a participação da mãe, do adolescente e da equipe de profissionais. Foi solicitado à mãe que construísse a representação da sua família com os participantes ou objetos da sala de atendimento e foi feita uma fotografia

desse momento. Posteriormente, foi pedido que o adolescente realizasse as mudanças na foto da forma como entendesse ser necessário, retirou-se uma nova foto. De acordo com a técnica, o momento em que as fotografias foram feitas refere-se ao momento estático da escultura e a fase das mudanças realizadas na foto pelo adolescente como dinâmica (Andolfi, 1996). A dramatização foi feita nos subgrupos com a produção de cartazes sobre proteção e risco. O compartilhamento aconteceu com a apresentação da produção realizada nos subgrupos para o grande grupo e um grito de guerra, como um ritual final desta sessão

A terceira e a quarta (18/05 e 08/6) sessões foram sobre a sexualidade, sendo que o tema foi tratado em subgrupos com a produção de cartazes sobre atração sexual e sexualidade. O compartilhamento ocorreu da mesma maneira que do tema anterior. Na terceira sessão compareceram todas as famílias. O quarto atendimento foi realizado apenas com as mães e participaram Cacilda (mãe de Humberto Gessinger), Natália (tia-avó de Cláudio Clan), Maria do Carmo (mãe do Renato Russo), Fernanda (avó do Renato Russo), Rita (mãe do Chico Science), Lucinha (mãe de Cazuza) e Nilda (mãe de Chorão).

A quinta (29/06) sessão contou com a presença de um servidor do sistema judiciário para conversar com as famílias sobre a violência sexual como um crime e sua responsabilização. As famílias puderam retirar dúvidas a respeito do tema com o convidado. Nesta sessão estavam presentes as famílias de Cazuza, Frejat, Nando Reis, Cláudio Clan, Chico Science e Chorão.

Na sexta e sétima (03/08 e 24/08) sessões ocorreram a construção e a apresentação do genograma, sendo que na primeira foi realizado o desenho gráfico com as famílias e na segunda o mapa foi apresentado ao grande grupo. As duas atividades foram feitas com o auxílio de duas técnicas do GM. O compartilhamento da sessão de apresentação foi feito através da bênção das mães e avós aos filhos e uma oração. Essas atividades foram propostas pelas profissionais. A construção do genograma foi elaborada com as famílias de Cazuza, Frejat, Renato Russo,

Humberto Gessinger, Cláudio Clan, Chico Science e Chorão. Apresentação foi realizada por todas as famílias citadas anteriormente, exceto a do Humberto Gessinger.

A oitava e a nona (31/08 e 14/09) sessões foram realizadas com as vítimas que continuavam tendo contato próximo com o adolescente ofensor e não tinham recebido nenhuma intervenção psicoterapêutica anterior, participando Guilherme (irmão do Cláudio Clan), Alessandro (irmão do Cláudio Clan), Gabriela (irmã do Cláudio Clan) e Júlia (irmã do Frejat). Nos atendimentos com as vítimas, foi trabalhada a sexualidade e a proteção das(os) mesmas(os), sendo realizada a construção de uma silhueta para falar da violência sofrida no corpo, a dramatização de uma cena onde um adolescente tentaria se aproximar para tocar nos órgãos genitais das crianças e construção de um cartaz sobre proteção e risco. Na décima sessão (21/09) foi feita uma devolutiva aos responsáveis pelas crianças vitimadas.

Na décima primeira (05/10) sessão, foi feita uma devolutiva às mães dos adolescentes que cometeram ofensa sexual. Nesta sessão compareceram as seguintes genitoras: Maria do Carmo, Fernanda, Nilda, Léia (mãe do Frejat), Rita, Marilena (mãe do Cláudio Clan), Maria Eugênia (avó materna do Cláudio Clan). Na última sessão (23/11), foi realizada a construção de um projeto de futuro, sendo feita uma linha do tempo dos próximos 15 anos com a participação das mães (Natália, Rita e Nilda) e dos adolescentes (Cláudio Clan, Chico Science e Chorão).

3.4.2 Procedimento da Coleta de Informações

A coleta de informações ocorreu no período de outubro de 2017 a fevereiro de 2018 no serviço de saúde. No primeiro momento foram estabelecidas as mudanças necessárias e possíveis na metodologia da pesquisa com as profissionais responsáveis pelo GM, a supervisora do atendimento e a orientadora da pesquisa e pesquisadora. A partir disso, foi

acordada a utilização dos prontuários, das fotos das Esculturas Familiares e do Genograma do último GM. Desta maneira, buscou-se uma nova autorização da direção da instituição e foram combinados horários em que as profissionais poderiam acompanhar a pesquisadora para escanear os documentos pertencentes aos prontuários. Esse procedimento foi utilizado devido à instituição ter a regra de que apenas os profissionais poderiam ter acesso a tais informações. Diante da compreensão do contexto de baixos recursos humanos e da alta demanda de serviço, observou-se que ter esses prontuários digitalizados facilitaria a execução das atividades das profissionais, bem como da pesquisadora. Foram escaneados todos os prontuários das famílias que participaram de pelo menos um dos encontros do GM realizado no ano de 2017. As fotos da Escultura Familiar foram repassadas através dos arquivos disponibilizados pela equipe profissional do GM com a intenção de garantir a qualidade visual.

Após este momento, foram avaliadas as lacunas de informações dos dados coletados. A partir disto, buscou-se cada componente da equipe a fim de complementar as informações já existentes nos prontuários através do diário de campo da pesquisadora e entrevistas com as estudantes de pós-graduação pertencentes à intervenção. As entrevistas ocorreram com a intenção de buscar maiores informações sobre o ocorrido nos subgrupos, sendo transcritas e acrescentadas ao prontuário. Destaca-se que o fato de a pesquisadora estar presente na intervenção possibilitou a qualificação das informações registradas no documento institucional e da pesquisa.

3.4.3 Procedimento da Análise de dados

Os dados coletados na pesquisa foram analisados e interpretados utilizando como referência a análise de conteúdo pós-determinada, compreendida como uma técnica de tratamento das informações que busca a lógica na interpretação cifrada do material qualitativo.

No intuito de atingir um nível mais aprofundado, a análise de conteúdo temática articula a superfície dos textos descritos com aspectos psicossociais, contexto cultural e processo de produção da mensagem (Minayo, 1996).

Após a coleta de informações, observou-se que nem todos os sujeitos da pesquisa apresentavam informações referentes a todos os instrumentos. Dessa maneira, os Genogramas foram refeitos a partir do mapa elaborado com as famílias e as informações contidas nos prontuários foram acrescentadas posteriormente. As famílias de Nando Reis, Russo Passsapusso e Raul Seixas não estiveram presentes na sessão de construção do genograma, sendo desenvolvido o mapa da pesquisa apenas com as informações contidas nos prontuários. Para a realização do desenho dos Genogramas, foi utilizado o programa *GenoPro*.

Em relação à técnica da Escultura Familiar, destaca-se que a família de Humberto Gessinger se recusou a participar da atividade, sendo que não houve maneira de obter informações deste instrumento. Os arquivos referentes às fotos das Esculturas Familiares foram transferidos para o aplicativo *PicsArt*, sendo colocado o efeito *artistic oil* nas fotos com a intenção de desfocar a imagem dos rostos dos sujeitos e garantir a privacidade dos mesmos. Após isso, foi acrescentado texto com legendas nos rostos dos sujeitos.

Os procedimentos descritos acima são referentes ao tratamento dos dados. Após esse processo, todas as informações foram sistematizadas. Posteriormente, fez-se a leitura exaustiva da integração dos resultados, sendo destacados os temas mais frequentes, que são: afetividade, novas configurações familiares, relação de cuidado entre membros da família, amizade, delegações, rompimentos, vínculos, poder, violência, migração da região norte e nordeste para Brasília, problemas financeiros, conflitos, comunicação, estrutura familiar, sexualidade e saúde do adolescente.

A partir destes temas, foram construídos eixos de discussão: 1) Afetividade - relacionado à disponibilidade de trocas amorosas entre os membros da família; 2) Vínculos -

identificação da manutenção das uniões e dos rompimentos entre os membros das famílias; 3) Comunicação – compreensão dos conteúdos verbais e não-verbais transmitidos entre os membros das famílias, principalmente sobre a ofensa sexual. A cada eixo de discussão foi atribuído um título: 1) Quero saber qual lugar eu ocupo na sua vida; 2) Fui... Mas volto já; 3) [In] visibilidade do sofrimento das famílias em situação de ofensa sexual.

3.5 Cuidados éticos

Esta pesquisa seguiu os princípios éticos apontados pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo Código de Ética do Psicólogo e pela resolução sobre pesquisa em psicologia com seres vivos elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia. As informações retiradas dos prontuários terão seu sigilo assegurado, resguardando a identidade dos participantes nas análises. Nos produtos da pesquisa (relatórios, artigos), os participantes serão identificados por nomes fictícios (CNS, 2012; CFP, 2000; CFP, 2005).

A partir dessas normatizações, foi elaborado um projeto que contém a pesquisa aqui descrita e uma pertencente a uma pesquisadora do doutorado, sendo denominado O adolescente que cometeu ofensa sexual: proteção, responsabilização e vínculos familiares. O projeto tem objetivo de conhecer o adolescente que cometeu ofensa sexual, sendo dividido em dois eixos: um que buscaria compreender as medidas protetivas e os vínculos familiares, e outro eixo que teria a intenção de compreender o processo de responsabilização jurídica. Vale ressaltar que os procedimentos metodológicos foram discutidos com a equipe profissional do PAV Jasmim. Em relação à parte da pesquisa apresentada neste trabalho (Eixo I), após a construção do projeto, este foi apresentado à equipe de profissionais que desenvolvem o GM, no COMPP. As profissionais do GM se comprometeram em apresentar o projeto à diretora da instituição. Dessa maneira, o projeto e o documento que celebrava aceitação institucional para o desenvolvimento

dessa pesquisa foi entregue às profissionais no início do mês de dezembro de 2016. No final do mês de janeiro de 2017, esses documentos foram entregues assinados à pesquisadora.

Posteriormente, o projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil em meados do mês de fevereiro. Após um mês, a plataforma informou que o cronograma não se encontrava da maneira exigida pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Então, o documento foi refeito e postado novamente. Após dois meses, o projeto foi aprovado, no CAEE 66485717.0.0000.5540, no dia 09 de maio de 2017. No entanto, com a situação da possibilidade de não ocorrer um novo GM em tempo hábil, no mês de dezembro de 2017 foi elaborado um novo documento esclarecendo a dificuldade de realizar a pesquisa da maneira apresentada no primeiro momento e propondo o acréscimo da pesquisa documental. No início do mês de fevereiro de 2018, a instituição devolveu o documento assinado e foi elaborada uma ementa no projeto, na Plataforma Brasil.

Capítulo III

4. Resultados

Os resultados foram organizados a partir dos registros contidos nos prontuários das famílias atendidas no GM de 2017. Primeiramente, apresentam-se as histórias pessoais, familiares e da ofensa sexual praticada pelos adolescentes, as quais foram obtidas na entrevista de acolhimento e documentos judiciais. Pontua-se que, para facilitar a narrativa das mesmas, foram adotados nomes fictícios. Em segundo lugar, será apresentado o registro das informações obtidas na construção da Escultura Familiar, e em terceiro lugar, as informações obtidas na confecção do Genograma. Por fim, apresenta-se o registro de informações adicionais obtidas durante o processo do GM, oriundo de um diário de campo da pesquisadora. É importante informar, ainda, que todos os dados levantados (idade, série escolar, acontecimentos) referem-se ao segundo semestre de 2017, período final de realização da intervenção.

Destaca-se que existem resultados que diferem na forma de sua obtenção. Nesse sentido, os Genograma de Nando Reis, Russo Passapusso e Raul Seixas foram construídos com base nas informações contidas nos prontuários. Os demais participantes tiveram a construção do Genograma realizada em sessão específica para esse fim. A família de Humberto Gessinger se recusou a realizar a Escultura Familiar. Diante dessas informações, foi elaborada a tabela abaixo com a consolidação desses aspectos citados.

Tabela 4

Informação obtida de cada adolescente em cada instrumento

Prontuário	Escultura familiar	Genograma	Diário de Campo
-------------------	---------------------------	------------------	------------------------

Cazuza	X	X	X	X
Frejat	X	X	X	X
Nando Reis	X	X	X	X
Renato Russo	X	X	X	X
Humberto G	X		X	X
Cláudio C	X	X	X	X
Chico Science	X	X	X	X
Russo Passapusso	X	X	X	X
Chorão	X	X	X	X
Raul Seixas	X	X	X	X

4.1 Registro nos Prontuários: História de vida do adolescente, da família e da ofensa sexual cometida

Cazuza

No momento da coleta de informações, Cazuza (17 anos) cursava o oitavo ano do ensino fundamental e estudava inglês, sendo assíduo na escola. Cazuza repetiu três vezes o oitavo ano por falta de interesse, segundo ele. Além disso, o adolescente gosta de andar de bicicleta e skate na comunidade e jogar *vídeo game*. Quando o GM teve início, ele namorava uma adolescente de 16 anos que morava em seu prédio, Sandra. Esta adolescente passou a residir com a avó após intervenção do Conselho Tutelar, por conta de seu pai tê-la violentado fisicamente em função do namoro com Cazuza. Sandra dormia a semana na casa do adolescente ou vice-versa e passavam o tempo vago juntos. No decorrer das sessões do GM, Cazuza terminou o namoro, e ninguém da família soube o motivo.

Os pais de Lucinha (45 anos, mãe de Cazuza) possuíam conflito na relação marital. Quando o casal estava começando a separação, o pai de Lucinha morreu em um acidente de trabalho oriundo da escavação de minérios. A família recebeu apenas o corpo do esposo sem saber ao certo o motivo. Após a morte do pai, Lucinha saiu da região norte do país e veio morar em Brasília com a vontade de conhecer a cidade grande. Em pouco tempo, começou a trabalhar de empregada doméstica, casou-se com o João, e sua irmã Alice (43 anos) veio morar com ela. Lucinha engravidou de João, e durante o período gestacional, o esposo saiu para beber sozinho e foi baleado. Lucinha o socorreu na rua, porém ele ficou paraplégico. Assim, até os oito anos de vida, Cazuza recebeu pouca atenção da mãe devido às necessidades de cuidado do pai.

Quando Cazuza começou a estudar, seus colegas da escola chamavam seu pai de aleijado, fazendo-o sentir raiva e vergonha dessa situação. João orientava o filho a cuidar da mãe. Anos antes da morte de João (aos 36 anos, aproximadamente), Lucinha decidiu - se separar, pois estava cansada de apenas vigiar o esposo, apesar de continuar cuidando dele até a morte. Lucinha conta que um dia João saiu com os sobrinhos que possuíam envolvimento com drogas e passaram o dia ingerindo bebida alcoólica. A mãe de Cazuza acredita que os sobrinhos devem ter dado droga e não levaram o tio para fazer as necessidades básicas, de forma que quando Lucinha foi visitá-lo, os olhos do esposo estavam amarelos. Logo após esse episódio, João faleceu. Cazuza relata que esses mesmos sobrinhos haviam "mexido" nele. A mãe não sabia desse ocorrido.

Após a morte de João, Lucinha e Alice passaram a dar tudo o que Cazuza solicitava e não colocavam limite no filho por acreditar que já sofria muito pela ausência do pai. A falta de limite possibilitava que a mãe pouco soubesse onde o filho estava, o que fazia e com quem se encontrava. Alguns anos depois, a irmã mais velha de Lucinha, Elis, passou a mandar um filho de cada vez para as irmãs (Lucinha e Alice) criarem em Brasília, permanecendo com ela apenas o filho usuário de drogas. Assim, vieram morar com Alice, Lucinha e Cazuza: Léo (cozinheiro,

27 anos), Zélia (modelo, 25 anos) e Roberto (estagiário e estudante universitário, 22 anos). A chegada dos primos intensificou o isolamento do adolescente. Há histórico de que esses primos faziam brincadeiras com Cazuzza que o mesmo não gostava.

A história da ofensa sexual ocorreu com Maurício (quatro anos). Cazuzza mora desde pequeno no prédio em que os avôs da vítima residem, de modo que o avô do Maurício cuidou de Cazuzza quando criança. Alice tinha uma relação próxima com Bete (mãe de Maurício), chegando a irem tomar chope juntas. Apesar de a criança não morar neste prédio, Bete o deixava sob os cuidados de seus pais (no mesmo prédio em que Cazuzza mora) durante o dia para ir trabalhar. Cazuzza relata que "trocava o skate e a bicicleta com Maurício para que fizessem sexo oral um no outro". A criança contou para sua mãe, que imediatamente o levou juntamente com Cazuzza à delegacia. Após ter feito o boletim de ocorrência, Bete informou a Lucinha o ocorrido. A primeira reação da mãe de Cazuzza ao saber da história foi perguntar ao filho se ele era gay. De acordo com o relatório do Ministério Público (cópia presente no prontuário), Cazuzza quando perguntado sobre a ofensa sexual, ficou calado, no entanto não negou o fato diante de sua mãe e nos encontros ocorridos no GM.

Bete relatou que após a ofensa sexual não conversou sobre o assunto com o filho (Maurício), porque não desejava que o mesmo ficasse lembrando do ocorrido, no entanto ela ainda ressaltou que aumentou a comunicação com o filho. Mauricio, a vítima, continua ficando com os seus avós durante o dia. Os avós cuidam de Maurício e mais três crianças. Bete relata que, no ano que vem, o filho vai ficar em uma escola de tempo integral, o que poderia impedir o contato de Maurício com Cazuzza.

Frejat

Frejat tinha 13 anos e cursava o oitavo ano. Seus pais estavam separados, mas ele mantinha o contato com ambos no período da intervenção. Frejat possui diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH e também está incluído no Espectro Autista (Asperger e superdotação). A partir destes diagnósticos, ele pratica jiu-jitsu, estuda inglês e participa de atividades na igreja como maneira de socialização e para gastar energia. Além disso, gosta de jogar *vídeo game online* e ler mangás eróticos. Léa (atualmente, 34 anos, mãe de Frejat) ficou grávida de José (pai de Frejat, atualmente com 34 anos), quando os dois tinham 19 anos de idade. O casal ficou junto durante um período de aproximadamente dois anos. Posteriormente, Léa casou-se com um policial chamado Agenor e com ele teve dois filhos e uma filha: Rafael (12 anos), Frederico (oito anos) e Júlia (quatro anos). José se uniu a outra mulher, Ângela, a qual já tinha uma filha (Gal, 11 anos) de uma união anterior. Com Ângela, José teve uma filha chamada Bete (dois anos). Atualmente moram na mesma casa Ângela, José, Gal e Bete.

Frejat ofendeu sexualmente sua irmã Júlia quando a mesma queria brincar com um jogo que pertencia a ele. Nessa situação, Frejat disse que a deixaria jogar se ela baixasse a calcinha. Júlia saiu correndo na casa, foi para o banheiro e o irmão foi atrás dela. No banheiro, a irmã tirou a calcinha, e Agenor surpreendeu Frejat tentando fazer penetração anal na irmã. A família decidiu não fazer a denúncia. No entanto, nos dias seguintes, Léa procurou um psiquiatra com a queixa de não conseguir dormir e de instabilidade de humor devido ao ocorrido. O médico encaminhou a família para atendimento em um PAV. Léa foi chamada pela equipe do GM, e informada sobre a notificação compulsória, aspecto com o qual a família não concordou.

Léa orientou a todos da família que não contassem sobre o ocorrido e pressionou Júlia para que não falasse nada a respeito com ninguém. O assunto da ofensa sexual não é falado em família. Na sessão de construção do Genograma (compareceu apenas Frejat e Léa), Frejat mencionou que havia se arrependido e nunca pediu desculpas para a mãe ou para a Júlia, por

acreditar que poderia piorar a situação se falasse no assunto. Neste momento, ao escutar o filho, Léa cobrou pedido de desculpas, e informou que, após a notificação da equipe do PAV, ficou com o receio de o Conselho Tutelar entrar em contato com José e contar a situação. Assim, ela marcou um encontro com José, longe das residências de ambos, para que outras pessoas não ficassem sabendo e relatou para José que Frejat estava hipersexualizado. José tomou a iniciativa de falar para Frejat que sua cama, na qual dormia, estava quebrada e pequena demais para ele, de forma que poderia dormir na sala da casa. Frejat não acreditou no que o pai disse, e suspeitou que fosse efeito da ofensa sexual cometida, mas o obedeceu.

Nando Reis

Nando Reis tinha 14 anos e cursava o nono ano do Ensino Fundamental na época da pesquisa. Ele sempre apresentou bom desempenho escolar e comportamental. De acordo com a mãe Cecília, Nando sempre foi um "bom filho, por esse motivo o deixava mais solto". Devido a um problema de dicção, Nando faz tratamento fonoaudiológico. Além disso, joga no time de vôlei da escola.

José Carlos (morreu com aproximadamente 40 anos) e Cecília (37 anos) (pais de Nando) se casaram e tiveram juntos três filhos: Cássia (21 anos), Marisa (17 anos) e Nando. A relação do casal teve interferência do uso abusivo de álcool do cônjuge e das práticas de violência física deste contra a esposa. José Carlos morreu quando Nando tinha oito anos de idade. Cássia engravidou na adolescência e sua mãe a expulsou de casa. Cecília relatou que Cássia ainda frequenta a sua casa, tendo sofrido violência física do companheiro e recentemente rompendo o relacionamento com ele, o qual é pai de seu filho de três anos (idade atual). Segundo Cecília, Marisa é uma filha muito boa, pois é muito estudiosa, está cursando o ensino superior em universidade pública, faz estágio e sempre cobra que o seu irmão estude.

Nando estuda pela manhã e joga vôlei três vezes por semana, por isso nos períodos vespertinos geralmente esquento o almoço, lava as vasilhas e fica sozinho em casa. Atualmente, Cecília é gerente de uma floricultura, faz terapia devido às violências que sofreu do esposo e há cerca de três anos conheceu o namorado Sebastião (aproximadamente 31 anos) no ponto de ônibus. Pouco tempo depois, esse homem foi morar com ela, sendo que logo depois ficou desempregado.

Antes de conhecer Cecília, Sebastião havia namorado Sofia (29 anos) e desta relação tiveram Zoé (seis anos). Essa criança passava os finais de semana na casa de Cecília e todos da casa faziam de tudo para agradar a mesma. Nando relatou em entrevista individual (parte da entrevista de acolhimento) que no início gostava do padrasto, mas depois entendeu quem ele era e o afeto se transformou em distanciamento. Ele conta que o padrasto tem uma "relação estranha com Cássia, fica de conversinha com ela" e que a sua mãe sabe disso. Sobre a sua relação com Zoé, o adolescente afirmou que brincava com ela, mas a criança o perturbava. De acordo com Nando, quando Zoé estava na sua casa, dominava a programação da televisão. Nesses finais de semanas, Zoé dormia no quarto com Nando e Marisa.

Cecília conta que, em um desses finais de semana, durante a noite, Nando levantou de sua cama, tirou a calcinha de Zoé e manipulou os órgãos genitais da menina. No dia seguinte, a enteada contou o fato para Sebastião, que conversou com a companheira sobre o ocorrido. Cecília foi conversar com Nando, mas, segundo ela, este negou a ofensa. Já Nando mencionou que sua mãe o orientou a falar que nada acontecera. Posteriormente, Zoé contou para sua mãe (Sofia) sobre a ofensa sexual, e esta ligou para Sebastião e fez denúncia em uma delegacia. Cecília e Sebastião não concordaram com a reação de Sofia, acreditando que essa situação poderia ser resolvida em família. Após o depoimento de Nando na Delegacia de Proteção da Criança e Adolescente - DPCA, Cecília começou a bater em Nando na frente de todos(as).

Sebastião segurou a companheira com a justificativa de que poderia ser presa. Cecília afirma sentir muita saudade de Zoé, porque a criança não vai mais à casa do pai nos finais de semana.

De acordo ainda com a família de Nando, Zoé havia sido chamada para iniciar o acompanhamento psicossocial em um serviço de saúde do PAV, no entanto Sofia nunca a levou para atendimento. Sebastião afirma que houve um distanciamento na relação pai e filha, uma vez que a mãe proibiu que a criança continuasse a visitar o pai na casa de Cecília. Sebastião só poderia ter contato com a filha na casa de Sofia. Diante disso, o pai conta que, após a ofensa, foi somente uma ou duas vezes ver Zoé.

Renato Russo

Renato Russo tinha 14 anos na época da pesquisa. Esse adolescente finalizou um processo psicoterapêutico há três anos e o acompanhamento psicopedagógico há dois anos. Atualmente, tem sido acompanhado pelo psiquiatra da mãe e faz uso do psicotrópico Pandora. Fernanda (73 anos, avó materna de Renato) casou-se com Bob e tiveram cinco filhos(as): Maria do Carmo (54 anos, mãe de Renato), Scott (51 anos), Hebert (48 anos), Dado (41 anos) e Raphaela (38 anos). O casal se separou quando Bob estabeleceu uma relação extraconjugal. Fernanda mora no Distrito Federal em um lote, onde cada um dos filhos possui uma casa. Scott casou e teve dois filhos: Laila (aproximadamente 16 anos) e Celso (14 anos). Hebert casou e teve dois filhos: Kadu (cinco anos) e Carolina (14 anos). Dado é único irmão de Maria do Carmo que não tem um relacionamento estável e nenhum(a) filho(a). A filha mais nova, Raphaela, já teve uma união estável da qual teve um filho, Paulo (quatro anos). Atualmente está separada.

Maria do Carmo contou que foi apresentada a Marcelo (pai de Renato, atualmente com 48 anos), mas, na verdade, estava interessada no primo dele, no entanto Marcelo a conquistou

e logo se casaram. Segundo a mãe de Renato Russo, "o esposo (Marcelo) era uma boa pessoa, o que atrapalhava era o álcool e as drogas". Em relação à vida marital de Maria do Carmo e Marcelo, em um primeiro momento a família do esposo possuía boa condição financeira, pois Nelson (pai de Marcelo, morreu com 80 anos) era delegado na capital e Marcelo trabalhava para um político. Nelson tinha compulsão por jogos de azar e, quando ele faleceu, toda a família desmoronou financeiramente. Além disso, Marcelo perdeu o emprego devido ao seu padrinho político estar envolvido em corrupção. Nesse período, Simone (irmã de Renato, 25 anos) já havia nascido. Após alguns anos com muitas dificuldades financeiras, Marcelo teve uma oportunidade de emprego com um novo político em um Estado da região sudeste do país. Nesse momento, Maria do Carmo estava grávida de Renato e era uma gestação de risco, por esse motivo o casal combinou que ela ficaria em Brasília até Marcelo se estabilizar no novo emprego, quando a família se mudaria para esse outro estado. Após nove meses, Maria do Carmo foi ao encontro do marido, porém descobriu que ele estava morando com outra moça com idade inferior a 18 anos, com quem Marcelo acabou tendo três filhas. A relação de Marcelo e Maria do Carmo durou cerca de 15 anos.

Após dois anos na região sudeste do país, Maria do Carmo voltou com os filhos para Brasília sem o esposo e com um quadro depressivo. Em seu retorno, Maria do Carmo foi apoiada pela ex - sogra e por suas tias maternas. Maria do Carmo montou um salão cabeleireiro e começou a trabalhar. Nesse período, Renato tinha três anos e foi para creche, onde sofreu uma ofensa sexual. A irmã Simone foi quem cuidou dos ferimentos do irmão. Posteriormente, Carolina, Celso e Renato (primos) apresentaram eventos de jogos sexuais. Carolina contou que viu seus pais tendo relação sexual e quis ensinar aos primos. Ressalta-se que essa prima é sete meses mais velha que Renato.

Nos três anos seguintes, Renato cometeu uma ofensa por ano, sendo que a cada vitimização, a vítima era um ano mais nova que a anterior. A primeira ofensa sexual foi contra

Eduardo (filho de amigo da família, seis anos). Maria do Carmo era muito próxima dos pais de Eduardo. Renato e Eduardo brincavam juntos com frequência. Um dia, o pai da criança surpreendeu os dois na piscina. O pai de Eduardo tirou seu filho da piscina e não falou nada para Maria do Carmo. Posteriormente, a mãe de Eduardo destratou Maria do Carmo, e o pai desse contou o acontecido aos tios de Renato. Foi nesse momento que Maria do Carmo foi informada sobre a ofensa sexual praticada pelo filho.

Em um evento posterior, houve a suspeita de Renato ter ofendido sexualmente Kadu (primo) de cinco anos, no entanto o adolescente negou tal fato. A ofensa sexual contra Paulo (primo, quatro anos) aconteceu quando eles foram juntos pegar o leite solicitado pela avó Fernanda. Nessa situação, Paulo relatou que Renato colocou seu pênis na boca e nas nádegas do primo. Destaca-se que Renato era responsável por alguns cuidados rotineiros com o primo Paulo. De acordo com Maria do Carmo, quando Raphaela (mãe de Paulo) ficou sabendo da ofensa sexual, fez um escândalo, rompeu relações com a irmã, e toda vez que vê Renato, ela e seu filho o chamam de monstro. Simone foi conversar com a tia Raphaela para tentar mediar a relação das irmãs, mas Raphaela não aceitou o diálogo. Maria do Carmo afirma que depois da ofensa sexual, existe uma porta que separa a casa dela com os demais, de forma que Paulo não tem mais contato com Renato, no entanto Maria do Carmo afirma ter dó do Paulo por não poder brincar.

Humberto Gessinger

Humberto tinha 15 anos e cursava o quarto ano do ensino fundamental, na época da participação do GM. Ele já foi reprovado cinco vezes nessa etapa. Apesar disto, possui frequência escolar, participa da Assembleia de Deus com a família e pratica bicicross. O

adolescente gosta muito deste esporte, passa boa parte do seu tempo treinando, e já participou de campeonatos nessa modalidade.

Cacilda (35 anos) é a mãe de Humberto Gessinger e filha de Paulinho (89 anos) com Adriane (70 anos). O pai de Cacilda tinha pouco diálogo com os filhos e utilizava, com frequência, a violência física como método de educação dos mesmos. Cacilda apanhava muito de Paulinho (avô de Humberto), de modo que aos 16 anos saiu de casa e em pouco tempo foi morar com Luiz (atualmente, 42 anos). Neste relacionamento amoroso, teve três filhos: Rosana (17 anos), Humberto Gessinger e Carlos (12 anos). Luiz fazia uso abusivo de álcool, chegava em casa e batia na esposa. Diante dessa situação de violência, Cacilda foi embora de seu estado natal para Brasília com os filhos. Quando chegou, logo se inseriu na Assembleia de Deus. Ela criou os filhos com muita rigidez, além de violência física como prática educativa. Recentemente, Cacilda expulsou Rosana de casa, porque ela usava roupas pretas e recebia amigos bêbados em casa, segundo a mãe. Porém, de acordo com o adolescente, o verdadeiro motivo da irmã sair de casa se deu por ela manter relações homoafetivas. Após esse evento, Cacilda apoiou Rosana em sua sobrevivência. Há seis meses, a filha voltou a morar com a família. Atualmente, Cacilda está namorando com Duca (aproximadamente 38 anos), homem que conheceu na igreja. Esse namorado já foi casado anteriormente e tem três filhos.

Segundo a denúncia da escola de Humberto Gessinger, o pai de Bebeto (vítima, 11 anos) contou que o adolescente mostrou vídeos pornográficos para seu filho e pediu que chupasse seu pênis. Humberto alegou que isso nunca aconteceu, no entanto relatou que, quando ia ao banheiro, Bebeto o acompanhava. Além disso, o pai da vítima esquecia o filho na escola e Humberto, algumas vezes, o levou de volta para casa de bicicleta. Diante dessa denúncia, o pai dessa criança ameaçou bater em Humberto. Cacilda acredita que isso não aconteceu, mas fez boletim de ocorrência na polícia em relação às ameaças do pai de Bebeto.

Cláudio Clan

Cláudio Clan tinha 14 anos e cursava o quinto ano do Ensino Fundamental na época de participação do GM. Ele vem sendo acompanhado no COMPP desde 2014 devido aos conflitos familiares instalados pelo uso abusivo de drogas, a internação para tratamento da mãe e a prisão do pai. Maria Eugênia (avó materna, 54 anos) casou-se com Michael (avô materno) e tiveram Marilena (34 anos, mãe de Cláudio Clan), Michael Júnior (31 anos, tio materno) e Márcia (29 anos, tia materna). Michael possuía uma relação conflituosa com Maria Eugênia, sendo presente a violência física, o que o levou a ser preso. Após a separação, Maria Eugênia se uniu a João, trabalhador em restaurante que lia bastante a Bíblia, era agressivo com a esposa e abusava sexualmente da enteada mais velha. Quando Marilena contou sobre o abuso à mãe, a mesma não acreditou. Assim, Marilena fez denúncia à polícia sobre as violências que a mãe sofria e, em seguida, fugiu para a casa da avó materna. Na residência da avó, ela foi ofendida sexualmente por dois tios que moravam lá. Posteriormente, Michael Júnior (tio de Cláudio Clan) se uniu à Luiza (29 anos) e, hoje, tem uma filha, Lara (10 anos). Márcia (tia de Cláudio Clan) se casou com Silvio e tiveram Rafaela (12 anos), que, atualmente, fica sob a responsabilidade de Maria Eugênia em virtude da separação dos pais.

Aos 19 anos, Marilena se casou com Marcos, que era traficante. Apesar disso, ela afirmou que, durante o período em que ficaram juntos, passou sete anos sem fazer uso de drogas, conseguindo criar os cinco filhos (Jaqueline - 17 anos, Cláudio Clan, Alessandro - 12 anos, Gabriela - 8 anos, Rafael - 7 anos). Após esse período, Marcos começou a obrigá-la a usar cocaína mediante ameaças de violências e morte. Nesse período, Marilena engravidou e teve Alessandro. Diante desse contexto de drogas e grande fluxo de pessoas na casa devido ao tráfico, Marcos desconfiou que Alessandro não fosse seu filho, por isso o agredia fisicamente e psicologicamente. Como consequência, Marilena deu esse filho para o seu tio José criar.

Cláudio Clan contou que a sua irmã Jaqueline o ofendeu sexualmente. No entanto, ao fazer este relato, classificou-o como uma relação sexual e não como um ato violento. Posteriormente, Marcos foi preso por homicídio e Marilena internada devido ao uso abusivo de drogas. Dessa maneira, todos os filhos do casal, exceto Alessandro (que tinha sido dado para o tio José), foram para casa da avó Maria Eugênia.

Durante esse período, Cláudio Clan começou a ofender sexualmente a prima Rafaela quando esta estava com 10 anos e um episódio semelhante ocorreu com o seu irmão Rafael quando tinha dois anos de idade. Gabriela, irmã de Cláudio Clan, apresentou comportamentos de manter relação sexual com animais. No momento desses acontecimentos, Marilena, que estava internada, saiu pela primeira vez da clínica e diversos conflitos surgiram na sua relação com a filha mais velha. Dessa maneira, Jaqueline decidiu ir morar na rua. Os irmãos de Maria Eugênia tentaram apoiá-la na criação dos netos. Uma tia avó, Natália (55 anos), ficou com a guarda de Gabriela, Rafael e Cláudio Clan. Essa tia começou a colocar limite na vida das crianças e reconheceu que esse comportamento surtiu efeito.

Marilena, ao sair pela segunda vez da clínica, começou a participar da igreja protestante e a trabalhar, relatando que gostaria de reconquistar tudo o que era dela. Além disso, saiu da internação com um namorado (Roberto, 27 anos) que conheceu na clínica. Ambos (Marilena e Roberto), ao saírem da internação, estavam sem fazer uso de substâncias psicoativas havia um ano e quatro meses e sete meses, respectivamente.

Chico Science

Chico Science tinha 13 anos e cursava o sétimo ano do Ensino Fundamental na época de participação do GM. Ele possui TDAH e Distúrbio de Processamento Auditivo Central - DPAC, dois transtornos que causam a diminuição da atenção concentrada. Apesar disso, ele nunca reprovou mas, segundo a mãe, chega em casa com os cadernos da escola em branco e dorme pouco. O adolescente gosta de jogar futebol e já participou do grupo de jovens da Igreja Católica.

A história da sua família inicia-se com os avôs maternos. James (avô materno, morreu com 74 anos) casou-se com Alice (avó materna) e tiveram 11 filhos. Durante essa união, James tinha relações amorosas com diversas mulheres além de Alice. Para distinguir as pessoas com as quais mantinha relacionamento, ele lhes dava vestidos com tecido de chita. Além disso, o casal fazia uso abusivo de álcool e se relacionavam através da violência física e psicológica. A mãe de Chico Science era uma desses 11 filhos e chama-se Rita. Ela perdeu dois irmãos, sendo um deles, sua irmã gêmea. Vale destacar que o seu irmão Kurtis (aproximadamente 40 anos), na adolescência, tentou ofender sexualmente as suas irmãs mais novas e, posteriormente, a sua sobrinha.

Rita (56 anos) contou que sentia o desejo de ser mãe, mas não queria casar. Desta maneira, ela teve cinco relacionamentos amorosos passageiros para engravidar de seus filhos. O primeiro foi com Michael, gerando Lúcio. Esse filho morreu aos 21 anos devido ao envolvimento com tráfico de drogas. No entanto, antes desta situação, Lúcio teve um filho, que recebeu o mesmo nome do pai e possui a mesma idade de Chico Science. O segundo relacionamento foi com Durgue, gerando Jorge (32 anos). Esse filho sempre se posicionou com uma pessoa responsável e ajudou a mãe a criar os demais irmãos. Jorge se casou com Cássia e possui um casal de filhos decorrente desta união. Depois, Rita se relacionou com Toca e com ele teve Fernanda (30 anos); depois, relacionou-se com Canhoto e teve a Flávia (27 anos). As duas filhas tiveram uma criança, cada uma, sendo respectivamente Gilmar (4 anos), Fátima (3 anos).

Em sua última e atual relação, Rita gerou Chico Science. Por se considerar, agora, uma pessoa idosa, Rita decidiu manter essa relação. Esse companheiro chama-se Fred (59 anos), que em geral tem se mantido desempregado e faz alguns trabalhos informais. Fred passa os dias em casa, assistindo televisão, enquanto a esposa trabalha no salão cabeleireiro, que fica na parte térrea da moradia, até as 22 horas. Rita sustenta a casa sozinha e ainda apoia as demais

filhas com a criação dos(as) netos(as). Flávia e Fernanda deixam os filhos sob os cuidados da sua mãe enquanto trabalham.

Chico Science ainda dorme no quarto dos pais, apesar de ter muitos outros aposentos disponíveis na casa. O adolescente apresenta várias justificativas para isso, como ter medo e para não deixar o "inimigo" entrar na cama do casal, já que os dois (Rita e Fred) não dormem abraçados. Além disto, o filho relata ter alucinações e desmaios. O adolescente tem uma relação conflituosa com a sua irmã Flávia devido a competições e ciúmes entre os irmãos. A mãe relatou que surpreendeu Chico, aos oito anos, passando filme pornográfico para outras crianças mais novas do que ele. Quatro anos depois, Rita encontrou o filho retirando a calcinha da neta Fátima, e tentando fazer penetração vaginal na criança. Flávia (mãe de Fátima) ficou sabendo e fez denúncia ao Conselho Tutelar e a mãe de Chico Science agrediu fisicamente o filho. Fátima levou a filha para a creche enquanto trabalha durante o dia.

Chorão

Chorão tinha 16 anos, cursava a primeira série do Ensino Médio, e namorava uma adolescente de 14 anos com a permissão de ambas as famílias na época de pesquisa. Os pais de Nilda (mãe de Chorão, 34 anos) possuíam uma relação conflituosa. A avó materna de Chorão era alcoólatra e passava muito tempo na rua, de forma que o avô ia buscá-la e cuidar da mesma. Nilda acredita que o pai tem muito trabalho com a esposa, de forma que ela sofre muito com a falta da mãe e a situação do pai. Diante disso, a mãe de Chorão começou a trabalhar aos oito anos de idade com a finalidade de ajudar a sustentar a casa.

O avô paterno, Renato (58 anos), era alcoólista e estabelecia uma relação conflituosa com sua esposa, de forma que após terem três filhos, o casal se separou. Os três filhos são Amanda (36 anos), Aluizio (34 anos) e Alexandre (33 anos). Após o rompimento, Renato foi

morar com Elisa (nova esposa). Entre tantas relações conflituosas, Alexandre engravidou Nilda na adolescência e foram morar juntos.

O primeiro filho do casal Alexandre e Nilda foi Chorão. Posteriormente, eles tiveram Thaís (13 anos). A família foi morar no lote da mãe de Alexandre, dona Rina (61 anos). Nilda possui uma relação conflituosa com a sogra devido à idealização da mesma sobre Alexandre e Thaís. Diante disso, apesar de morarem no mesmo lote, Nilda procurou se afastar da sogra após a prisão do esposo por tentativa de homicídio. Nesse período, surgiu uma denúncia de que Chorão havia ofendido sexualmente a prima Aluíza, de 10 anos. Quando isso ocorreu, Nilda conversou imediatamente com o filho, o qual negou e afirmou ser uma história inventada pela tia. A mãe de Chorão relatou que acredita na história contada pelo filho, no entanto, quis fazer todo o percurso com a intenção de comprovar a inocência do mesmo. Desta maneira, logo após essa suspeita, Nilda levou o filho à delegacia junto à prima. Seguindo os trâmites legais, Aluíza fez o exame no Instituto Médico Legal - IML e não apresentou nenhuma prova de que havia acontecido uma ofensa sexual. A mãe de Aluíza, Rayana, não a levou para atendimento, não acompanhou os demais procedimentos jurídicos e a menina continua frequentando a casa da avó. Nilda e Rayana não conversaram mais após esse ocorrido.

Durante o GM, Alexandre terminou de cumprir a pena na prisão e voltou a morar com a família. No entanto, nos primeiros meses, Chorão teve alguns conflitos de relacionamento com o pai devido ao seu comportamento de se posicionar como o homem da casa durante a ausência do pai. Com a volta do pai para casa, esse espaço foi ameaçado. Além disso, o casal teve algum conflito a ponto de se separarem durante um mês. Novamente, Alexandre voltou a morar com a família, mas mudaram de casa. Chorão tem uma relação de disputa com a irmã Thaís, ocorrendo agressão física entre os dois. Segundo o adolescente: "Se eu não bater, ela vai bater em mim [...], pois é folgada". A mãe é ciente desta situação e informa que monitora os dois através de telefonemas, durante a tarde toda, até chegar do trabalho.

Russo Passapusso

Russo Passapusso tinha 17 anos e cursava o nono ano do Ensino Fundamental, sendo que repetiu duas vezes o quinto ano, durante a época da pesquisa. Ele também tinha uma namorada, já fez curso de informática e jogava futebol em uma escolinha de treinamento. Margareth (atualmente, 38 anos) casou com BNegão (atualmente, 39 anos) e tiveram o Russo Passapusso. Essa relação aconteceu em um estado da região nordeste do país, durou aproximadamente 10 anos, e o relacionamento foi amistoso. A separação ocorreu após dois anos do nascimento de Russo. BNegão (pai de Russo) já tinha uma filha antes da relação com Margareth, Larissa (meia irmã de Russo), que hoje tem 25 anos, e mora em um estado diferente do pai e do irmão, na região nordeste. Larissa tem uma filha de um ano. Apesar de BNegão não morar no mesmo estado que o filho Russo, o pai ajuda com pensão mensal, e se responsabiliza por tudo que o filho precisar.

Após a separação dos pais de Russo, Margareth veio morar em Brasília. Após seis meses, começou a se relacionar com Curumin (padrasto de Russo, atualmente, 49 anos) e ficaram unidos por um período de aproximadamente oito anos. O casal teve três filhos: Rafael (10 anos), Roberto (08 anos) e Rodolfo (07 anos). Curumin era um homem ciumento, impedia a companheira de trabalhar, era agressivo e fazia uso abusivo de bebida alcoólica. Russo Passapusso teve muitos conflitos com o padrasto quando Rafael nasceu. Assim, foi morar com o pai durante dois anos e meio e, em seguida, voltou a morar com a mãe. O retorno ocorreu porque Russo reprovou na escola pela primeira vez, no quinto ano. Após ter sofrido violência física do esposo, Margareth decidiu sair de casa com os quatro filhos. A família passou uma noite na rua, em um ponto de ônibus. Posteriormente, Margareth foi colocada em instituição de abrigo para mulheres que sofrem violência juntamente com os filhos, durante seis

meses. Como ela não possuía apoio da família extensa, terminou por retornar a morar com Curumin, pela falta de moradia. O casal separou-se cerca de dois anos depois desse retorno, quando Rodolfo (irmão de Russo) nasceu. O término definitivo da relação ocorreu em função de Curumin possuir outra relação amorosa.

Inicialmente, Curumin assumiu o pagamento do aluguel da moradia dos filhos, no entanto, já deixou de pagar esse aluguel por alguns meses e a família foi despejada. Margareth não consegue permanecer em um emprego devido à anquilose de quadril, doença degenerativa que restringe a sua capacidade laboral. Dessa forma, ela e os filhos sobrevivem com o programa governamental Bolsa Família e a ajuda de terceiros. Atualmente, está trabalhando como auxiliar de serviços gerais em uma instituição federal. Em seu trabalho, Margareth conheceu Gerônimo (34 anos), o qual foi morar com a família e os ajuda financeiramente. Gerônimo (atual padrasto de Russo) possui dois empregos, de forma que fica em casa apenas nos finais de semana. A organização da casa apresenta-se assim: a mãe dorme com os irmãos de Russo em um quarto e Russo dorme sozinho em outro quarto.

A escola de Rafael (meio irmão de Russo) fez uma denúncia de que o adolescente estava ofendendo sexualmente o seu meio irmão, e que o abuso também se estendia a Rodolfo (meio irmão de Russo). A mãe, ao saber da situação, conversou com o filho, que confirmou a situação, dizendo que Russo pediu para Rafael abaixar o short e que havia tentado fazer penetração anal. Isso ocorreu duas vezes. Na entrevista de acolhimento, o adolescente se refere ao acontecido como uma brincadeira. A psicóloga da escola atendeu os irmãos durante um período. Durante o processo judicial, Rodolfo negou a ocorrência do abuso sexual. Embora o processo judicial fosse arquivado, houve uma decisão de encaminhamento de Russo Passapusso para frequentar o GM como medida protetiva. O Relatório Psicossocial do Ministério Público (documento inserido no prontuário) informou que, após a descoberta da ofensa sexual, a mãe o chamou

algumas vezes de monstro e ele respondia não ser isso, continuando a auxiliar a mãe nas atividades de casa e buscando os irmãos na escola.

Raul Seixas

Raul tinha 16 anos e cursava o oitavo ano do Ensino Fundamental na época da pesquisa. Ele tocava bateria na igreja e jogava futebol com os meninos do assentamento no qual mora. No início do GM, ele namorava, escondido, uma menina de 13 anos há uns dois meses, e argumentou que ainda não havia falado com a família dela, pois estava vendo se o relacionamento duraria.

Raul Seixas morava em uma RA do Distrito Federal em uma casa própria da família, juntamente com os quatro irmãos, os pais e a avó materna. A mãe, Maria Eugênia (aproximadamente 44 anos), relatou que a sua irmã denunciou Raul Seixas ao Conselho Tutelar por ter ofendido sexualmente Marcelo (sete anos, primo de Raul). No primeiro momento, Maria Eugênia forçou o filho a contar o que havia acontecido. Raul informou que estava brincando com Marcelo e propôs fazerem sexo e que Marcelo aceitou. Raul contou que começou a introduzir o pênis na região anal do primo, mas que retirou, porque Marcelo disse que estava doendo. Maria Eugênia afirmou que ficou sem chão e não conseguiu conversar com o seu filho durante alguns dias.

Em um segundo momento, ela quis proteger o filho. Assim, o levou à delegacia para denunciar o que havia acontecido, porém com a presença de um advogado. A comunidade na qual moravam ficou sabendo do ocorrido e a família decidiu mudar de casa. Portanto, saíram da casa própria e foram morar em um assentamento de um movimento popular que luta pela reforma agrária. Nesse assentamento, passaram a residir em uma casa de maderite, que não possui água, energia e a escola ficava distante. A mãe acabou perdendo o emprego, e a casa

passou a ser sustentada apenas pelo esposo. A família foi procurar atendimento, pois o filho estava muito irritado e com dificuldade de aprendizagem.

4.2 Registro da Escultura Familiar: Descrição da Organização Familiar, dos Papéis Assumidos e da Qualidade de Vinculação de Cada Membro na Interação Familiar

Cazuza



Figura 2

Escultura da Família de Lucinha e Cazuza

Legenda:

A – Alice, tia materna, 43 anos;

B – Léo, primo, cozinheiro, 27 anos;

C - Lucinha, mãe, 45 anos;

D - Cazuza, adolescente 17 anos;

E - Roberto, primo, estudante universitário e estagiário, 22 anos

O processo de construção da Escultura foi realizado de forma que os membros da família foram convidados a compor a “foto” do modo que quisessem. A Escultura dessa família foi elaborada por Lucinha, a mãe, no primeiro momento. Cazuzza concordou com a Escultura montada pela mãe. Todos estão sorridentes na “foto”. Salienta-se que Lucinha (C) está na parte central da foto, com um papel de comando da família no exercício da autoridade. O fato de que todos os outros membros estão em posição de igualdade em relação à Lucinha (mesma posição), oferece condições de se supor que eles podem também estar em posição de compartilhar esse comando. Além disso, Lucinha engancha seu braço no de Cazuzza (D), indicando que, com ele, ela possui uma ligação maior, um laço de afetividade diferente do estabelecido com a irmã e os sobrinhos. Cazuzza aceita o enganche da mãe, porém coloca suas duas mãos no bolso do casaco, demonstrando que aceita esta ligação com a mãe, mas não retribui da mesma maneira. Os demais membros estão com os braços cruzados, como se dissessem, moramos juntos, mas não queremos nos meter neste “negócio”. A vítima é uma criança neta dos vizinhos no prédio, de modo que não está colocada na Escultura.

Frejat



Figura 3

Escultura da Família de Léa e Frejat

Legenda:

- A- Rafael, irmão por parte de mãe, 12 anos;
- B – Agenor, padrasto, policial, 41 anos;
- C - Janis, avó materna;
- D - José, pai, 34 anos;
- E - Israel, avô materno;
- F - Frederico, irmão por parte de mãe, 08 anos;
- G - Léa, mãe, 34 anos;
- H - Frejat, adolescente, 13 anos;
- I - Lara, tia materna, 37 anos;
- J - Júlia, irmã, vítima, 04 anos;
- K - Bete, irmã de Agenor;
- L - Clarissa, irmã de Agenor;
- M - José, primo

A Escultura foi elaborada pela mãe e ao final de sua construção, Frejat perguntou: "E o primo José, né, mãe?". Léa (G) aceitou a indicação do filho e incluiu o primo José (M). Quando Frejat teve a oportunidade de montar sua Escultura, ele manteve a proposição da mãe. A família está posicionada como se fosse uma "foto" de time de futebol com três fileiras em sequência. A primeira fileira (parte de trás da foto) indica as pessoas que estão realizando a defesa e o suporte da família, que são: Agenor (B), Janis (C), José (D) (padrasto, avô, pai). A segunda fileira (parte intermediária da "foto") são as pessoas que Léa possui responsabilidade em cuidar e proteger: seus filhos (A, F, J) e seu pai (E). Na terceira fileira, a tia Lara (I) se encontra em dupla função, uma vez que está posicionada na segunda fileira e também, bem próxima das tias

Bete (K) e Clarissa (L) (irmãs de Agenor). A dupla função reflete a necessidade de cuidado de Léa com a tia Lara e também receber apoio dela. Clarissa e Bete representam este apoio. Nota-se que o primo José está em posição periférica, pois foi incluído após sugestão de Frejat.

Destaca-se que Léa mantém as mãos ao redor de Júlia (J), representando uma fronteira de proteção a esta filha, bem como se posiciona próxima ao filho (H) que ofendeu sexualmente essa irmã. Isto pode sugerir o aumento da supervisão parental de Léa em relação a Frejat e Júlia. Além disto, Frejat aparece com ombro direito mais alto do que o esquerdo, de forma que o seu corpo está inclinado em direção a sua mãe, o que dá a impressão de uma tentativa de aproximação da mãe. A vítima, Julia, está presente na Escultura e bem próxima de Frejat.

Nando Reis



Figura 4

Escultura Familiar de Cecília e Nando Reis

Legenda:

A - Sebastião, padrasto;

- B - Carlos, avô materno;
- C - Lúcia, tia materna;
- D - Wanessa, grande amiga de Cecília;
- E - Cássia, irmã, 21 anos;
- F - Cecília, mãe, 37 anos;
- G - Nando, adolescente, 14 anos;
- H - José Carlos, pai morto;
- I - Marisa, irmã, 17 anos;
- J - Francisco, filho de Cássia, 03 anos;
- K - Marcelo, ex-esposo de Cássia;
- L - Zoé, vítima, 07 anos.

A Escultura Familiar foi montada por Cecília e Nando concordou em mantê-la. A escultura possui quatro fileiras. A primeira fileira (parte de trás da "foto") indica as pessoas que estão realizando a proteção e o suporte da família, que são: Sebastião (A), Carlos (B) e Lúcia (C). A segunda fileira (parte central da "foto") são as pessoas cujo o cuidado e a proteção são responsabilidades de Cecília, sendo representado pelos filhos (E, F), amiga (D) e o esposo morto (H). Nando (G) está colocado ao lado de H (seu pai morto) e a irmã (I). A terceira e a quarta fileira representam as novas inserções na família, tal como o neto Francisco (J), o ex genro Marcelo (K) e a enteada Zoé (L).

Cecília coloca na Escultura duas pessoas que estão mortas, uma na fileira da proteção da família, sendo representado pelo Carlos (B, avô materno de Nando Reis). A outra pessoa é José Carlos (H) na fileira das pessoas com as quais Cecília possui um vínculo de cuidado, proteção e responsabilidade. Esta inserção de pessoas já falecidas, em uma foto atual, indica a presença de vínculos muito importantes que a mãe de Nando Reis busca que permaneçam

intocáveis. Pode-se pensar que o avô de Nando ainda possa protegê-la, e que o compromisso de criação e educação dos filhos com o ex-esposo ainda exista. A posição de José Carlos, colocado próximo aos filhos e distante dela, pode indicar este compromisso.

Além disto, Cecília fica entre os dois filhos que possuem conflito na relação, indicando que exatamente por este motivo precisam receber maior atenção e ela a está mediando. Pode-se inferir que, diante das relações de conflito a serem administradas, a presença do pai e do esposo mortos seja um pedido de ajuda. A colocação de Marisa (I, filha bem encaminhada) na lateral da foto pode estar sinalizando que existem filhos que precisam de mais atenção (E, G) e outros menos (I). Em relação às novas inserções na família, Cecília informa um grande investimento afetivo no neto (J), quando o coloca posicionado à sua frente com as mãos nos braços da criança. Importa assinalar que Cecília coloca Nando ao seu lado, embora suas mãos estejam tocando o neto. Francisco (J, neto de Cecília) é a única pessoa na Escultura tocada por Cecília.

A Escultura ainda contém a presença de outros membros que estiveram somente durante um período com a família, e encontram-se na "foto" afastados dos demais deste grupo, indicando o rompimento destes membros com o grupo familiar. Além disto, Cecília procura informar as pessoas responsáveis por estes distanciamentos, quando posiciona Marcelo (K) na frente de Cássia (E) e Zóe (L) na frente de Nando Reis. Tanto Marcelo quanto Zoé estão colocados abaixados, como se diminuídos em sua importância. Destaca-se que o papel da vítima foi representado por uma adulta, informando que a ofensa sexual permanece como não dita.

Renato Russo



Figura 5

Escultura Familiar de Maria do Carmo e Renato Russo

Legenda:

A - Dado, tio materno, 41 anos;

B - Madonna, tia-avó materna;

C - Maria do Carmo, mãe, 54 anos;

D - Renato Russo, adolescente, 14 anos;

E - Simone, irmã, 25 anos;

F - Cássia, irmã;

G - Zélia, ex-sogra, 70 anos;

H - Hebert, tio materno, 48 anos;

I - Leila, tia-avó materna;

J - Mônica, sobrinha, neta de Maria do Carmo, filha de Simone, 04 anos;

K - Scott, tio materno, 51 anos;

L - Marisa, tia-avó materna.

No momento em que a família estava montando a Escultura, Renato Russo (D) mantinha-se junto à mãe, e de cabeça baixa. Já Maria do Carmo (C) apresentava um comportamento expansivo. A primeira "foto" foi feita através dos comandos da mãe, e quando o filho foi questionado se desejava modificá-la, respondeu negativamente, mantendo a Escultura. Ressalta-se ainda que, no processo de construção da Escultura, os irmãos Renato (D) e Simone (E), ao se posicionarem na "foto", não sabiam se um poderia abraçar ou tocar no outro. Assim, uma maior distância que aparece entre os membros, é vista entre esses dois irmãos. A distância e a dificuldade de abraçar sugere a dúvida de Renato em relação à irmã o ajudar, por gostar dele ou da mãe.

Maria do Carmo montou uma Escultura em dois níveis, os quais indicam os diferentes graus de proximidade com ela. A fileira de trás é composta por Dado (A, tio), Madonna (B, tia e grande amiga), Maria do Carmo, Renato Russo, Simone (E, irmã), Cássia (F, irmã), Zélia (G, ex-sogra), Hebert (H, tio), Leila (I, tia) representam as pessoas mais próximas. Renato Russo está ao lado dela. No segundo nível, mais à frente da "foto", estão os membros que apresentam algum distanciamento, Scott (K, tio) e Marisa (L, tia). Nota-se que Maria do Carmo envolve a neta Mônica e a tia Madonna com os seus braços. Destaca-se que Maria do Carmo coloca Cássia na fileira de maior proximidade, como sua filha, embora em nenhuma outra sessão algo é relatado sobre esta pessoa. Esta filha está posicionada ao lado da ex-sogra que morreu em 2013. Dois aspectos chamam atenção: a presença de uma pessoa morta na Escultura e a inclusão desta filha Cássia, sobre quem pouco se sabe.

Ressalta-se ainda que Maria do Carmo esteja ao lado do filho Renato Russo, no entanto, ele está posicionado em suas costas. A localização de Renato Russo desta forma é relevante, pois pode estar informando conflitos afetivos e rompimento e sua condição de não estar à vista da mãe, pessoa responsável por sua proteção e orientação. Em contrapartida, Renato está procurando alguém que possa protegê-lo, por este motivo fica colado atrás de sua mãe.

Nenhuma das vítimas (Eduardo, filho de amigos da família, seis anos; Kadu, primo, cinco anos; Paulo, primo, quatro anos) está presente na Escultura.

Humberto Gessinger

Não há registro da Escultura de Humberto Gessinger, pois a família se recusou a participar da atividade.

Cláudio Clan



Figura 6

Escultura Familiar de Cláudio Clan

Legenda:

A - Alessandro, irmão, 12 anos;

B - Marilena, mãe, 34 anos;

C - Claudio Clan, adolescente, 14 anos;

D - Maria Eugênia, avó materna, 54 anos;

E - Rafael, irmão, vítima, 07 anos;

F - Jaqueline, irmã, 17 anos;

G - Gabriela, irmã, 08 anos.

A Escultura Familiar foi montada apenas por Cláudio, apesar da tia-avó materna Natália (que não está presente na foto) e Gabriela (G, irmã) estarem presentes nesta sessão da construção da Escultura. A tia não participou, ficando apenas observando, mas durante a elaboração da "foto" se mexia, cruzava e estendia as pernas. Cláudio foi rápido e objetivo na sua escolha. Diante disto, é possível que a tia Natália estivesse informando sua frustração pelo fato do sobrinho não a incluir na "foto" da família, já que ela detinha a guarda do mesmo. A Escultura Familiar do adolescente foi composta por: Alessandro (A, irmão), Marilena (B, mãe), Cláudio (C), Maria Eugênia (D, avó) e Rafael (E, irmão vítima) na primeira fileira de trás. Na segunda fileira, mais à frente, estão Jaqueline (F, irmã) e Gabriela (G, irmã). A organização da Escultura sugere que entre os irmãos, o gênero indica a relação de poder, de forma que os irmãos do sexo masculino estão todos em pé, enquanto as irmãs estão abaixo dos mesmos. É importante assinalar que a vítima, presente na "foto", apesar de sete anos, está representada por um adolescente.

Nota-se que Alessandro está isolado do grupo, o que reflete o distanciamento da convivência familiar imposta a este irmão devido ao fato de o pai acreditar que não fosse filho dele. Além disso, Cláudio colocou os irmãos do gênero masculino nas extremidades e todas as mulheres ao seu redor e bem próximas. Acredita-se que esta Escultura expressa a necessidade de proteção de Cláudio. O posicionamento do gênero masculino nas extremidades simboliza a proteção de pessoas externas ao grupo devido à virilidade, agressividade presente nas

masculinidades hegemônicas. As mulheres (F, irmã; D, avó; G, irmã) estão ao redor de Cláudio Clan (C), formando uma verdadeira barreira de proteção, que se completa com o braço da irmã em volta de G.

Chico Science



Figura 7

Escultura familiar de Rita e Chico Science

Legenda:

A - Flávia, irmã, 27 anos;

B - Fernanda, irmã, 30 anos;

C - Fred, pai, 59 anos;

D - Jorge, irmão, 32 anos;

E - Rita, mãe, 56 anos;

F - Chico Science, adolescente, 14 anos;

G - Alice, avó materna;

H - Fátima, sobrinha, vítima, 03 anos;

I - Gilmar, sobrinho, 04 anos;

J - Lúcio, sobrinho, 14 anos;

K - Maria, sobrinha, 02 anos;

L - Cauã, primo.

Rita (E) construiu a Escultura e o filho não realizou alterações. A construção da Escultura posicionou Rita como figura central da “foto” e as demais pessoas ao seu redor. Esta configuração indica uma escultura de atração, na qual uma pessoa lidera as relações e Rita ocupa o papel de provedora de afeto e responsável financeira desta família. A mãe de Chico segura os braços de Fátima (H), a vítima, oferecendo proteção. Atrás de Rita se encontram Fred (C) e o filho Jorge (D) indicando as pessoas que a apoiam e parecem como os guardiões da família na parte traseira da Escultura. A segunda fileira, na parte mais à frente, informa a aquelas pessoas que são dependentes de Rita, sendo compostas por Flávia (A), Fernanda (B), Chico Science (F) e avó Alice (G). Na fileira da frente surgem as novas inserções familiares, a qual é integrada pelos(as) netos(as) Gilmar (I), Lúcio (J), Maria (K), e o sobrinho Cauã (L). A vinculação afetiva estabelecida entre a mãe, os filhos e avó Alice é maior do que com as novas inserções familiares. Percebe-se que Rita está mais próxima de seu subsistema filial.

Chorão



Figura 8

Escultura Familiar de Nilda

Legenda:

A - Marcão, irmão de Nilda, 36 anos;

B - Champignon, irmão de Nilda, 30 anos;

C - Renato, pai de Nilda, 67 anos;

D - Luz, mãe de Nilda, 62 anos;

E - Nilda, mãe de Chorão, 34 anos;

F - Chorão, adolescente, 17 anos;

G - Clara, amiga de Nilda;

H - Luíza, irmã de Nilda, 38 anos;

I - Natália, irmã de Nilda, 26 anos

J - Lúcia, irmã de Nilda;

K - Thaís, irmã, filha de Nilda, 13 anos, excluída da Escultura de Chorão.

A Figura 8 identifica a Escultura que foi construída por Nilda. A Figura 9 identifica a Escultura que foi construída por Chorão, em virtude de não ter concordado com a mãe sobre esta primeira Escultura, e ter escolhido fazer outra. Na "foto" construída por Nilda (E), o posicionamento dos membros da família é horizontal, o que expressa uma necessidade de que todos se apresentem de forma organizada. Na parte direita da "foto", observa-se que as mulheres se mantêm tocadas mutuamente. Isto acontece com Luíza (H) e Natália (I) e entre Chorão (F), Nilda (E) e Thaís (K). A "foto" parece apresentar dois grupos: um, à direita, que se constitui em um agregado de mulheres, do qual Chorão faz parte. O segundo grupo, à esquerda da "foto", apresenta um agregado de três homens, sendo que a fronteira entre estes dois agregados é feita por Luz (D), avó de Chorão. O adolescente está posicionado entre a avó (D) e a amiga da mãe (G). Esta composição parece revelar um forte time de defensoras de Chorão, lideradas, talvez, pela própria mãe. A vítima não está presente na Escultura.



Figura 9

Escultura Familiar de Chorão

Legenda:

A - Marcão, tio materno, 36 anos;

- B - Champignon, tio materno, 30 anos;
- C - Renato, avô materno, 67 anos;
- D - Luz, avó materna, 62 anos;
- E - Alexandre, pai, 33 anos, acrescentado, ausente da Escultura de Nilda;
- F - Chorão, adolescente, 17 anos;
- G - Nilda, mãe, 34 anos;
- H - Clara, amiga de Nilda;
- I - Luíza, tia materna, 38 anos;
- J - Lúcia, tia materna;
- K - Natália, tia materna, 26 anos.

Chorão, ao fazer esta Escultura, excluiu a irmã (Thaís) e acrescentou o pai (Alexandre). Além disto, manteve a Escultura na posição horizontal, conservando a formação original da foto da mãe. No entanto, ele trouxe uma nova organização familiar, ao colocar os avôs (C e D) e os tios do sexo masculino (A e B) na maior fileira, mais atrás, ao fundo da “foto”. Na verdade, não houve uma mudança muito substancial da Escultura realizada pela Nilda. O que mais chama a atenção é a inclusão do pai, mais uma figura masculina, ao lado dos tios. Talvez para fazer frente ao “batalhão” de mulheres ao seu redor. Assim, Chorão acabou ficando entre o pai (E) e a mãe (G), comunicando que a prisão do pai e seu posterior afastamento são fontes de sofrimento e frustração para ele. Novamente, a vítima não está presente na Escultura.

Russo Passapusso



Figura 10

Escultura familiar de Russo Passapusso

Legenda:

- A - Roberto, irmão por parte de mãe, 08 anos;
- B - Rodolfo, irmão por parte de mãe, vítima, 07 anos;
- C - Mariana, avó paterna;
- D - Russo Passapusso, adolescente, 17 anos;
- E - Margareth, mãe, 38 anos;
- F - Gerônimo, padrasto, 34 anos;
- G - Rafael, irmão por parte de mãe, vítima, 10 anos.

Russo Passapusso compareceu sozinho a três encontros, de forma que a Escultura foi elaborada apenas por ele. A "foto" refere-se a uma organização horizontal, indicando uma conformidade ao pertencimento familiar. Nota-se que Gerônimo (F) está de lado na "foto" como se tivesse tentando entrar na família, talvez seja porque é um relacionamento amoroso

recente da mãe. Este movimento de tentar entrar é impedido pelo questionamento e pela desconfiança dos filhos sobre a possibilidade de ser mais uma relação violenta. Ainda sobre a influência da violência nas interações desta família, destaca-se que Russo Passapusso não se posicionou pertencente ao subsistema fraternal, mas sim ao lado da mãe. Desses três irmãos, dois foram abusados por Russo. Rafael (G, vítima), Rodolfo (B, vítima) e Roberto (A) são frutos da relação de Curumim e Margareth em uma relação violenta, de forma que o afastamento de Russo dos irmãos sugere dificuldade em aceitar-se como parte da família e como parte do grupo de Curumim e Margareth, sendo a violência sexual uma resposta a este processo. Além disso, a proximidade com a mãe expressa na “foto” através do abraço sugere que talvez fosse melhor se pudesse existir um subsistema único entre ele e a mãe.

Raul Seixas



Figura 11

Escultura Familiar de Maria Eugênia e Raul Seixas

Legenda:

- A - Larissa, irmã, 08 anos;
- B - Plínio, irmão, 21 anos;
- C - Cláudia, tia materna;
- D - Glória, avó materna;
- E - Milton, pai;
- F - Maria Eugênia, mãe;
- G - Raul, adolescente, 16 anos;
- H - Heitor, irmão, 21 anos;
- I - Jorge, irmão, 19 anos;
- J - Luiz, irmão, 09 anos.

A Escultura foi montada pela mãe e mantida por Raul. A "foto" se configura horizontalmente, informando posições diferentes entre os membros, alguns mais próximos, outros mais afastados. Maria Eugênia (F) coloca-se à frente na "foto", tendo Raul (G) atrás de si, parecendo querer dizer: deste cuidado eu. Na primeira fileira, mais atrás, estão os adultos (B, C, H, I, J) que possuem proximidade, mas não moram na mesma residência, exceto Larissa (A, irmã). Raul Seixas abusou sexualmente de um primo (sete anos) que não se encontra na "foto", mas que tem idade próxima de Larissa (oito anos). A colocação de Larissa junto a estes adultos parece indicar uma tentativa de proteção a esta criança.






















Na segunda fileira, mais à frente, Maria Eugênia estabelece uma aliança parental (E+F), trazendo o pai para formar uma díade que possa cuidar de Raul. Milton (E) se abaixa para ficar

da mesma altura que Maria Eugênia (F), informando a igualdade na relação conjugal. Da mesma forma, expressa-se a igualdade de poder entre os irmãos.

Destaca-se ainda que Raul foi colocado atrás da mãe, na frente da tia (C) que teve o seu filho vitimizado, na horizontal da avó (D) e ao lado do irmão mais velho (H). Acredita-se que este posicionamento construído pela mãe informa a rede de apoio para garantir a proteção e neutralização do filho. Com esta configuração de cercar cada um dos filhos, será possível cuidar da proteção.

4.3 Registro da Confeção do Genograma: Estrutura Familiar, Transgeracionalidade, Vinculação, Delegação


O Genograma consiste na representação gráfica da família por meio dos seguintes símbolos abaixo:


	Homem		Adolescente ofensor		Relação distante
	Mulher		Aborto		Relação próxima
	Morte		Segredo		Relação de Amor
	Uso abusivo de álcool		Noivo		Relação de conflito
	Depressão		Casamento		Relação de conflito e distância
	Câncer		Separação		Relação próxima e de conflito
	Vícios em jogos		Viúvo		Rompimento da relação
	Transtorno mental ou		União Consensual		Ameaça

deficiência


física

- Uso abusivo de drogas
- Recuperação do uso abusivo de drogas

 Separação da união consensual

 Relação de apego

 Violência Física

 Ofensa sexual



Núcleo familiar

Cazuza

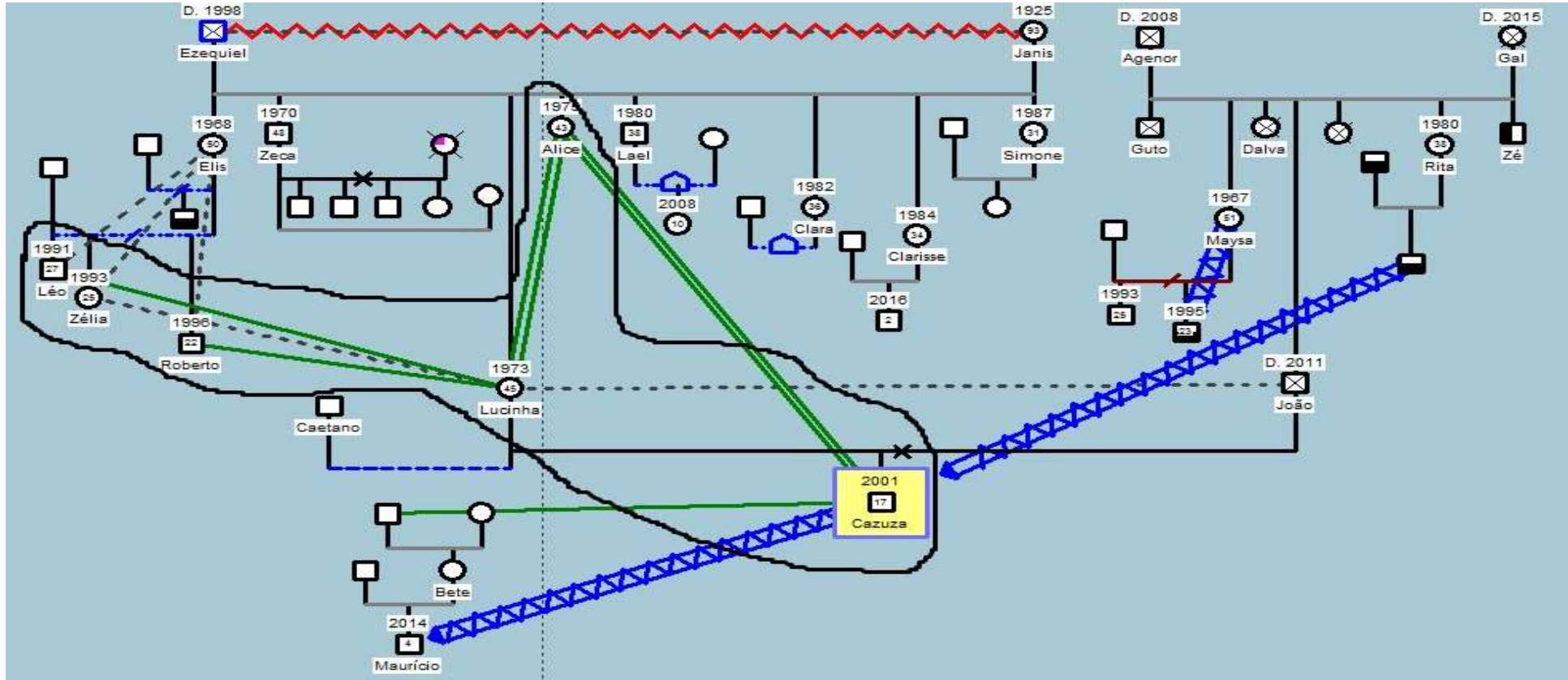


Figura 12

Genograma de Cazuzza

A família de Cazuzza tem agregado tias, prima e primos maternos, o que permite a extensão do afeto a outras partes da família, já que moram distantes. Receber pessoas de outros núcleos familiares parece ser uma maneira de manter uma ligação com a família nuclear de Lucinha. Apesar disto, Cazuzza possui uma relação de apego com a tia Alice, a qual forma uma triangulação com Lucinha. Assim, para Cazuzza chegar a sua mãe, ele precisa passar por Alice, a qual intermedia a relação mãe - filho. As relações de amor e apego de Cazuzza não são com a geração imediata. Isto proporciona poucas relações de afeto.

O conflito significa brechas de afastamento, distanciamento e dificuldade de manter afeto positivo permanente, e uma das maneiras de isso ser expresso é através da ofensa sexual. Esta violência é uma reprodução direta da geração anterior à Cazuzza e à posterior, sendo presente em Cazuzza, Maurício e um primo. A ofensa sexual ocorreu entre três conhecidos, envolvendo diferentes membros. Nas três gerações, o conflito e o afeto, com o movimento de junta e separa, é algo presente, promovendo vínculos instáveis e não confiáveis.

Frejat

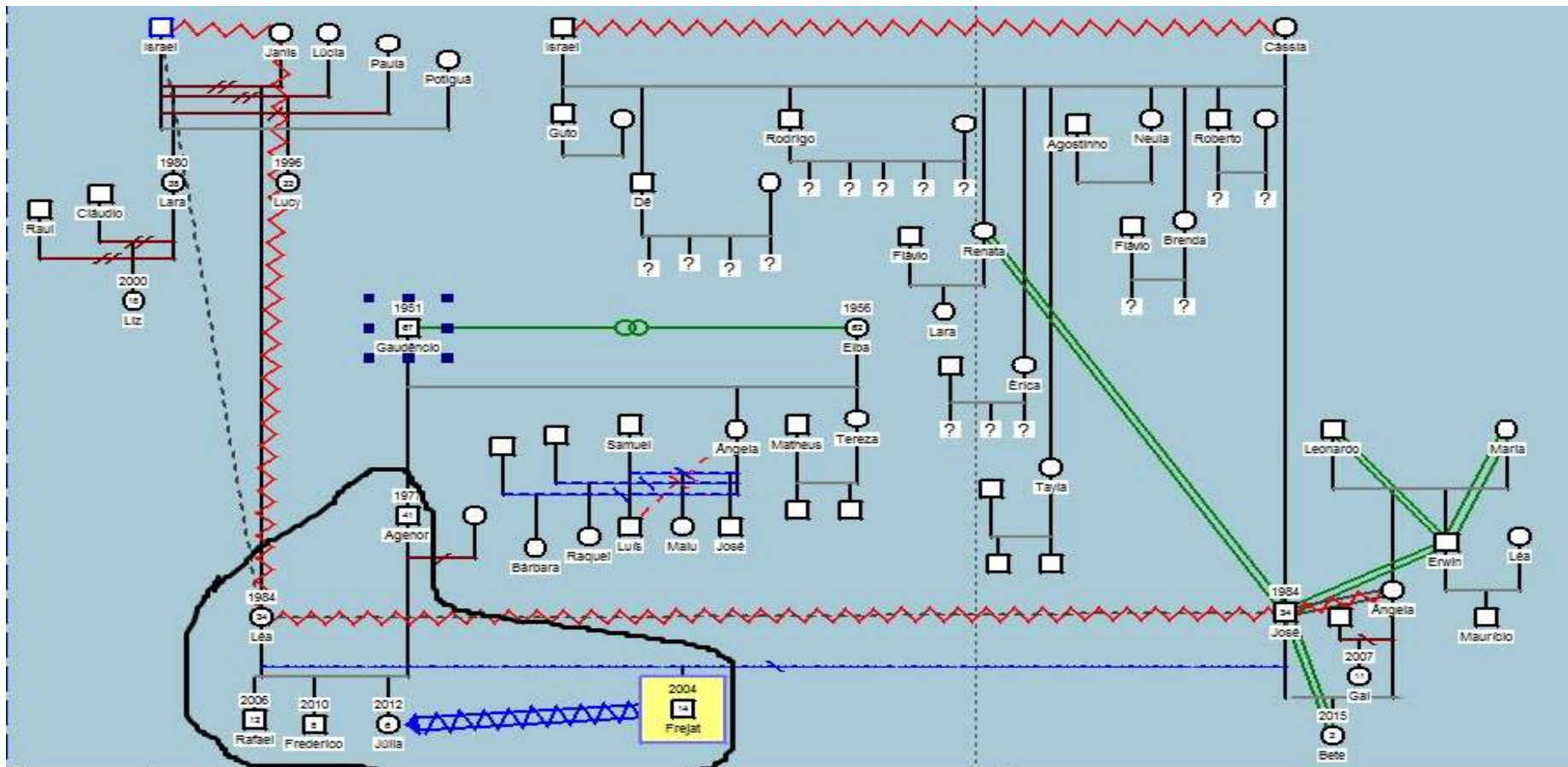


Figura 13

Genograma de Frejat

As relações de conflito e rompimentos das relações amorosas formam um quadrado no mapa, ligando todas as gerações. Vale destacar que neste genograma há o rompimento na relação parental entre Ângela e Luís. Isto informa que os rompimentos nesta família não acontecem apenas a nível conjugal, mas filial também. Na família paterna, a partir da segunda geração, há a presença de relações de proximidade. Já na família materna, há a presença de relações conflituosas e de distanciamento. Nota-se que, quando Léa e José estavam unidos, a relação era caracterizada pela distância e pelo conflito. Frejat comete uma ofensa sexual contra a irmã Júlia, expressando uma nova forma de conflito na família. Estes conteúdos comunicam a facilidade de ocorrerem rompimentos das relações familiares.

Nando Reis

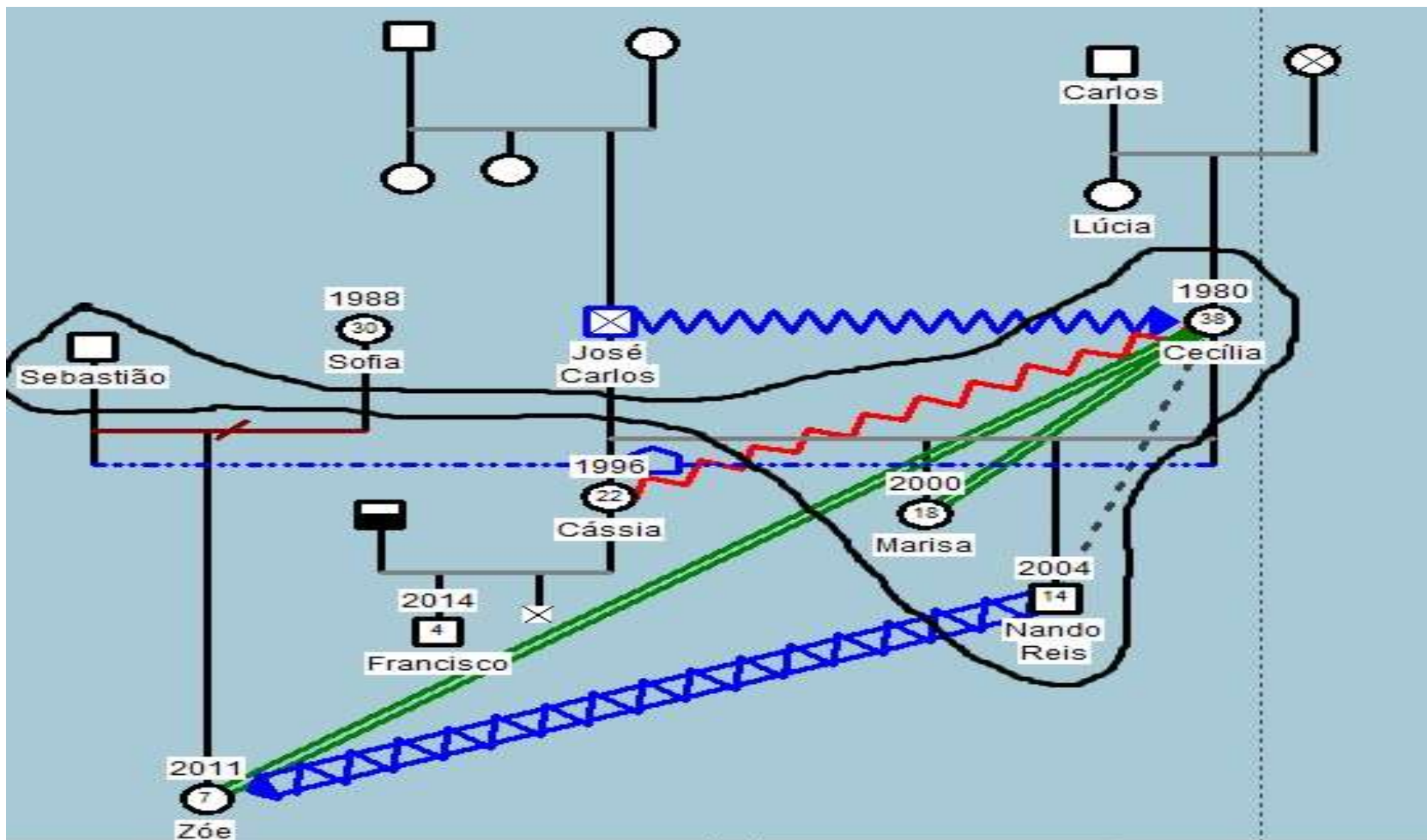


Figura 14

Genograma Familiar de Nando Reis

Na segunda e terceira gerações, há pessoas do sexo masculino que fazem o uso abusivo de álcool e outras drogas, de certa forma informando um papel de masculinidade relacionado ao abuso de drogas. Também na segunda e terceira gerações são concentradas relações que exemplificam a separação entre os membros através da prática de violência física (José Carlos e Cecília), conflito (Cecília e Cássia), distanciamento (Cecília e Frejat) e ofensa sexual (Frejat e Zóe). Existe relação de proximidade de Cecília com a filha Marisa e a enteada Zóe. Parece que a mãe Cecília é a pessoa central dessa família, de onde surgem todas as relações.

Renato Russo

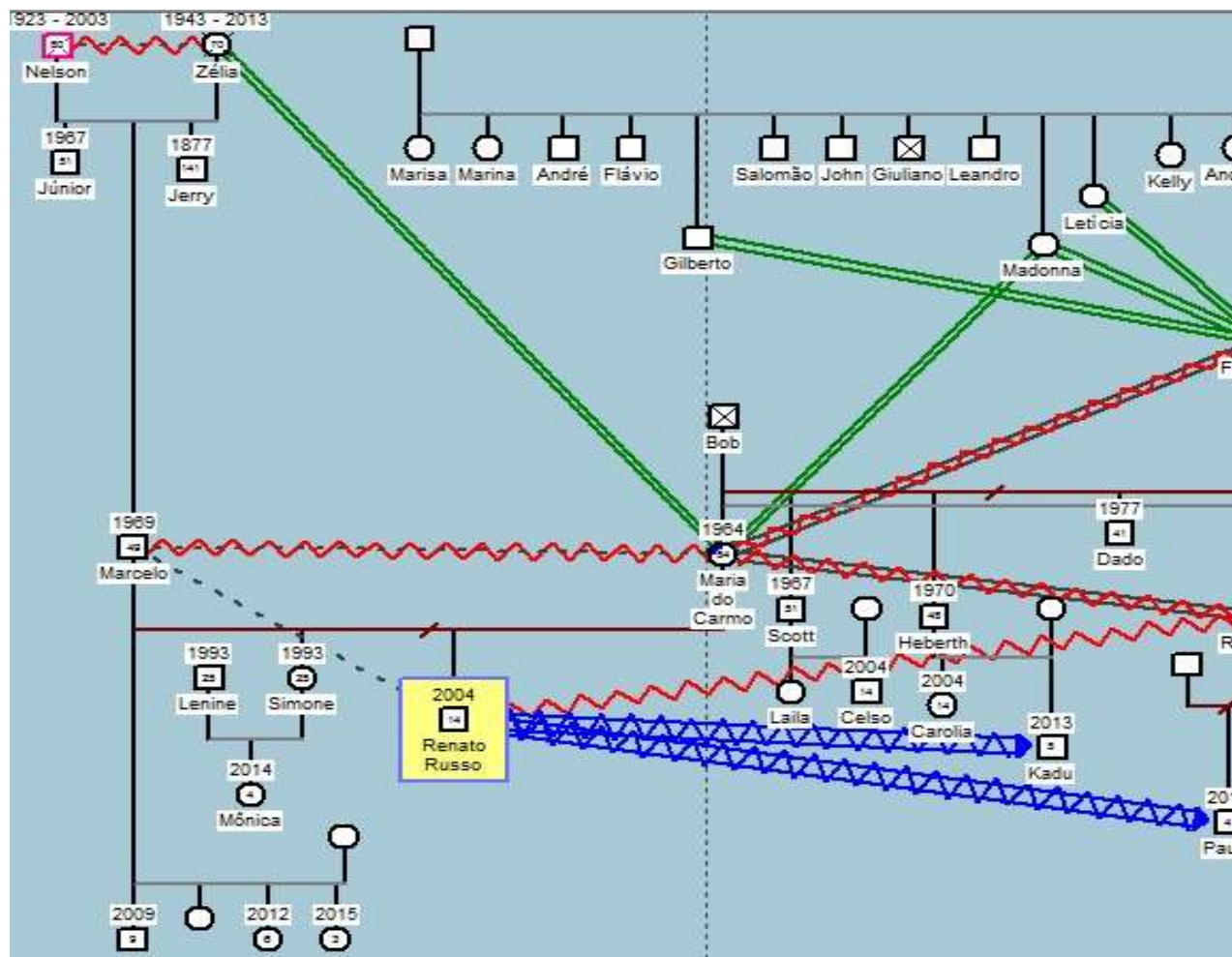


Figura 15

Genograma Familiar de Renato Russo

O genograma pode ser dividido em dois momentos, na posição horizontal: a primeira parte é composta pelas primeira e segunda gerações e o segundo período é formado pelas terceira e quarta gerações. O primeiro momento é marcado por várias relações fraternas próximas. Já o segundo é repleto de relações conflituosas e distantes, ou seja, quando não há separação, existe a distância. Nota-se a mudança do estilo de relações de uma geração a outra. O rompimento das relações conjugais inicia-se na expressão explícita de relações extraconjugais. Na quarta geração, mantém-se a lógica de separação através do distanciamento (Marcelo e Renato Russo) e ofensa sexual (Renato Russo com Kadu e Paulo).

A relação conjugal dos pais de Marcelo é representada por conflito, distanciamento e ludomania (vício em jogos de azar). No entanto, o rompimento dessa relação aconteceu devido à morte de Nelson. Apesar disso, Zélia possuía uma proximidade com Maria do Carmo que parecia ser de apoio mútuo aos casamentos instáveis.

Humberto Gessinger

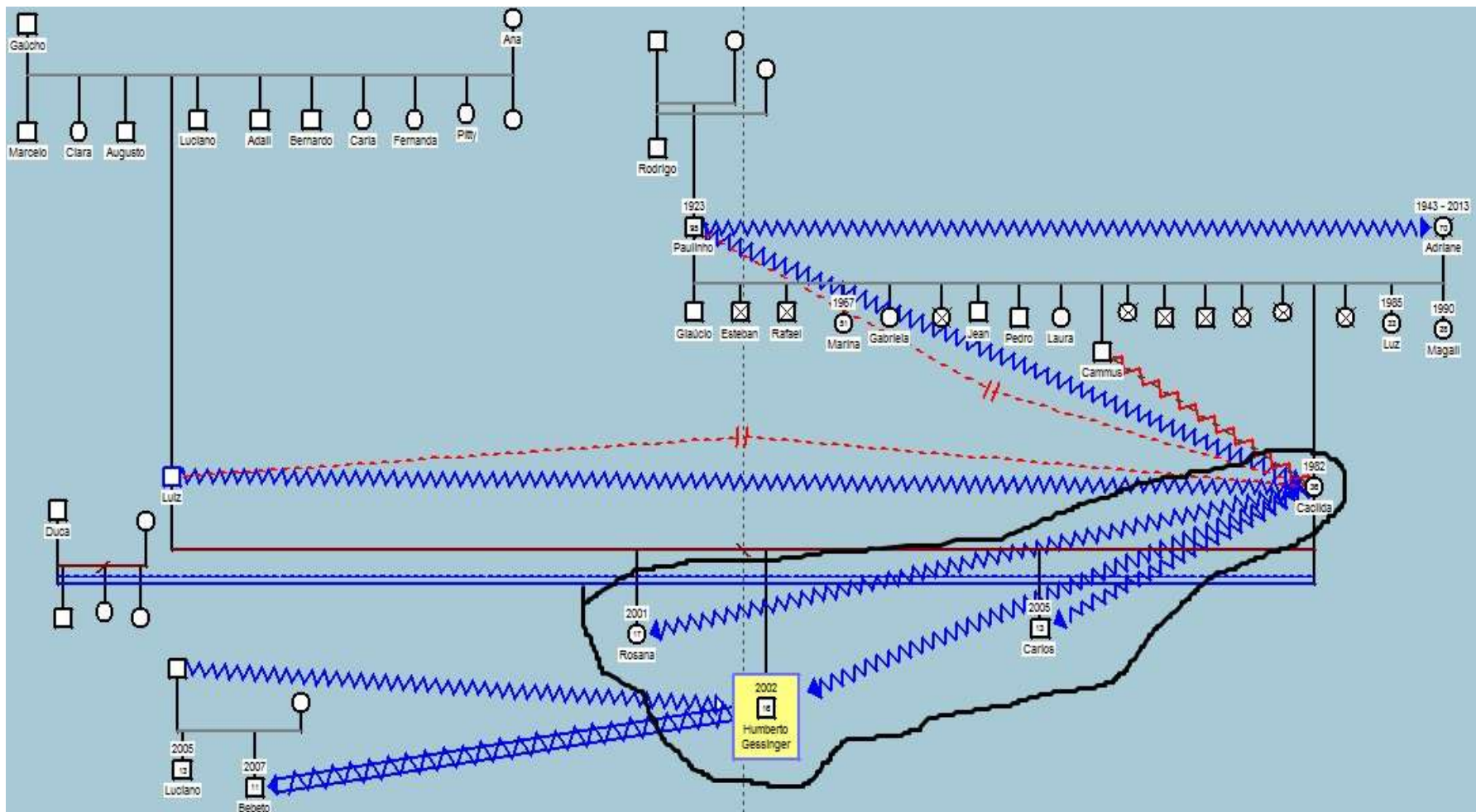


Figura 16

Genograma Familiar de Humberto Gessinger

Esse genograma é repleto de relações de afastamentos e rompimentos, sendo simbolizados pelas violências físicas em todas as gerações e relações entre cônjuges e filhos. Parece que informam que o maior, mais velho e o homem têm poder sobre os demais. Logo após as violências físicas, há o rompimento das relações maritais e parentais. Na terceira geração, há a presença de uma ofensa sexual contra uma pessoa fora do ambiente familiar, sendo uma reprodução deste mito. A prática dessa violência sexual resulta na vivência de uma ameaça entre o pai de Beбето e Humberto Gessinger. Diante das relações de rompimentos e violências, o adolescente possui vínculos frágeis.

Cláudio Clan

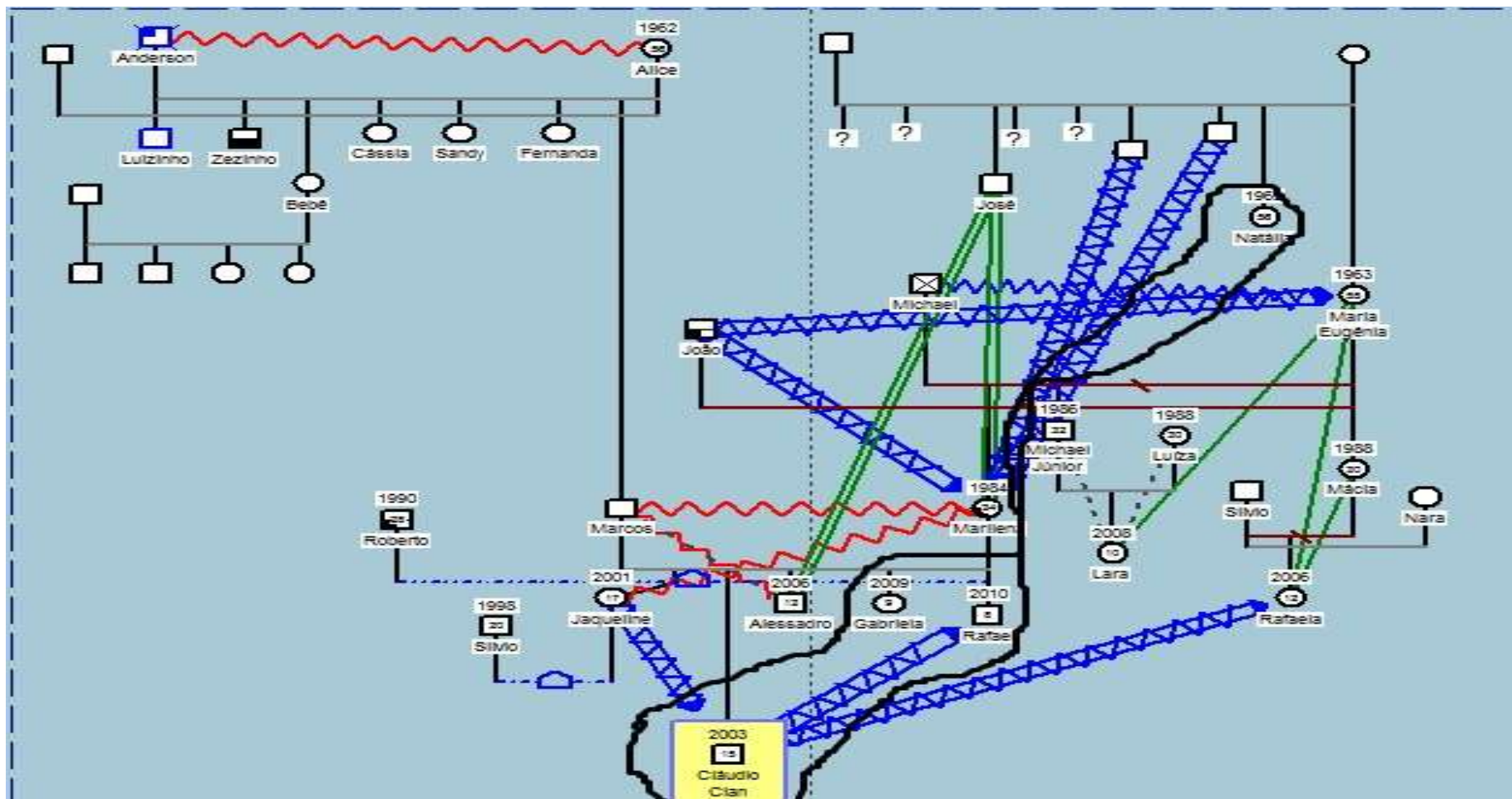


Figura 17

Genograma Familiar de Cláudio Clan

O genograma, na posição vertical, demonstra dois modelos de como vivenciar situações conflituosas. A família paterna de Cláudio Clan apresenta situações que possibilitam o afastamento devido à presença de conflito na relação marital de Anderson e Alice, no entanto parece haver uma organização dos papéis desempenhados, de forma que na, geração seguinte, há casos de uso abusivo de álcool e outras drogas. Já na família materna há um emaranhado de ofensas sexuais, conflitos, distanciamento, proximidade que expressam a falta de fronteiras e papéis bem definidos. A organização familiar fica caótica.

A família materna de Cláudio Clan é marcada por relações de distanciamento e aproximações. Existem relações de proximidades que ligam as segunda e terceira gerações. Apesar disso, há uma ligação entre gerações diferentes e iguais através da ofensa sexual, a qual está presente em duas gerações. Ainda no aspecto da separação constam as relações de distanciamento, os conflitos e os rompimentos. Isto proporciona a construção de vínculos frágeis e confiança instável.

Chico Science

Na primeira geração, a relação conjugal de James e Alice apresentava conflito em decorrência das relações extraconjugais. Observa-se algumas transmissões ocorridas nas segunda e terceira gerações, quando é perceptível o uso abusivo de drogas e a ofensa sexual.

Destaca-se ainda, os frequentes rompimentos e as novas das relações amorosas de Rita. Essa situação proporciona o afastamento das relações dos pais com os filhos e o distanciamento com os novos padrastos, como é expresso nas relações de Fred e Flávio. Porém um desses pais demonstrou uma relação de proximidade entre Michael e Lúcio com o filho que foi assassinado em decorrência do envolvimento com drogas.

Chorão

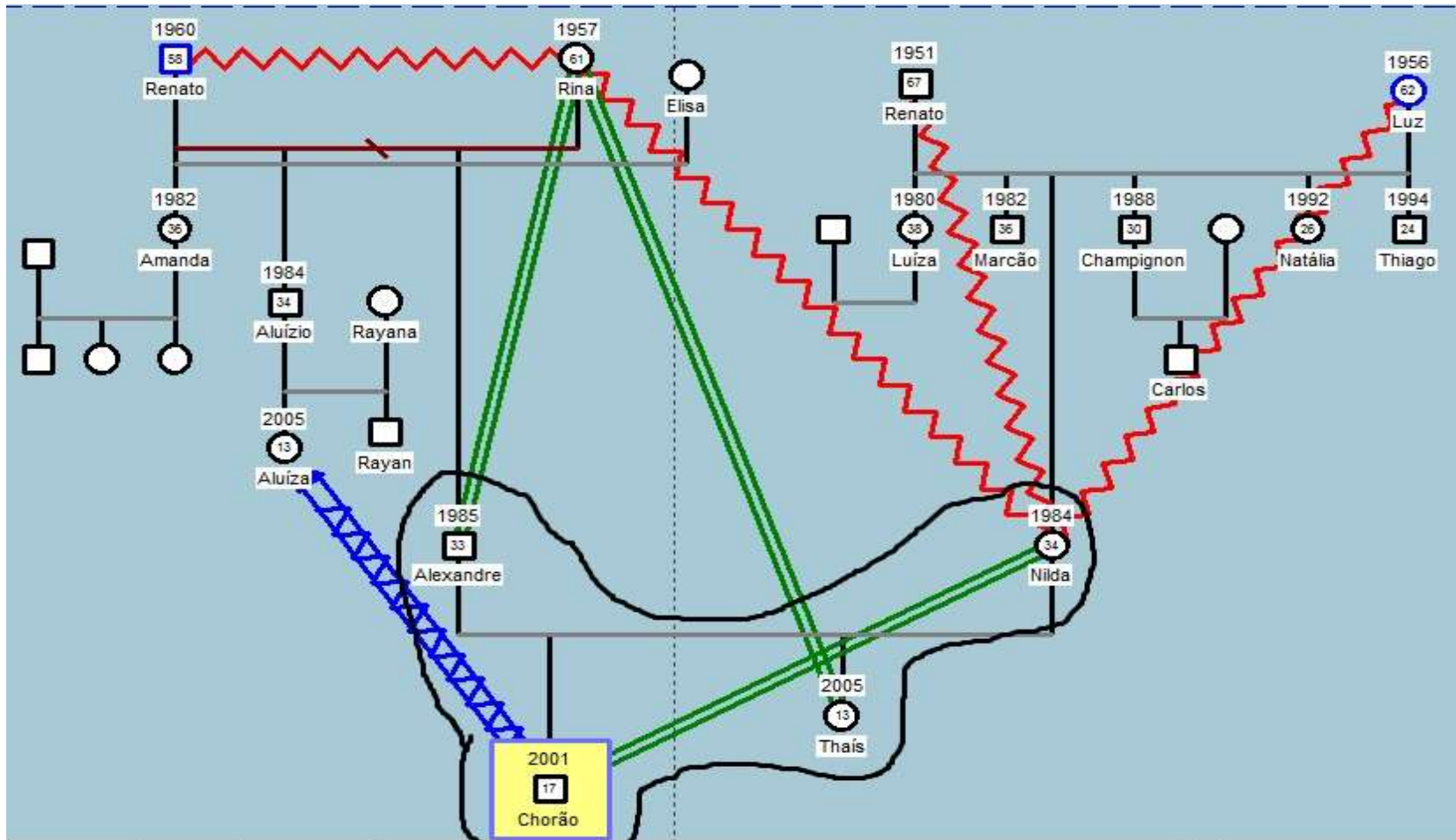


Figura 19

Genograma familiar de Chorão

As figuras parentais de Nilda e Alexandre apresentam-se como uma das partes pessoais que fazem uso abusivo de álcool. Na família materna de Chorão, há presença de várias relações mediadas pelos conflitos. Parece que Nilda e Alexandre vivenciaram situações de conflitos, mas desejam construir uma nova família, pois são estabelecidas relações de proximidade entre eles e com as pessoas que moram no mesmo lote (a família morava no lote de Rina). Destaca-se que Nilda possui uma relação conflituosa com a sogra Rina. Além disso, há um caso de suspeita de ofensa sexual entre os primos Aluíza e Chorão. Estas situações comunicam que a maneira de se relacionarem, através de conflitos e separações, ainda continua presentes.

Russo Passapusso

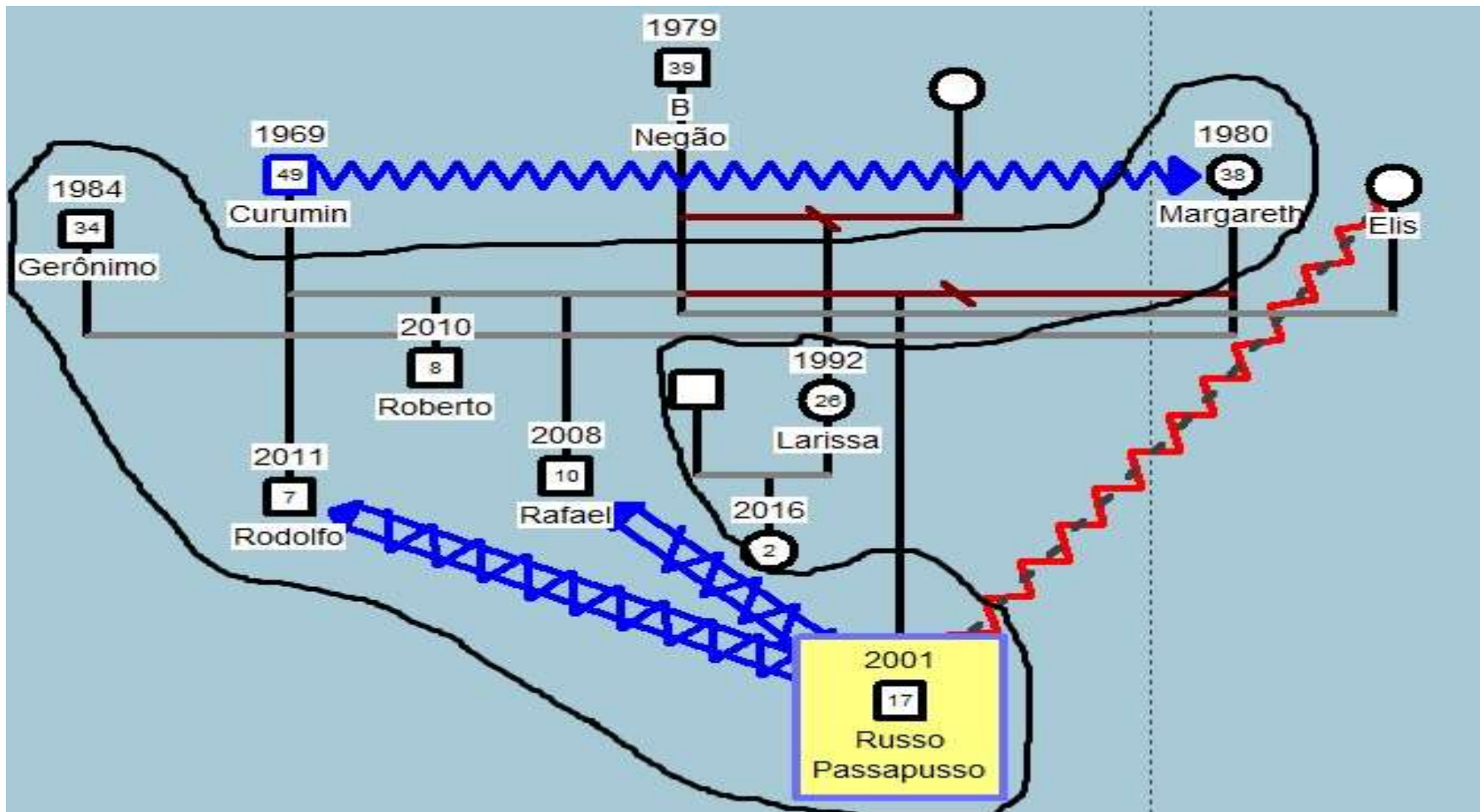


Figura 20

Genograma familiar de Russo Passapusso

Este genograma é rodeado por relações que expressam o conflito e violências, de forma que os membros apresentam distanciamento entre si. As relações que proporcionam o afastamento são: ofensa sexual praticada entre os irmãos, violência física cometida pelo padrasto Curumin contra Margareth, rompimento das relações conjugais e relação de conflito e distanciamento de Russo com a madrasta. Isto possibilita que o adolescente tenha relações afetivas limitadas e fora do contexto familiar e vínculos frágeis.

Raul Seixas

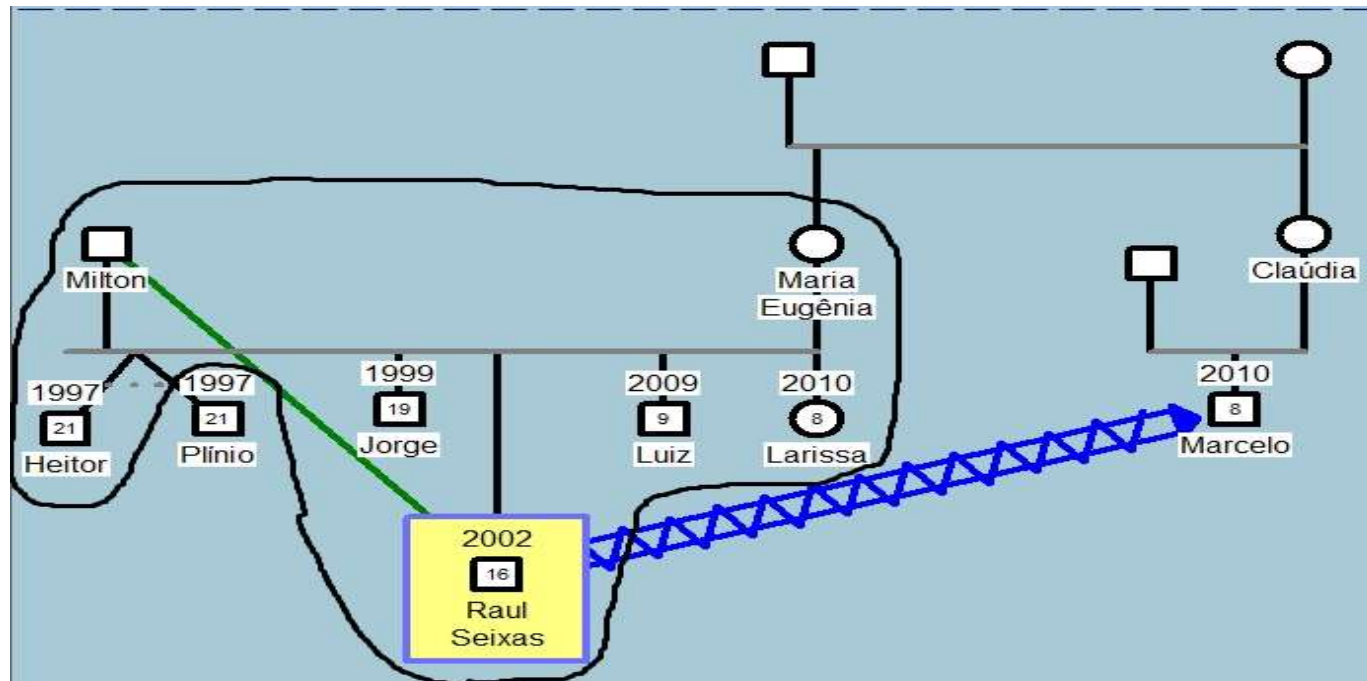


Figura 21

Genograma familiar de Raul Seixas

Raul Seixas possui uma relação de apego com o pai Milton e mora com os pais e mais quatro irmãos. O seu irmão Plínio mora no Exército. A família residia em um lote da família materna. Há presença do símbolo de ofensa sexual praticada por Raul contra Marcelo.

4.4 Diário de Campo Sobre o Processo do Grupo Multifamiliar

Cazuza

Durante as sessões do GM, Cazuza ficava sempre próximo à mãe, encostando sua cabeça em seu ombro. Na sessão cujo tema foi “rede de proteção” (primeira sessão do GM), na atividade subgrupal dos pais e responsáveis, a mãe Lucinha revelou que havia ficado surpresa com a descoberta da ofensa sexual, pois "o filho nunca foi de dar trabalho". Apesar disso, conversou com o filho, que assumiu a violência. Ela relatou que Maurício (a vítima) e Cazuza não mantêm mais contato. No subgrupo dos adolescentes, Cazuza relatou que reconhecia e se arrependia do que havia feito, pois explorou uma criança. O adolescente contou que Maurício ainda o chama para brincar quando o vê, mas que ele se afasta.

Na sessão de construção do Genograma, Lucinha revelou às profissionais que estava namorando com Caetano e que, no ano seguinte, iriam morar juntos. Lucinha frisou que Cazuza iria continuar morando com Alice (tia materna) para que ela pudesse aproveitar o relacionamento amoroso. Quando soube, o adolescente ficou pedindo para que o levasse junto, pois era o seu filho. Na sessão seguinte de apresentação do Genograma aos demais participantes, Lucinha afirmou que Cazuza iria morar com ela na

nova casa, pois era o seu filho. No momento da benção, a mãe falou que abençoava o filho rapidamente e o abraçou.

Frejat

Durante as sessões do GM, Frejat sentava-se distante de sua mãe e próximo de outros adolescentes. Léa demonstrou estar insatisfeita durante o processo do GM, e em todas as sessões expressou uma opinião de desabono sobre o trabalho em curso. Destaca-se que o atendimento de Frejat iniciou na instituição por meio de um conflito entre a equipe profissional e a mãe, pois foi avisado no acolhimento que seria feita a notificação do ato ofensivo. A mãe de Frejat não concordava com esta prática das profissionais do COMPP e comentou esta situação com uma médica de outro serviço de saúde. A médica foi ao PAV defender que não deveria ser feita notificação, pois o adolescente não havia cometido um crime, e sim um ato infracional. Além dessa situação, a mãe de Frejat verbalizava durante as sessões que o filho (Frejat) estava em sofrimento e nada era feito em relação a isso. Léa relatou em dois encontros seguidos que ele havia diminuído o rendimento escolar, algo que nunca havia acontecido, estava sendo alvo de bullying na escola e, durante o desenvolvimento do GM, houve episódio de cutting. Além disso, falou reiteradas vezes o motivo de não realizar a denúncia na delegacia sobre a prática do ato violento do filho contra a filha. Léa argumentou que não sabia a quem proteger, e aguardava orientação das profissionais da instituição acerca do atendimento de Júlia (vítima).

Na terceira sessão (Abuso sexual é um crime), um assessor da Vara da Infância e Juventude foi convidado pela equipe profissional do GM para explicar as consequências da ofensa sexual perante a justiça juvenil, já que o abuso sexual, pelo ECA (1990), é um

ato infracional que é análogo ao crime. Nesta sessão, Léa fez questão de expor seu conflito: a quem proteger, porque os dois são seus filhos. Nesse momento, uma das mães perguntou a Léa se ela teria algo para dizer à Frejat, mas a mãe se silenciou.

Na sessão de construção do Genograma, Léa relatou que quando a sua mãe, Janis, soube de sua gravidez aos 19 anos, a expulsou de casa. As duas possuíam uma relação conflituosa. Após o nascimento de Frejat, Léa morou com José durante dois anos. A mãe afirmou que essa relação acabou, pois José era muito imaturo para criar uma criança. Após o término da relação, uma tia materna de Léa a acolheu. De acordo com o serviço que acompanha a mãe de Frejat, nesse período, ela sofreu violência sexual, morou na rua e fez uso de drogas. Durante essa sessão, houve um momento que Léa solicitou que Frejat saísse da sala, para que ela pudesse informar sobre as suas internações psiquiátricas. Quando Frejat tinha três anos, Léa tentou suicídio tomando medicamentos. Frejat a viu caída no chão e ligou para uma emergência solicitando ajuda. Após essa situação, a mãe foi internada mais duas vezes. Enquanto isso, José começou a morar junto com Ângela (madrasta de Frejat). Além disso, Léa informou que somente ela estaria em todas as sessões acompanhando o seu filho por esse ter sido um combinado com o seu esposo Agenor e por José não saber do que se tratava essa intervenção. Durante apresentação do genograma, foi exposta a comunicação familiar com muitos não ditos e segredos. Léa defendeu agressivamente que não deveria ser modificada esta forma de se relacionarem.

Houve dois atendimentos realizados com as crianças que sofreram ofensa sexual, após todas contarem as situações de violências sexuais sofridas, Júlia conta a seguinte história: Um primo de 13 anos de idade, cujo nome ela desconhece, havia tocado no corpo dela sem seu consentimento. O pai chegou em casa no momento, presenciando o fato. Quando perguntado sobre quem a ajudou neste momento, ela referiu-se ao seu pai e ao irmão Frejat. A criança argumenta que os dois realizaram a denúncia. Além disso, o

seu pai havia avisado para todos os policiais sobre esse garoto. Houve também uma dramatização, onde um adolescente tentava se aproximar para tocar nos órgãos genitais. No momento que Júlia foi participar da encenação, ficava paralisada com a aproximação.

Nando Reis

A entrevista de acolhimento foi realizada em dois momentos distintos. Em um primeiro momento, toda a família estava presente. No segundo momento, o adolescente foi ouvido sozinho com as profissionais. Enquanto isso acontecia, uma técnica passando pelo corredor surpreendeu Sebastião, o padrasto de Nando Reis, encostado à porta da sala de atendimento tentando escutar o que estava sendo dito no interior do compartimento. Sebastião foi repreendido.

Na segunda sessão do GM, cujo tema foi “rede de proteção”, no subgrupo dos pais, a mãe Cecília relatou o susto ao receber a informação sobre a ofensa sexual cometida pelo filho. Ela contou que nunca havia imaginado a possibilidade de o filho ofender sexualmente uma criança. Além disso, percebia o filho como uma criança que não pensava em sexo. Diante disso, a mãe relatou que nunca havia conversado com Nando a respeito da sexualidade, pois não acreditava ter esta necessidade ainda. Cecília relatou ainda acerca da forma de enfrentamento da violência realizada por Sofia (mãe da vítima). Sebastião e a mãe de Nando acreditam que esta situação poderia ser resolvida em família, sem a necessidade de procurar o órgão da segurança pública. Cecília considerou que Sofia tenha feito um escândalo quando ligou para Sebastião (pai de Zoé, vítima, e namorado de Cecília), e exagerou por ter feito a denúncia na delegacia, além de não permitir que Zoé fosse para a casa do pai visitá-lo. Ela ainda ressaltou o enorme carinho que tem pela menina e a falta que sente dela.

Essa família teve uma participação incompleta na intervenção. A última informação dos mesmos foi que não poderiam comparecer na sessão referente ao Genograma devido à audiência judicial ser no mesmo horário. Após essa ausência, não mais compareceram ou atenderam às chamadas telefônicas. Destaca-se que Nando, Cecília e Sebastião tinham uma participação ativa no grupo, no entanto o casal sentava junto e o adolescente sentava do lado oposto dos responsáveis. Nando logo fez amizade com Frejat e os dois sentavam juntos. A família só teve uma participação diferente no GM, na última sessão frequentada que se tratou sobre o abuso sexual ser um crime. Nessa sessão compareceram Cecília, Marisa e Nando, os três sentaram juntos e ficaram escutando a exposição do convidado. Durante essa sessão, Marisa ficou sentada com os braços sobre o ombro de Nando Reis e em alguns períodos passava a mão entre os cabelos do irmão. Acredita-se que Sebastião tenha faltado a essa sessão pois Cecília havia relatado em atendimento anterior que o havia mandado embora de sua casa, pois considerava incoerente o "pai da vítima" morar com a família que tinha ofendido a sua filha.

Renato Russo

Maria do Carmo geralmente se apresentava no grupo com uma necessidade muito grande de falar, sendo que no primeiro encontro falou sobre como a sua mãe não dava atenção e que estava com raiva dela. Fernanda participou de três sessões do GM e afirmou que gostaria de verificar o que estava sendo dito e se poderia ajudar o neto. Nesses momentos, desqualificou inúmeras vezes Maria do Carmo e não permitiu que a filha falasse ou se defendesse. Maria do Carmo ficava com vergonha. Além disso, a avó falou da sua irmã Madonna que se preocupa muito com Renato.

No atendimento em que a sexualidade foi tratada, Maria do Carmo afirmou conversar sobre esse tema com o filho, quando perguntava se este lavava o pênis corretamente. Ela encenou espontaneamente essa cena no grupo, o que provocou reações de vergonha em Renato Russo. Na continuidade dessa sessão, no subgrupo com os pais, Cacilda (mãe de Humberto) falou que seu filho havia percebido que tinha algo incomodando Renato, pois ele era muito triste.

Na sessão de apresentação do Genograma, essa família entrou na sessão quase no final do atendimento, os profissionais do administrativo do COMPP afirmavam que as famílias ainda não haviam sido convocadas. Assim, Maria do Carmo ficou esperando até que entrou sem a permissão dos profissionais. A mãe expôs o genograma da família e Renato Russo ficou calado, sorrindo durante um comentário sobre a forma como a mãe chama a atual esposa de Marcelo (pai do Renato Russo). Maria do Carmo a chama de "Dona Coisinha". Após a apresentação dos genogramas, foi feito um ritual de bênção dos pais aos filhos. Nesse momento, Maria do Carmo falou olhando nos olhos de Renato que o abençoava e desejava que o filho fosse muito feliz. O adolescente não fez contato visual com a mãe, apenas olhava para baixo, de forma que a mãe pegou no rosto do filho e o levantou para que pudessem olhar um para o outro e ele sorriu.

Humberto Gessinger

A família de Humberto Gessinger não tinha interesse em participar da intervenção, pois não acreditava que a ofensa sexual havia acontecido. Desta maneira, a família não quis realizar a Escultura Familiar e foi ao atendimento acompanhado pelo Conselheiro Tutelar. Apesar disso, Humberto participava ativamente do subgrupo de adolescentes. Em

uma dessas sessões, Humberto revelou que a sua irmã havia sido expulsa de casa, pois era "lésbica. A minha irmã pega mais mulher do que eu".

Essa família também teve participação incompleta no GM. O último atendimento em que a família compareceu foi a construção do Genograma, no qual houve uma reflexão sobre como a violência física está sendo adotada como uma prática educativa no contexto familiar. Cacilda e Humberto defenderam essa prática firmemente. Além disso, a mãe teve muita dificuldade de lembrar o nome dos irmãos e demais familiares devido ao pouco contato com estes.

Cláudio Clan

Durante a intervenção, Cláudio sentava sempre distante de sua tia-avó Natália. Apesar disso, a tia trazia sempre em sua fala o quanto sua relação com o Cláudio havia melhorado e contava do estupro que havia sofrido na adolescência. No dia que o profissional da justiça esteve no grupo, Natália começou a falar que estava ficando doente, que iria devolver as crianças e gostaria de saber como proceder. No último dia de atendimento, a tia pediu para que Cláudio se ausentasse da sala de atendimento para relatar a atual situação das crianças e adolescentes dessa família. Após a saída de Marilena da clínica de tratamento, quando seus filhos voltariam a ficar com ela, Cláudio estava dormindo na mesma cama que Roberto (namorado de Marilena). Marcos havia terminado de cumprir a pena e gostaria de ter a guarda dos filhos novamente. Natália relatou que estava entregando a guarda das crianças para a Justiça, pois não tinha condições de saúde para continuar cuidando dos mesmos. Roberto havia voltado a fazer uso de drogas e abandonou Marilena. A mãe das crianças estava pagando as dívidas do companheiro com

os traficantes, afirmava que queria o seu homem de volta e que não se importava com os seus filhos.

Cláudio, ao construir o seu plano de futuro (última sessão), verbalizou que estava ansioso e sentia medo de perder a mãe. Além disso, afirmava que a violência presente na vida de sua família ficaria para trás e que ele seria um advogado bem-sucedido e com família. O adolescente desejava criar os seus filhos com diálogo. Ele ainda sinalizou que gostaria de ter sua mãe por perto, casada com um advogado e ter contato com o pai e a tia Natália.

Na sessão da construção do genograma, Marilena e Maria Eugênia estiveram presentes. No momento da benção, Maria Eugênia pediu perdão para Marilena por não ter acreditado nela quando contou da violência sexual que havia sofrido pelo ex-companheiro afirmando que havia ficado cega, pois amava muito o companheiro. Ela reconhecia agora que precisava proteger a filha. Neste momento, a mãe e a filha choraram juntas. Posteriormente, Marilena abençoou o filho e os três se abraçaram.

Na sessão realizada com as crianças que foram vítimas ou poderiam estar em situação de risco, compareceram Alessandro, Gabriela e Rafael. Gabriela relatou histórias de vivências de violência sexual na família e na escola. Ao perguntar aos demais irmãos dessas situações, Alessandro e Rafael negaram que alguma situação desse cunho tenha acontecido, no entanto Gabriela e Alessandro contaram que Cláudio já tinha feito isso com Rafael, o qual fala que não se recorda do fato e afirma que a tia Natália que conta esta história. Os irmãos falaram que não podem ficar muito perto de Cláudio, pois ele fica sempre querendo tocar neles. Alessandro lembra que seu "pai", o tio José, já o ensinou como se defender do irmão, que é o empurrando e falando para tirar a mão dele. No momento da dramatização realizada, Gabriela se aproximou do adolescente e ficou escutando o que ele dizia enquanto olhava assustada para todos da sala, mas não falava

ou fazia algo. Enquanto isto, os irmãos Rafael e Alexandre se aproximavam da irmã, mas ficaram escutando também. Neste momento, uma das profissionais questionou se eles fariam algo. Diante disso, na dramatização, as crianças saíram correndo e gritando por socorro.

No segundo atendimento com os mesmos, foi solicitada uma atividade de recorte e colagem, onde as crianças deviriam identificar figuras e palavras que representavam risco, “perigo” e proteção. Enquanto Rafael e Gabriela recortavam as gravuras, Alessandro preferiu desenhar situações de risco e de proteção. Para representar a situação de risco, ele desenhou duas pessoas em um penhasco, onde uma delas ameaçava com um punhal a outra. Para a situação de proteção, ele desenhou crianças na rua e a polícia passando de viatura. Após desenhar, Alessandro foi ajudar os irmãos a recortar as figuras. As crianças selecionaram imagens do homem de ferro como representação do herói, de pais e filhos que demonstravam afeto, conforto e proteção. Houve dúvida em relação à ilustração do leão, se ela representava risco ou proteção e, após intervenção das profissionais, as crianças decidiram que a figura do leão representava risco.

As crianças identificaram o irmão Cláudio como risco e utilizaram a gravura do leão para dizer que ele deveria estar na boca do animal e que devia cair do penhasco. Ao serem questionados sobre o desejo de morte do irmão através do leão ou do penhasco, eles se silenciaram e depois Rafael disse que não queria a morte, mas que ele ficasse machucado pelo leão.

Chico Science

Na segunda sessão sobre rede de proteção, no subgrupo dos pais, Rita relatou ter sofrido muito quando soube da ofensa sexual praticada pelo filho. Ela ficou muito

chateada, sem saber como proceder. Além disso, reclamou da sobrecarga no trabalho e da dificuldade de supervisionar o filho, uma vez que precisava trabalhar para manter a casa. Destacou ainda que geralmente vai dormir cedo devido ao cansaço e o filho fica até a madrugada na televisão com o pai. Apesar de a mãe ter sofrido muito com a descoberta da ofensa, Fred (pai de Chico) entende que o ocorrido foi motivado pela curiosidade sexual presente na adolescência, sem maiores consequências.

Durante as sessões do GM, Chico sempre ficava ao lado da mãe, com a cabeça escorada em seu ombro. Quando as pessoas estavam em pé no GM, Chico depositava todo o peso do seu corpo sobre o da mãe. Isso foi apontado para o adolescente e sua família no último atendimento. Ainda assim, ao ser questionado sobre o seu futuro, ele afirmou que dependia de sua mãe. Após muito esforço da equipe de profissionais, o adolescente mencionou que gostaria de ser jogador de futebol e que sua mãe seria empresária. Rita afirmou que sempre acompanharia o filho e demonstrou ciúmes sobre ele ter alguma namorada. Chico logo se acalmou, revelando que não tem interesse em casar, pois "as mulheres iriam ficar pegando o seu dinheiro". Apesar de demonstrar o desejo de ter a mãe sempre por perto, quando a mãe relatou ter ido para o hospital por motivo de doença, o filho disse que desconhecia o fato. O adolescente acreditava que a mãe tinha ido para casa da irmã, pois ela ficou alguns dias fora de casa.

Chorão

No início do GM, Chorão estava namorando com uma menina de 14 anos. A mãe desta adolescente tinha conhecimento da relação, no entanto não gostaria que a comunidade soubesse da mesma, por tanto a namorada não podia sair com ele e os dois só podiam ficar juntos na casa dela. Chorão relata que apesar da mãe de a menina não

permitir que tivessem relação sexual, eles de fato tinham. Ele conta que os dois iriam para a casa da tia da namorada, onde não havia ninguém. A adolescente sentia medo e geralmente dizia que não queria ter relação sexual, chegando a chorar. No entanto, Chorão afirmava que esta reação era só medo de alguém surpreendê-los, mas que a menina queria também. Durante o período do grupo, essa relação terminou e Nilda não soube o motivo. Após o término do namoro, o adolescente tem ficado com diversas meninas. A mãe relatou que tem redobrado o olhar sobre o adolescente, pois tem medo de que aconteça com seus filhos o que ocorreu com ela, de engravidar na adolescência. Ela relatou também que deseja que o filho seja independente e não passe por isto.

Na sessão em que foi feito o projeto de vida (última sessão), Chorão falou sobre o desejo de entrar no exército e deixar a escola. A sua mãe logo resmungou e demonstrou o seu esforço para que o filho apenas estude. Ao final, ele conta que aos 22 anos gostaria de ter sua moto, uma esposa, uma casa e que gostaria de ter muitos filhos. Acrescentou ainda que seria da polícia e educaria os seus filhos no diálogo e que, se isso não resolvesse, bateria então nas crianças.

Durante o GM, Chorão e Nilda sentavam com frequência juntos e ficavam atentos às atividades. Em algumas situações, Chorão pegava na mão da mãe e ficava brincando com seu dedo. Nilda correspondia às brincadeiras. Ao final das sessões, a mãe pedia orientações sobre como conseguir uma oportunidade no Pró-Jovem para filho. Ela argumentava que este era um desejo do adolescente. Na sessão seguinte, ao final da sessão, Nilda fazia uma espécie de relatório do que havia ocorrido referente às orientações comunicadas sobre a possibilidade de trabalho para o filho.

Russo Passapusso

Russo Passapusso participou dos três primeiros encontros, chegava um pouco atrasado e sozinho. Apesar disso, uma das profissionais do grupo ficava próxima a ele, representando sua mãe. Quando o atendimento acontecia nos subgrupos, o adolescente fazia maiores contribuições. Na sessão em que foi trabalhado o tema "rede de proteção", relatou que, quando é repreendido pela sua genitora, ele vai muito bravo para o quarto, bate a porta e não presta atenção em nada do que a mãe estava dizendo.

Apesar de ter relatado para sua mãe sobre a ofensa, durante a entrevista de acolhimento ele negou o ato violento e o classificou apenas como uma brincadeira. Sua mãe compareceu à entrevista de acolhimento somente depois de uma segunda convocação. A equipe de atendimento do GM formulou uma hipótese de que Russo não compareceu mais às sessões devido à falta da presença da mãe. Nas sessões a que compareceu, ele sempre foi só.

Raul Seixas

A família informou que, devido à restrita condição financeira, não conseguiriam comparecer na primeira sessão. Após isso, a família esteve presente em duas sessões, sendo que na primeira o adolescente foi acompanhado pela mãe e, na segunda, o pai participou junto ao filho. Durante os atendimentos, Raul demonstrava estar sempre triste e tímido. Ele relatava que seus pais o corrigiam através do diálogo, no entanto, seu pai era mais afetuoso. Sobre a ofensa sexual, o adolescente conta que o primo foi ao IML e que não foi comprovada a ofensa, mas ele sabe o que fez e se arrepende do ato praticado.

Capítulo IV

5. Discussão dos Resultados

A partir da descrição dos prontuários, da Escultura Familiar, do Genograma e do Diário de Campo da pesquisadora, foram identificados os seguintes temas: afetividade, novas configurações familiares, relação de cuidado entre membros da família, amizade, delegações, rompimentos, vínculos, poder, violência, migração da região norte e nordeste para Brasília, problemas financeiros, conflitos, comunicação, estrutura familiar, sexualidade e saúde do adolescente. Com base nesses temas, foram construídos eixos de discussão: 1) Afetividade - relacionado à disponibilidade de trocas amorosas entre os membros da família; 2) Vínculos - identificando a manutenção das uniões e dos rompimentos entre os membros das famílias; 3) Comunicação – compreensão dos conteúdos verbais e não-verbais transmitidos entre os membros das famílias, principalmente sobre a ofensa sexual.

A cada eixo de discussão foi atribuído um título: 1) Quero saber qual lugar eu ocupo na sua vida?; 2) Fui... mas volto já; 3) [In] visibilidade do sofrimento das famílias em situação de ofensa sexual. Estes eixos de discussão têm a intenção de responder aos objetivos da pesquisa. Destaca-se que, apesar de ter sido feita uma separação dos conteúdos discutidos em cada eixo, há uma interdependência conceitual e dinâmica entre os mesmos. Optou-se em apresentar a discussão dos resultados dessa maneira com a intenção de facilitar a compreensão de uma situação bastante complexa.

5.1 Eixo I – Afetividade

Quero saber qual lugar eu ocupo na sua vida?

O afeto é a disponibilidade de manter intimidade e proximidade que um sujeito oferece ao outro, o que possibilita a construção de um lugar simbólico na relação (Minuchin, 1982; Costa & Penso, 2014). O dispositivo do afeto é estabelecido através das relações de cuidado e amizade e das idiossincrasias familiares. Este eixo procura analisar a expressão da intimidade, proximidade e o resultado das construções de símbolos nas díades: ofensor –vítima; ofensor – padrasto; ofensor - mãe. Destaca-se que essas díades serão analisadas através das funções dos papéis enunciados. Por exemplo, na relação ofensor - mãe, pode ser avaliada a relação do adolescente com as pessoas que executam atividades de maternagem, que podem ser a mãe, as avós ou as tias. As análises deste eixo estabelecerão correlação do afeto com água, uma vez que o afeto possibilita a construção de significados de importância nas vidas das pessoas assim como água é necessária para sobrevivência humana.

Sobre a díade vítima - ofensor, as crianças que sofreram violência possuíam algum convívio anterior com o adolescente e foram, em sua maioria, do sexo masculino (nove crianças), de dois a 11 anos de idade. Estas crianças apresentavam alguma relação de proximidade com o adolescente, por serem irmãs(os), primos(as), sobrinhas, vizinhos ou colegas de escola. Neste trabalho, faz-se uma ressalva para as violências ocorridas no ambiente extrafamiliar, pois a região em que a pesquisa foi realizada possui particularidades na organização social que fazem com que o contato extrafamiliar possa ser visto em sua configuração como intrafamiliar. Mesmo aquelas categorizadas como extrafamiliares foram perpetradas por adolescentes que mantinham laço de intensa convivência / proximidade e afetividade com suas vítimas. O Distrito Federal apresenta peculiaridades nos ambientes de moradia que influenciam na grande intimidade entre membros de várias famílias e nos respectivos laços afetivos. Esta região possui a maior

concentração de renda do país, com uma diferença de 17 vezes entre a maior e a menor renda (Distrito Federal, 2014). A desigualdade social, bem como a precarização das condições de sobrevivência, proporciona que diversas famílias morem em um lote que, por sua vez, é dividido em várias moradias, e as atividades de cuidado das crianças seja realizada por todos os moradores deste território. As crianças possuem livre trânsito entre as diversas residências, o que envolve relações entre enteado(as), primos(as), sobrinho(as) e vizinhos(as), além dos irmãos (Said, 2017). Diante do contexto apontado acima, a literatura utilizada nessa dissertação considera que o conceito de família vai além dos vínculos consanguíneos e das relações de parentesco, sendo incluídos os laços afetivos, a convivência regular e a responsabilidade existente entre os membros (Pelisoli et al., 2007; Minuchin et al., 2008; Pincoli & Hutz, 2014). Busca-se, com estas observações, ampliar a identificação do contexto intrafamiliar.

Na situação de Humberto Gessinger e Bebeto, destaca-se que, apesar de não morarem na mesma residência ou lote, os dois estudavam na mesma sala, e em algumas ocasiões Humberto levou Bebeto para casa, pois o pai da criança não foi buscá-lo na escola. Assim, havia entre os dois, além da convivência regular, atos de cuidado. Nesse sentido, outros exemplos foram identificados. Maurício era cuidado pelos avôs que também exerciam essa atividade com outras quatro crianças, com as quais Cazuzu brincava. Quando Zóe ia para casa da família do Nando Reis, o adolescente ficava brincando com ela. Renato Russo, um dos netos mais velhos, ajudava a avó Fernanda a cuidar dos demais primos. Em algumas situações, o adolescente que cometeu a ofensa sexual desenvolvia os cuidados dos primos mais novos, sem supervisão de um adulto. Russo Passapusso desempenhava atividades domésticas ao cuidar dos três irmãos, enquanto a mãe trabalhava, chegando a buscá-los na escola. Rita trabalhava como cabeleireira no andar térreo da casa, enquanto, Chico Science permanecia no andar

superior com os sobrinhos, Fátima e Gilmar. Assim, Rita considerava que poderia observar as crianças e orientá-las nas atividades desenvolvidas naquele espaço. Diante destas informações, nota-se que os adolescentes eram responsáveis por atividades de lazer, cuidado parental, e estímulos necessários para o desenvolvimento das crianças (Tomaz, 2013; Costa et al., 2015).

Os cuidados dispensados pelos adolescentes às crianças podem ser vistos como um processo de parentalização característico da assunção de papel parental por outro membro da família (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1983). A parentalização coloca o adolescente formando um triângulo afetivo que abarca a mãe, a criança que necessita de cuidado e o adolescente que está disponível na casa, para ser alocado em outro papel. Isto se dá com franco prejuízo para os infantes-juvenis envolvidos devido ao isolamento do adolescente em relação aos outros membros da família. Há ainda hierarquização nas relações e confusão dos papéis. Tomaz (2013) contextualiza que a parentalização ocorre em famílias onde o subsistema parental se mostra fraco ou ausente. As famílias pesquisadas apresentam a mãe como a mantenedora, a chefe da família, de forma que estas mulheres precisam sair de casa para trabalhar. Os pais são ausentes devido a separações, violências intrafamiliares ocorridas anteriormente e mortes. No Distrito Federal, muitas destas famílias são oriundas de correntes da migração e não possuem outros parentes próximos, fazendo com que essa parentalidade dos adolescentes com seus irmãos acabe por ser mais frequente. Estas informações estão em consonância com os dados apresentados por Penso et al. (2012), Nogueira Costa da Silva (2013), Costa (2013) e Costa & Marra (2013).

O contexto expresso acima representa as famílias monoparentais femininas, as quais possuem a presença de apenas uma mulher no subsistema parental, podendo ter a inserção de novos companheiros através da união estável (Costa & Marra, 2013). De

acordo com Costa e Marra (2013), estas famílias geralmente estão inseridas em condições de pobreza, exclusão, desigualdades sociais, luta por sobrevivência, emancipação feminina e relações trabalhistas marcadas por gênero, classe, raça/etnia, idade/ geração. Geralmente estas mães trabalham cerca de 15 horas diárias, com tripla jornada, de forma que ficam afastadas dos filhos em nome da sobrevivência familiar (Costa & Marra, 2013). Quando as mães dos adolescentes da pesquisa possuem parentes que moram no Distrito Federal, tias, avós e tias-avós ajudam a cuidar das crianças e adolescentes. No entanto, estas avós já estão cuidando de muitos outros netos, o que inviabiliza a supervisão adequada a todos e, assim, os adolescentes atuam como ponto de apoio às avós. Portanto observa-se que a parentalização também envolve o papel das avós. Esta dinâmica se mostra perversa para o adolescente, pois aumenta seu poder, não só sobre a geração da mãe, como também das avós. A relação de parentalização é uma característica observada por Tomaz (2013) e Costa et al. (2013) nas relações abusivas entre adolescentes e crianças, permitindo ao adolescente exercer autoridade e poder sobre uma criança, bem como facilitar o convívio com uma possível vítima, sem a supervisão de adultos. Considera-se que a organização familiar que permite o surgimento da parentalização colabora para a prática de ofensa sexual de forma oportunista (Borges & Costa, submetido).

A parentalização transforma-se em um recurso que permite a garantia de cuidado para as crianças vítimas que ainda se encontram em um período de desenvolvimento de menor autonomia e maior dependência dos adultos. Na ausência de um subsistema parental responsável pelos cuidados com as crianças, as relações de afeto e dependência são estabelecidas com parentes mais próximos, como as avós e as tias, ou com os adolescentes irmãos, primos ou tios. Isto pode ser percebido através dos relatos de Cazusa, Humberto Gessinger, Russo Passapusso e Chorão. É interessante apontar que as

vítimas ainda os procuram para brincar após a prática ou suspeita de ofensa sexual. Esta situação sinaliza a relação de afeto estabelecida entre vítima e ofensor.

Destaca-se ainda que Júlia (vítima e irmã de Frejat) denominou Frejat como o seu protetor ao relatar a situação de ofensa sexual no subgrupo de vítimas durante o processo do GM. No entanto parece que ela mesma atua como protetora do irmão. Trata-se de uma família que utiliza muitos não-ditos, evitando falar diretamente sobre o assunto do abuso sexual. Neste contexto, Júlia adota este tipo de abordagem no relato da violência praticada pelo irmão sobre ela, sendo mais protetiva à Frejat do que a si mesma. Além disso, a criança informou sobre o aumento de supervisão parental recebida por Frejat, quando salientou o estado de vigília dos amigos de trabalho do pai policial com o adolescente que cometeu a ofensa sexual contra ela. Acredita-se que os amigos do pai representam as relações de igualdade estabelecidas por Agenor (padrasto de Frejat) e que possam exercer o controle e a proteção do adolescente em tela. Diante do contexto da não comunicação deste ocorrido a outras pessoas fora do ambiente familiar, pode-se pensar que estes *amigos policiais* sejam, na verdade, os pais de Frejat.

A afetividade inclui sentimentos positivos, além de negativos. O importante é que, em família, estes sentimentos possam circular e ser claramente percebidos (Minuchin, 1982) nas interações familiares. Além do sentimento amoroso e de proteção, os irmãos de Cláudio expressaram a raiva que sentiam pelo adolescente no subgrupo das crianças, na sessão sobre proteção, na qual foi elaborado um cartaz a respeito dos fatores protetivos e de risco que cercam a família. Os irmãos não gostam quando Cláudio alisa a pele de outras pessoas, e ele o faz continuamente. Esta raiva é expressa na apresentação do cartaz, onde foi desenhado um adolescente sendo ameaçado com uma faca na ponta de um penhasco e a figura de um leão. As crianças utilizaram dessas figuras para apontar o que desejavam ao irmão Cláudio, ou seja, a queda do penhasco e a transformação em comida

para o leão. Neste momento, quando são questionados se gostariam que o irmão morresse através desses atos, eles silenciaram por um instante e Rafael explica a intenção de apenas machucar o irmão Cláudio. A fala das crianças demonstrou a impulsividade presente na raiva e a intenção de vingança. Os irmãos de Cláudio apenas desejavam que o irmão fosse ferido, assim como eles o foram com a vivência da violência sexual.

Diante dessas situações, nota-se que o afeto disponibilizado pela vítima ao adolescente que cometeu a violência sexual é ambíguo, indo da proteção à raiva e à vingança. Este sentimento produz uma confusão acerca do papel desempenhado pelo autor da ofensa na vida destas crianças. Essa informação também foi percebida por Arpini et al. (2013).

As crianças que sofreram uma ofensa sexual e participaram do GM identificaram a situação de violência vivida como algo incorreto, pois as vítimas haviam sido tocadas em suas partes íntimas. Um aspecto interessante é que a justificativa utilizada pelas crianças, ao reconhecerem essa situação como inadequada, trouxe conteúdo referente às campanhas de prevenção realizadas em alusão ao dia 18 de maio, Dia de Combate à Violência e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Acredita-se que estas ações desenvolvidas nas escolas e comunidade têm auxiliado as crianças a identificarem situações de risco, sendo necessário ainda o avanço na nomeação desta situação como violência. Durante a ação do GM, as profissionais buscaram nomear, explicitamente para as crianças, a violência sofrida.

Antoni e Koller (2000) e Lauda, Sousa e Koller (2014) apontam que as crianças possuem dificuldade em nomear as vivências de violências intrafamiliares devido à delegação de autoridade, à lealdade, aos vínculos afetivos e aos segredos familiares. Apesar disto, as vítimas reconhecem sensações negativas nesta experiência. Identificar a violência está intimamente associado às relações familiares, as quais demonstram ter

maior relevância para os sujeitos envolvidos do que a prática do ato em si. A importância que as relações familiares têm para seus membros está vinculada ao sentimento de pertencimento (Minuchin, 1982).

Além da dificuldade de as crianças nomearem a situação como violência, nota-se que há essa dificuldade também nos adultos que desempenham os papéis parentais. Oliveira et al. (2014) e Marra (2015) salientam que o reconhecimento da violência pelos pais e pelas mães representa o fracasso familiar, e isso provoca sentimento de impotência e culpa, causando intenso sofrimento. Assim, as famílias geralmente preferem atenuar o comportamento cometido como uma defesa (Domingues, 2016).

Apesar das dificuldades de as famílias reconhecerem a violência praticada, as crianças expressaram a relação de poder presente nestas situações. No subgrupo de crianças, na sessão sobre proteção, houve uma dramatização a respeito da reação caso alguém se aproximasse delas com a intenção de tocar em seus órgãos genitais. Nesse momento, todas as crianças tiveram dificuldade em apresentar qualquer reação, mantendo-se paradas, caladas e, somente quando os profissionais as provocaram a agir, correr pedindo socorro. É desde cedo que se aprende a se deixar dominar pelo outro (Sousa et al., 2014). Sousa et al. (2014) assinalam que a experiência da violência está presente nas relações humanas como uma maneira de socialização através da assimetria e coisificação do outro. As crianças vivenciam este tipo de relação desigual por meio do adultocentrismo (Araújo, 2002; Javaid, 2016).

Em relação aos adolescentes, seis deles assumiram a prática do comportamento ofensivo como sendo uma violência e os outros quatro negaram. Os adolescentes que reconheceram o ato ofensivo ainda procuraram se justificar ou se desculpar em uma tentativa de diminuir a responsabilidade pela violência praticada, sem reconhecerem os danos provocados à vítima. Estes adolescentes afirmaram ter sido apenas uma brincadeira

ou que a criança consentiu. De acordo com Ward e Beech (2016), Worling e Langton (2016) e Javaid (2016), estas atitudes são sustentadas por crenças culturais, tal como o machismo. Quando os adolescentes afirmam que a prática da violência é uma brincadeira, estão refletindo valores de construção das masculinidades na sociedade. SchongutGrollmus (2012) e Zanello et al. (2015) consideram que a masculinidade hegemônica constrói o homem a partir da violência e da virilidade. Nesse sentido, o homem nasceu para ter relação sexual, pois isto justifica a virilidade, e não seria algo anormal terem esse tipo de relações com as crianças, porque apenas estão exercendo a sua sexualidade, não fazendo nada de incorreto.

O lugar ocupado pela vítima é caracterizado pela ambiguidade e pela dominação tal como um banhista no mar. Para tomar banho no mar, é necessário seguir o movimento das ondas com a intenção de se evitar "levar um caldo". As ondas no mar proporcionam o movimento de vai e vem presente na condição da ambiguidade. A força das ondas sobre o corpo do banhista domina a maioria dos comportamentos deste sujeito neste espaço, de tal forma que se o banhista quiser sair do mar vai precisar enfrentar a quebra das ondas que geralmente carrega o banhista para o meio do mar. Desta maneira, o banhista no mar se refresca, brinca na água e vive a oscilação da ambiguidade e a força do domínio exercido sobre o seu corpo. A situação de ofensa sexual também apresenta momentos prazerosos devidos os toques em áreas erógenas do corpo, porém com o poder e a dominação de um sujeito sobre o outro.

Nota-se que, nos casos em que o adolescente ofensor foi afastado da criança, não foram percebidas alterações emocionais ou comportamentais nos adolescentes. Após a revelação da ofensa sexual, algumas crianças chamaram os adolescentes para brincar e, de acordo com o relato dos adolescentes, esses não hesitaram em negar o convite. Apenas cinco das Esculturas Familiares representaram as vítimas, ainda que estas aparecessem

disfarçadas ou de forma minimizada. Estas informações parecem assinalar a irrelevância da relação ofensor - vítima para o adolescente. A presença ou ausência das vítimas na vida dos adolescentes não faz diferença *agora*. Pode-se criar uma imagem de que, na atualidade, a relação dessa díade é semelhante às características da água: inodora, incolor e insípida. As qualidades da água não alteram nenhuma experiência sensorial de seu provador, apesar de fazerem diferenças substanciais corporalmente. A vítima parece não fazer diferença na vida do adolescente, no tempo atual, mas, devido à prática da violência nesta relação, a vida do adolescente apresenta algumas mudanças na relação com as mães, avós e irmãs mais velhas, com a justiça e com a comunidade.

A ofensa sexual praticada por adolescentes desvela a existência de conflitos que vão além do abuso sexual, principalmente o abandono do cuidado parental. A ofensa sexual parece cumprir seu papel quando as mães são afetadas com a notícia do ocorrido. As genitoras verbalizam a surpresa diante desse fato, uma vez que os filhos eram bons e não precisavam de muita atenção, nem de supervisão, surgindo, então, a decepção e a raiva pelos filhos reproduzirem os contextos de violências já ocorridos no ambiente familiar. Costa (2013) e Costa, Costa e Conceição (2014) reconhecem características da relação mãe e adolescente que cometeu ofensa sexual e, a partir disso, constroem núcleos de sentidos, sendo um deles "O filhinho da mamãe o adolescente dominado pela mãe". Neste núcleo, as pesquisadoras acima citadas apontam que estes adolescentes possuem uma relação de dependência financeira e afetiva com as mães, de tal maneira que cumprem todas as atividades desejadas e demandadas pelas mães, seja por fidelidade ou dívida com essas mulheres. Neste contexto, os adolescentes, mesmo desejando independência, sentem culpa quando tentam romper com esta situação. As mães presentes no estudo desta dissertação sentem-se surpresas quando percebem esse aspecto de controle dos adolescentes sobre elas, como apontado por Costa (2013), Costa et al. (2014)

e Conceição et al. (2014). De novo, a ambiguidade está presente. As mães tentam controlar seus filhos adolescentes, mas são, na verdade, controladas por eles.

A vítima é uma pessoa concreta que estabelece uma relação entre a mãe e o adolescente. Essa relação é vista por Murray Bowen como triângulo, o que ajuda a explicar a dinâmica das relações familiares nas quais existe uma coalizão oculta entre as gerações e comunica a existência de um conflito e sua perpetuação (Nichols & Schwartz, 2007). Na situação da ofensa sexual praticada pelos adolescentes, sugere-se que a função da criação deste triângulo é a de desvelar e questionar o abandono que as mães impõem a estes adolescentes.

Acredita-se que a ofensa sexual reproduz esta triangulação em outras relações, além das mães, tais como o padrasto e a irmã mais velha. Nos casos de Nando Reis e Russo Passapusso, estes ofenderam os filhos dos padrastos, com os quais demonstravam ter algum conflito. Nando Reis relatou que gostava do padrasto no início, mas depois percebeu quem ele era e se incomodava com o fato de ele ter conversas em particular com a irmã Cássia. Sebastião (padrasto de Nando Reis) tentou escutar, por trás da porta da sala de entrevista, o que enteado falava na entrevista individual. Já no caso do Russo Passapusso, Curumim (padrasto) apresentava relações de violência com Margareth. No início da história amorosa desse casal, Russo teve conflitos com o padrasto a ponto de ser mandado morar com o pai BNegão, na região nordeste do país. Parece que o ato da ofensa sexual, nestes casos, é uma maneira de proteger as mães de relações que os filhos entendem serem prejudiciais às genitoras de alguma forma, excluindo os padrastos da família através da prática de violência contra os filhos destes homens. Pode-se iniciar, desde agora, uma percepção de que a violência sexual cometida por esses adolescentes é sempre uma comunicação (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967).

As irmãs mais velhas que, em algum momento, desempenham cuidado aos adolescentes Chico Science e Renato Russo, demonstraram algum conflito nessas relações fraternais. No caso do Chico Science, a família sempre enunciou que ele possuía um conflito com Flávia, mãe de Fátima. A relação dos irmãos era marcada por situações de ciúmes e competições mútuas. Renato Russo possui uma mãe que retornou da região sudeste com um quadro depressivo, portanto a família poupa Maria do Carmo de qualquer situação conflituosa. Diante disto, a filha Simone tenta resolver as questões da mãe, de forma que, quando Renato Russo sofreu uma ofensa sexual, quem o cuidou foi a irmã, e foi ela quem mediou o conflito entre Maria do Carmo, Renato Russo e Raphaela. No entanto, na construção da Escultura familiar, Renato Russo ficou na dúvida se poderia abraçar a pessoa que estava representando a irmã. Parece que o adolescente questiona os motivos dos cuidados da irmã e gostaria de saber até onde ela o apoiaria ou se ele pode pedir apoio a ela. As ofensas sexuais praticadas por estes adolescentes levantam questionamentos com relação aos vínculos amorosos com as irmãs.

As denúncias da violência sexual parecem demonstrar que os adolescentes não tinham interesse particular em afetar as vítimas com a prática da violência, e sim enviar mensagens às mães, aos padrastos e às irmãs mais velhas. E a vítima participa como uma *cola*, ligando as duas gerações, como proposto na triangulação (Nichols & Schwartz, 2007). Está-se indicando, neste texto, o conceito de coalizão que pode ser também visto como coesão. A coesão aponta para o equilíbrio mantido nos movimentos de proximidade e de distanciamento afetivo. Esta dinâmica está ligada aos movimentos do adolescente querer se distanciar e da família ressentir-se de ter que se separar dele. Isto porque a coesão está bastante dependente nos movimentos do ciclo de vida familiar (Simon, Stierlin, & Wynne, 1988; Carter & McGoldrick, 2001)

É importante compreender o contexto familiar ao se abordar a ofensa sexual nas intervenções terapêuticas. Os adolescentes parecem ter dúvidas sobre a sua importância na vida dos membros da família e gostariam de ter uma resposta a respeito do lugar que ocupam na vida destes sujeitos. As dúvidas a respeito do papel ocupado por eles, no jogo afetivo das interações familiares, são tão intensas que aumentam a sensação de insegurança, sendo necessária uma coalizão para o adolescente apresentar este questionamento a estas figuras parentais. Destaca-se que este questionamento na adolescência é muito importante pelo adolescente estar em processo de construção da identidade, com ênfase na escolha entre separar e pertencer (Minuchin, 1982; Fishman, 1989).

Na fase da adolescência, os sujeitos realizam atividades de separar-se dos pais quando enfrentam as contradições familiares. Neste sentido, aumentam atividades de socialização com os pares com a intenção de ampliar as formas de existência no mundo. Neste processo, as famílias devem colocar o limite na participação em outros grupos. Este movimento facilita o processo de separação, pois o adolescente sente que pertence a algum grupo (Minuchin, 1982; Andolfi & Mascellani, 2012). Os adolescentes em tela possuem dúvida sobre se pertencem a algum grupo. A ofensa torna-se uma oportunidade de se conectar a outro sujeito e auxiliar no senso de pertença. Isto significa que este questionamento é de alta relevância para estes adolescentes, como se fosse a pergunta que definisse o curso da história de suas vidas.

Diante deste questionamento, as mães acabam por responder por meio da ambiguidade. As genitoras que participaram da entrevista familiar relataram contratar advogado, afirmaram desejar ficar com os filhos, mas ao mesmo tempo não dialogam com os adolescentes, praticam violência física contra eles, orientam-nos a mentir sobre o ato e os chamam de monstros. Estas situações produzem intensas confusões a respeito do

pertencimento do adolescente ao grupo familiar. A confusão experimentada pelo adolescente é semelhante à que ocorre quando um banhista "leva um caldo no mar". Após conseguir sair do meio da onda, geralmente, o banhista tem dificuldade de firmar a perna na areia e direcionar o caminho a ser traçado. Algo similar, acontece com o adolescente em uma relação de ambiguidade da afetividade materna, provocando dúvidas sobre o lugar que ocupa na vida da mãe. Esta situação dificulta o jovem a identificar a maneira de se comportar e sentir sobre a mãe, ou seja, a capacidade de corresponder aos afetos da mãe, ocasionada pelos questionamentos, torna-se limitada.

Ainda sobre a díade mãe e adolescente foi notado que, antes do GM, as genitoras se distanciaram dos adolescentes, isolando-os dentro de casa. As mães revelaram sentir muita raiva dos filhos pelo ato cometido e/ou pela falta de compreensão do porquê de isso estar acontecendo. No entanto as sessões do GM pareceram conseguir reaproximar as mães dos filhos a partir da oportunidade de demonstração de afeto. Isso ocorreu com Cazusa e Renato Russo. Esta situação expressa a inconstância dos afetos disponibilizados aos adolescentes (Grant et al., 2009) assim como o movimento da onda no mar, que vai e volta.

Ainda assim, vale ressaltar que esta ambiguidade expressa pelas mães é referente ao seu próprio papel filial não ter sido vivido plenamente. Minuchin (1982) defende que a função da parentalidade é guiar, nutrir e controlar. Quando é observada a vivência destas funções na vida destas mulheres, é perceptível que Fernanda ainda controla e guia Maria do Carmo, mãe do Renato Russo, e que Maria Eugênia guia Marilena. Quando as avós não podem suprir estas necessidades das mães dos adolescentes, as mesmas ainda buscam outras pessoas que possam guiá-las, tais como as tias e as cunhadas. Estas mães esperam que alguém ainda exerça a maternagem com elas, uma vez que as genitoras também vivenciaram histórias afetivas com rompimentos, conflitos e violências. Elas adquiriram

pouca experiência em ser orientadas por suas próprias mães e reproduzem isto com os filhos.

A vivência da maternagem destas mães enquanto filhas deixou carências afetivas que elas tentam suprir nos relacionamentos amorosos. É importante frisar como o papel da mulher na sociedade é construído baseado no dispositivo amoroso, o qual é "se sacrificar e viver no esquecimento de si por amor a outrem" (Zanello et al., 2015, p. 239). O amor na vida da mulher na sociedade é o norteador de suas decisões (Cruz & Uziel, 2014; Zanello et al., 2015). Ressalta-se que a mulher ganha visibilidade na sociedade quando este amor é expresso com os filhos e/ou o esposo (Cruz & Uziel, 2014). As mães aqui enfocadas fazem investimento afetivo nas relações que produzem status social, com os filhos e os companheiros. Estas mães se mantêm transitando de um investimento afetivo a outro.

A inserção de novos companheiros representa mudança na estrutura e na dinâmica da família devido à readequação dos papéis, dos deveres e das obrigações de cada um (Mocetao Cunha & Meirelles, 2014) caracterizando o tema das reorganizações familiares. Além da provocação com essas mudanças, as famílias que vivenciaram a violência doméstica aumentam a insegurança com estas reorganizações. Os adolescentes apresentavam dúvidas a respeito de se o atual companheiro poderia vir a reproduzir esta violência com as mães, como foi expresso na Escultura familiar de Russo Passapusso, na qual o padrasto estava tentando entrar na família. Neste caso, os adolescentes tentam garantir a segurança às mães.

Lucinha, mãe de Cazuzza, afirmou que iria morar com o namorado sem o filho para poder aproveitar melhor o relacionamento marital. Diante disso, Cazuzza explicitou o pedido para ir morar com ela. Esta situação expressa que as novas conjugalidades tornam-se como uma ameaça ao afeto e à segurança familiar, na perspectiva dos adolescentes.

Mocetao Cunha e Meirelles (2014) realizaram uma pesquisa com jovens portugueses pertencentes a família recomposta com a intenção de verificar a representação concedida ao novo membro no subsistema parental. As autoras mencionam que os significados são variáveis, possuindo interdependência com a relação estabelecida entre os novos e antigos membros familiares. As relações apresentadas pelos participantes da Dissertação são de afastamento, indiferença e uma rejeição ao desempenho do papel parental. Segundo Mocetao Cunha e Meirelles (2014), as relações de afastamento são configuradas pelo novo membro em função de ainda ser estranho ao sistema familiar, com a produção de sensação negativa. Já com a sensação de indiferença, o membro é conhecido, porém os filhos são alheios a união das famílias.

Neste eixo, foram construídas as analogias do banhista no mar para representar a relação de ambiguidade e dominação entre a vítima e ofensor; as características da água com a finalidade de simbolizar a indiferença do ofensor pela a vítima; "levar o caldo" no mar com a intenção de expressar a confusão ocasionada no adolescente frente à ambiguidade presente nos papéis maternos e a onda para apresentar a oscilação do investimento afetivo da mãe com o filho adolescente. As analogias possibilitam a expressão da constância do sentimento de ambiguidade nas relações entre os adolescentes, mãe e vítimas, o que inviabiliza a construção de lugar simbólico estático. Os adolescentes que cometeram a ofensa sexual transitam na posição de alto e baixo valor afetivo. Diante deste contexto, as vítimas atuam como a *cola de ligação* entre mãe e o adolescente, enquanto os padrastos ameaçam o lugar ocupado pelos adolescentes.

5.2 Eixo II – Vínculo

Fui... Mas, volto já

Este eixo pretende discutir a vinculação familiar a partir do conceito de pertencimento de Salvador Minuchin (1982). O sentimento de pertencimento é uma das consequências da construção da identidade familiar, bem como da individuação, sendo resultado das ações de diferenciação e adaptação ocorridas no sistema familiar (Minuchin, 1982; Costa & Marra, 2013). Além disso, o contexto da construção dos vínculos dos participantes desta pesquisa está atrelado às relações amorosas propostas por Bauman (2004) na conceituação de *amor líquido*. Bauman (2004) defende que, na modernidade, as relações são estabelecidas em redes, de forma que os laços afetivos são construídos e rompidos com maior facilidade. Dessa maneira, as pessoas não possuem segurança dos vínculos estabelecidos e a humanidade possui dificuldade em manter laços afetivos a longo prazo. Isto influencia na fragilização dos vínculos familiares e retira a humanidade das pessoas. Este contexto estabelece relação de interdependência nas díades ofensor - vítima e adolescente - mãe.

A díade ofensor - vítima será analisada através de algumas características da relação, como idade e gênero. As crianças que sofreram violência sexual possuíam de dois a 11 anos de idade, sendo que cinco anos é a média. Em relação ao gênero, são nove vítimas do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Esta diferença de idade entre o adolescente que cometeu a ofensa sexual e a criança vitimizada representa a presença de uma relação de poder. Benedicto et al. (2017) analisaram processos judiciais de adolescentes que cometeram ofensa sexual em Madrid, na Espanha, no período de 2006 a 2015 e discutiram os resultados de sua pesquisa a partir da diferença de idade entre adolescente e a vítima. Nos casos em que as vítimas possuíam idade inferior, igual ou superior ao adolescente, os autores apresentaram as características mais frequentes nesses grupos. De acordo com essa caracterização, esses adolescentes possuíam déficits psicossociais, baixa autoestima, isolamento social e carência afetiva, foram vítimas de

bullying no ambiente escolar e enfrentavam conflitos através da passividade e evitação. Além disso, Worling e Langton (2016), Ward e Beech (2016), Seto et al. (2015) Morfa (2003) e Seto (2002) apontam que estes adolescentes possuem baixo repertório de habilidades sociais, e Grant et al. (2009) e Seto et al. (2015) assinalam a vivência de violências anteriores. Diante do contexto exposto, estes adolescentes parecem não ter muitos modelos além de relações marcadas pela dominação e opressão presente nas situações de violência, além de possuírem pouco repertório comportamental para resolução de conflitos. Assim, parecem poder exercitar seu poder com pessoas mais jovens que eles.

Outro aspecto relevante é o gênero se apresentando como um desafio, um maior nível de transgressão, uma vez que rompe as barreiras sociais da heteronormatividade (Worling & Curwen, 2012). Apesar disto, nota-se que o sexo masculino da vítima e do ofensor se configura também como um facilitador, pois aumenta as atividades de convivência sem supervisão parental e evidencia a construção da sexualidade masculina. Desde seu nascimento, o homem recebe uma dupla mensagem: 1) ser homem é vantajoso; 2) Ninguém é homem até que seja comprovado. A masculinidade é construída coletivamente a partir da figura do iniciador e iniciante. Nesta condição, os meninos aprendem sobre seus corpos, seu comportamento e seu desejo. Especificamente sobre a sexualidade como uma aprendizagem construída nestas relações grupais, existe o ritual denominado "troca-troca". Este rito pode ocorrer em até cinco atos, os quais são: 1) olhar pornografia em grupos; 2) competição do tamanho do pênis; 3) demonstração da superioridade física através de simulação de brigas; 4) penetrar o vencido para expressar a superioridade sexual; 5) o vencido deve ser penetrado para selar o pacto da solidariedade masculina. Destaca-se que este ritual não tem prazer envolvido, apenas o exercício da dominação, que pode ocorrer por meio de manipulações e coerções físicas. Todos estes

atos devem ser mantidos em sigilo para que as pessoas não sejam expostas e para demonstrar a cumplicidade e solidariedade (Sousa, 2010). O ritual do troca-troca tem a intenção de permitir o reconhecimento da masculinidade entre os pares através de atos violentos, tal como a ofensa sexual.

A violência sexual entre ofensor e vítima do sexo masculino é uma relação de dominação e opressão que possibilita o pertencimento em grupos sociais masculinos, de forma que o adolescente pode expressar a sua virilidade sexual e a criança é iniciada o processo de construção da masculinidade. É importante ressaltar que, no contexto familiar, os adolescentes estão parentalizados, desempenhando atividades relacionadas ao cuidado dos irmãos, primos e vizinhos (Tomaz, 2013; Costa et al., 2015). O cuidado é considerado como uma expressão feminina por estar vinculado as práticas oriundas do amor (Zanello et al., 2015). Neste sentido, Chagnon (2008) compreende que a ofensa sexual é uma passagem ao ato em relação à luta contra a passividade, o que auxilia na modificação das fantasias de falta de virilidade e/ou prática de ações de feminilidade para um conjunto de fantasias viris. Desta maneira, a vinculação realizada através da ofensa sexual é referente à masculinidade.

No eixo anterior, relatou-se a relação de cuidado desenvolvido pelo adolescente como uma prática do papel social e familiar devido ao contexto de menor autonomia e maior dependência das crianças e a falta de adultos para promover este cuidado. Esta situação promove troca de afeto entre a criança e adolescente. Na perspectiva de gênero, compreende-se que o convite das crianças para brincar com os adolescentes após a revelação da ofensa sexual é compreendido como uma forma de verificar se ainda estão inclusos no grupo social masculino, uma vez que, com a revelação da ofensa sexual realizada pelas crianças, quebra o pacto de silêncio existente entre eles.

As situações de ofensa sexual nessa dissertação são compreendidas como um ato oriundo do processo de construção da masculinidade, sem a presença de vínculo. Imber-Black (1994) afirmava que as relações incestuosas equivaliam à necessidade de conexão, de forma que este dado demonstra uma mudança no apontamento feito por Imber-Black e o encontrado neste trabalho. Acredita-se que esta modificação da falta de vinculação seja decorrente das interações sociais com o *Zeitgeist* (espírito do tempo), onde as relações são líquidas e as vinculações frágeis (Bauman, 2004; 2011).

No eixo anterior, a díade mãe - adolescente foi denominada como uma relação onda devido aos frequentes rompimentos e aproximações. Esta instabilidade afetiva possibilita a construção de uma vinculação limitada entre mãe e filho, assim como é salientado por Costa (2013); Costa et al. (2014); Conceição et al. (2014); Grant et al. (2009); Seto et al. (2015).

Apesar do sentimento de solidão e abandono destes adolescentes relacionados aos contextos de rompimentos, conflitos e, violências, destaca-se que as mães não os deixam sozinhos ou sem ninguém para desempenhar relações de cuidado com estes adolescentes. Estas mães deixam os seus filhos com as avós, tias ou irmãs mais velhas, como pode ser percebido nos casos de Cazuzza que ficava muitas vezes com a tia Ângela; Cecília deixava geralmente o filho sozinho, mas nota-se quem fazia o papel de acompanhar o irmão na escola era Marisa. Na família de Renato Russo, parece que a família entendia que Maria do Carmo não tinha condições de cuidar do filho e a avó Fernanda, junto a irmã Simone, revezavam no cuidado deste adolescente. Cláudio Clan foi cuidado pela avó e pela tia-avó, quando a mãe estava internada em uma clínica e o pai estava preso, e mesmo após o retorno dos pais, as crianças e adolescentes ficaram sob os cuidados da avó e da tia-avó. Na família de Chico Science, isso acontecia com Fátima e Gilmar, os quais eram netos de Rita, que promovia cuidados aos mesmos. Observa-se que, em todas estas famílias, as

tias, as irmãs e em especial as avós desempenham atividades de cuidado a estes adolescentes e estas crianças.

A antropologia já relatava um fenômeno semelhante que é denominado como a circulação de crianças. Esse fenômeno foi inicialmente observado na África e refere-se ao deslocamento físico de crianças irem morar fora de os núcleos familiares motivados pelos pais não terem condições concretas de cuidar dos filhos (Medeiros & Lemos, 2010), em alguns momentos podendo ter a visitação das mães. Nas famílias da pesquisa, o deslocamento é realizado geralmente pela mãe, pois a criança fica em lotes com avós sem ter algum deslocamento. Estas mães saem dessas casas devido a internações psiquiátricas, novas relações amorosas e trabalho. Nota-se que quando as famílias estão em situações de intensa violência, o deslocamento é realizado por ambos, mães e crianças, como é perceptível na história de Cláudio. Marilena, após ter sofrido violências físicas, psicológicas e ter sido internada, é afastada do ambiente familiar. Nessa mesma situação, as crianças foram para a casa da avó e depois para a casa da tia- avó. No entanto, além do deslocamento da mãe, há outra diferença, que é a terceirização do cuidado, onde estas avós são responsáveis pelo cuidado dos adolescentes, mas não são reconhecidas como as mães das crianças e dos adolescentes.

É importante destacar que o fato de essas mães darem seus filhos para outras pessoas criarem ou desempenharem o papel materno de forma instável não faz delas péssimas mulheres. Ressalta-se que estas famílias possuem múltiplas carências, ou seja, é um grupo familiar com dificuldades de assegurar as necessidades básicas de sobrevivência, tais como falta de moradia, sem renda fixa, sem acesso à educação, cultura, dentre outros (Costa et al., 2013). Além disto, estas mães são mulheres pertencentes a famílias monoparentais femininas, onde o foco destes grupos está em manter todas as pessoas vivas (Costa & Marra, 2013). Logo, estas famílias têm como prioridade a garantia

da sobrevivência. Salienta-se ainda que essas mães tiveram o deslocamento forçado devido a situações de conflitos e violências que colocavam em risco a sua vida e a dos filhos, como aconteceu com a Cacilda, que precisou fugir da família nuclear e depois fugir da região nordeste com os filhos para garantir a vida de todos(as).

Exatamente por causa destes movimentos, os adolescentes possuem grande desejo de se vincularem de vez a estas mães, pois elas emitem sinais de que lutam para ficar com os filhos. Marilena, em uma situação que Marcos (pai de Cláudio Clan), não acreditava ser pai de Alessandro e o agredia física e psicologicamente, decidiu entregar o filho para um tio em que confiava. Marilena tentou salvar a vida desse filho, pois não sabia até quando conseguiria garantir a vida do mesmo nesta situação. Algo semelhante pode ser observado em Margareth quando ela decide romper com a vivência de violência e sai de casa com os filhos. Esta mãe passa a noite em um ponto de ônibus com todos os filhos. Essas mulheres entenderam que ser mãe é garantir a vida destas crianças. Acredita-se que esta forma de execução da maternagem e da vinculação esteja ligada aos contextos socioculturais que estão inseridos e explicitados acima, de forma que o acompanhamento destas mães aos filhos não é expresso na presença, no diálogo ou em outras expressões de afeto, mas em garantir que continuem vivos. Esta compreensão da realidade nos permite informar que a maneira de vinculação e expressão de afeto ocorre de formas diferentes das conhecidas tradicionalmente.

O movimento de rompimento e aproximação proporciona uma vinculação frágil e expressões de afeto ambíguas. A vivência dessa situação na adolescência apresenta implicações no processo de construção da identidade. No período da adolescência, é importante o aumento da participação em outros grupos sociais para auxiliar no processo de separação (Minuchin, 1982; Andolfi & Mascellani, 2012), no entanto os adolescentes desta pesquisa permanecem a maior parte do tempo dentro de suas casas. Este é um

apontamento realizado por Costa (2013) de como o controle das mães com os adolescentes, neste contexto, dificulta a separação. Apesar do alto controle das mães sobre a vida dos adolescentes, geralmente, eles ficam em casa sozinhos. Este contexto proporciona que os adolescentes mantenham relações de dependência com as mães com extrema instabilidade e confusão a respeito do lugar ocupado na vida das genitoras. A situação relatada intensifica as experiências de crise vivenciadas pelos adolescentes, de forma que dificulta o processo de construção da identidade. O adolescente não sabe como comunicar isso e pede ajuda através do ato da ofensa sexual (Chagnon, 2008; 2017; Costa et al., 2013).

O eixo denominado Fui... Mas volto já expressa o frequente movimento de aproximação e rompimento entre a mãe e o adolescente, ocasionando uma frágil vinculação. Ainda assim, devido às aproximações de mãe e filho serem marcadas por grandes provas de amor que os mantêm vivos, estas mulheres permanecem na posição de alto investimento de desejo de vinculação. Já o vínculo entre o adolescente que cometeu a ofensa sexual e a vítima demonstra ser inexistente, de forma que ambos estão preocupados com a vinculação em grupos sociais pertencentes à masculinidade.

5.3 Eixo III - Comunicação

[In] visibilidade do sofrimento da família em situação de ofensa sexual.

No eixo da comunicação, pretende-se analisar as mensagens verbais e não-verbais transmitidas aos membros da família (Féres-Carneiro, 1996), discutindo-se como a mesma ocorre e como os significados oriundos da vivência da ofensa sexual são construídos. Após a revelação da ofensa sexual, as mães apresentaram intenso sofrimento, afastando-se dos filhos, diminuindo as conversas entre eles, praticando violência física

contra os adolescentes e não acreditando no que havia acontecido. As reações apresentadas indicam decepção e raiva devido à sensação de fracasso como mãe, por não terem conseguido identificar esses comportamentos dos filhos adolescentes e, conseqüentemente, proteger as vítimas (Costa, 2011; Oliveira et al., 2014; Marra, 2015). A sensação de fracasso e vergonha era algo nítido nas mães dos atendimentos do GM, assim como Costa (2011) aponta em seu artigo que avalia a metodologia utilizada no atendimento dessas famílias. Esta condição tende a durar enquanto está vivência não é ressignificada, de forma que, apesar de a revelação ter ocorrido de oito meses a dois anos antes do início dos atendimentos, esse sentimento permanecia latente em todas as mães. Desta maneira, é importante garantir o apoio aos familiares, porque também são impactados com esta vivência e podem participar no aumento do movimento de exclusão do adolescente em relação à família extensa (Ferreira, 2002). O atendimento aos familiares das pessoas em situação de violência sexual, vítimas ou autores, é orientado no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - PNEVSCA (Brasil, 2013). Seto (2008) afirma que, independente da diferença tempo entre a prática do ato ofensivo e o atendimento, é importante garantir o apoio devido às conseqüências da prática da ofensa sexual.

Diante desse sofrimento das mães, a solidão dos adolescentes foi intensificada. O sentimento subjacente a toda esta condição, é a possível rejeição aos filhos. Vale ressaltar que os sentimentos de abandono já existiam, estando presentes nos rompimentos afetivos ou na terceirização dos cuidados. No entanto, com a situação da ofensa sexual, o sentimento de abandono foi intensificado. De acordo com Ferreira (2002), as famílias tendem a isolar a pessoa que comete a violência sexual através da diminuição da comunicação verbal e das expressões de afetos, uma vez que os membros familiares passam a ter medo de se aproximar do autor de violência. Além deste movimento na

dinâmica familiar, este comportamento está vinculado também aos estigmas do ato praticado, assim como Margareth chama Russo Passapusso de *monstro*. A prática da violência sexual ainda é vista como a total desumanização da pessoa que a comete.

A revelação da violência sexual levou a família a criar estratégias de afastamento do adolescente que cometeu a ofensa sexual da criança vitimizada, com o aumento da supervisão parental para que a proteção fosse efetivada. Em um segundo momento, as famílias passam a diminuir o valor do ato ofensivo praticado. Isso ocorreu quando Maria do Carmo e Cecília consideraram um exagero das mães afastarem o adolescente das crianças ofendidas e quando a vítima é representada por adultos nas Esculturas Familiares ou nem estão presentes nas mesmas. Chagnon (2017) aponta que famílias com a vivência de incesto tendem a negar o sexo e as diferenças existentes entre a geração da vítima e a do ofensor, ou seja, invisibilizam as relações de poder e dominação presentes na violência sexual. Essas reações familiares representam maneiras de lidar com o sentimento de fracasso, culpa e impotência (Oliveira Jr et al., 2014; Marra, 2015; Domingues, 2016). A manifestação deste mecanismo está alicerçada nas vivências da violência, banalizadas transgeracionalmente (Santos & Mooré, 2011; Nogueira da Silva Costa, 2012; Falcke & Wagner, 2014), bem como em crenças disfuncionais presentes no machismo (Worling & Langton, 2016; Ward & Beech, 2016; Javaid, 2016).

As estratégias elaboradas pelas famílias, e apontadas acima, foram estabelecidas a partir dos atos violentos, sem que houvesse uma conversa anterior com a criança ou o adolescente. Estes modos de agir das famílias promovem algumas mudanças na interação familiar para garantir a proteção das crianças, e possibilitam o surgimento de fantasias que têm como função justificar as atitudes que não são assumidas devido à falta de explicação sobre a tomada ou não de decisões. Como já assinalado anteriormente, as crianças não identificaram a ofensa sexual como uma violência, apenas como uma

vivência negativa. Além disso, esses adolescentes desenvolviam ações de cuidado com as crianças e possuíam uma relação de afeto com elas. Logo, o afastamento pode não ser compreendido como uma proteção, e sim como uma punição, aumentando o processo de culpabilização da vítima. Destaca-se que esse afastamento, na história de Zóe, foi do adolescente Nando Reis e do pai Sebastião, ou seja, a vítima perde relações de importância e afeto.

Em relação aos adolescentes que praticaram a ofensa sexual, seria importante que a família aproveitasse a oportunidade para uma conversa sobre sexo, sexualidade, e orientação da vida sexual, enfocando a liberdade e a dignidade à outra pessoa, independente do sexo e da faixa - etária. Oliver (2007) sugere este diálogo com a finalidade de orientar sobre a sexualidade, identificar os motivadores da ofensa sexual, bem como auxiliar os adolescentes a reconhecerem os prejuízos provocados na criança vitimizada. Além disso, seria útil que os adolescentes reconhecessem o ato praticado, uma vez que sete dos adolescentes dessa pesquisa negaram o ocorrido ou, quando assumiram a ocorrência do ato, afirmando que havia sido uma brincadeira ou que houve consentimento da criança. Estas justificativas são expressões das atitudes de suporte à ofensa ou distorções cognitivas, como é salientado por Ward & Beech (2016). A conversa dos familiares, reconhecendo o fato ocorrido, poderia auxiliar na compreensão e no reconhecimento da violência.

Diante disso, nem os adolescentes e nem as crianças conseguem compreender o ato praticado e sofrido como algo ofensivo, mas entendem que ficaram sozinhos, com sentimentos de menos valia, devido ao isolamento social. Esta situação possibilita que as vítimas possam crescer com o sentimento de culpa oriundo dos afastamentos dos vínculos importantes para elas.

Além disso, as famílias das crianças vitimizadas não as acompanharam no atendimento ou nas ações de responsabilização. A maneira que as famílias encontraram para lidar com a situação da violência sexual difere do que as políticas públicas e o PNEVSCA defendem, pois a lógica de interrupção da violência inserida nessas práticas aponta a direção para a comunicação aos órgãos públicos e o reconhecimento da necessidade de ajuda para lidar com aspectos internos da estrutura e da dinâmica de funcionamento das famílias. Deslandes e Paixão (2010) consideram estas práticas de interrupção como a política nacional mais eficaz para enfrentar este tipo de violência, sendo que esta orientação é contraditória às características familiares, como uma estrutura fechada e uma comunicação repleta de não-ditos.

A característica fechada da família remete à presença de redes sociais deficitárias, fragilidade nos laços afetivos, fronteiras rígidas e hierarquizadas (Araújo, 2002; Zappe & Dias, 2012; Moreira & Sousa, 2012). Estas qualidades familiares propiciam que este grupo familiar tente resolver internamente as situações de violências e conflitos. Faz-se necessário que as famílias possam solicitar apoio das políticas públicas que podem oferecer intervenções visando uma autorregulação das estratégias de enfrentamento dos conflitos, ajudando-as a assumir o fracasso de não terem conseguido garantir a proteção dos membros familiares (Minuchin, 1982).

A comunicação caracterizada por não-ditos possibilita a construção de segredos familiares, o que auxilia na manutenção de um jogo complexo e contraditório com a presença de sentimentos de ódio, paixão, amor, medo, lealdade e desejo pertencente às situações de violência (Imber-Black, 1994). Imber-Black (1994) salienta que os segredos são mantidos pela coerção e pelos acordos compartilhados com os membros através da lealdade familiar. As situações de violências intrafamiliar possuem maior durabilidade ocasionada por este contexto, que viabiliza a continuidade deste jogo.

O não-dito presente na comunicação sobre a violência parece garantir a invisibilidade do assunto, uma vez que o exercício do silêncio viabiliza a manutenção de um conteúdo não reconhecido. O silêncio garante um lugar de inexistência deste assunto (Bessa, Costa & Torres, 2016). De acordo com Bauman (2011), a modernidade líquida pressupõe relações virtuais, onde a imagem seja de alto valor. Desta maneira, para que algo exista, é necessário que seja visível e esteja no dito da comunicação. Nas Esculturas Familiares, quando as vítimas não estavam presentes nas “fotos” ou estavam representadas por um adulto, isto parece ser uma forma de indicar que a situação de violência não existiu. Assim, o não-dito é uma expressão da negação desta situação.

O intenso sofrimento presente na situação de um adolescente que ofende sexualmente uma criança, ambos pertencentes a uma mesma família, nos ajuda a compreender porque não conseguem dialogar sobre a ofensa sexual, demoram a levar as vítimas aos atendimentos, e apresentam uma estrutura fechada de interação e uma comunicação repleta de não-ditos. Ressalta-se que neste trabalho compreendemos que a "omissão" das mães é uma expressão do sofrimento. As lógicas presentes nas políticas de enfrentamento da violência referentes à comunicação aos órgãos competentes desta situação, o atendimento e o processo de responsabilização favorecem a externalização dos conteúdos da violência e atuam na mudança das características familiares citadas acima. Em última análise, seguir as lógicas orientadas pela política é uma maneira de desqualificar a dinâmica deste grupo familiar. Diante disto, estas famílias necessitam de acolhimento tanto pela experiência da violência sexual como pela alteração de qualidades estruturantes deste grupo.

A ofensa sexual constitui-se em um grande pedido de socorro por parte do adolescente. Pode-se ir adiante e dizer que também da família e da mãe. Apesar da compreensão do sofrimento dessas famílias em lidarem com a situação da ofensa sexual,

é importante salientar que a ofensa sexual funciona como um sintoma no ambiente familiar, ou seja, uma forma de a família pedir ajuda (Minuchin et al., 2008). Esses familiares já apresentaram outros sintomas, como uso abusivo de drogas, jogos de azar e transtornos mentais em gerações anteriores, como foi demonstrado nos Genogramas, no entanto essas situações foram enfrentadas e tratadas de modo similar à ofensa sexual: negação, silêncio, não dito. Os sintomas nessas famílias podem estar informando a frágil vinculação entre seus membros, as expressões afetivas limitadas, a pouca proteção, as relações de desrespeito com as mulheres e as crianças. Solicitar uma ajuda externa é uma forma de poder olhar para as estruturas e dinâmicas que unem estas pessoas, e construir jeitos alternativos de se relacionarem.

Assumir a existência da ofensa sexual é abrir a porta de uma avalanche de compromissos realizados pelas famílias na manutenção dos sintomas citados acima, sendo transferido de geração em geração. Além disso, tocar no assunto de como a violência entrou e se mantém nas relações familiares promove intenso sofrimento, como explicitado anteriormente e, como não foram superados, os membros familiares tendem a ressentir a culpa, o fracasso e a vulnerabilidade. Nota-se que essa dificuldade de falar da ofensa sexual é tocar em questões particulares das famílias a respeito da comunicação, dos vínculos, da afetividade e da proteção, o que está interligado com noções societárias onde a fala de uma criança é desconsiderada, a educação dos filhos deve ser a partir da violência e as mulheres servem para criar os filhos e cuidar dos esposos. As pessoas que tentam modificar os mitos das relações familiares são violentadas para que voltem à condição anterior (Neurbuger, 1999). A violência sexual pode ser um convite às famílias a olharem para o seu histórico de violência e tentarem estabelecerem outras maneiras de fazerem as pessoas pertencerem àquele grupo, além de revisitar as lógicas de poder disponibilizadas nas relações estabelecidas com crianças e mulheres e os preconceitos. A

família busca negar a violência sexual ocorrida como uma prevenção deste sofrimento e a confusão sobre a construção de papéis desiguais no mundo.

Ressalta-se ainda que a falta de diálogos sobre o assunto não auxilia no reconhecimento da violência e nem que providências acerca da falta de proteção, das mágoas, do ressentimento e da raiva sejam tomadas, assim como Frejat assinala. Esse adolescente relatou que reconhecia a violência praticada e se arrependia, mas nunca havia pedido desculpas à vítima, pois tinha medo de causar maiores problemas, tocando no assunto, já que ofensa sexual é um assunto proibido. Diante disto, nota-se que a proposição do diálogo poderia ser a possibilidade de restaurar os vínculos. Pedir desculpas não resolveria todos os danos provocados, mas poderia ser o início de uma conversa construtiva em prol de novas alternativas de enfrentamento desta situação.

Nos eixos anteriores, a ofensa sexual foi analisada como uma comunicação referente a um pedido de ajuda relacionado ao processo de construção da identidade, da virilidade masculina, do abandono e de uma possibilidade de expressar o poder diante das relações desiguais vivenciadas, assim como Chagnon (2017) defende. Além disso, a ofensa sexual configura-se como uma alternativa de uma grande comunicação que convida a família a observar as relações familiares e construir novas existências desse grupo familiar.

Este eixo torna explícita a negação dos membros familiares a respeito da ocorrência da ofensa sexual como uma maneira de preservar os vínculos através da homeostase familiar. A ofensa sexual atua como uma denúncia das fragilidades do sistema familiar.

6. Considerações Finais

A pesquisa teve o objetivo de analisar a vinculação das famílias em situação de violência sexual através da identificação da qualidade dos vínculos e da percepção dos subsistemas sobre a ofensa sexual. Em relação aos vínculos, foi verificada a ausência de vinculação na relação ofensor – vítima e a afetividade ambígua das vítimas em relação ao adolescente que cometeu a ofensa sexual, bem como na díade mãe-adolescente. A ambiguidade é um estado oriundo da vinculação frágil e das vivências de aproximações e rompimentos. Já a percepção da ofensa sexual no subsistema fraternal é configurada como uma experiência desconfortante. O subsistema parental ora compreende a ofensa sexual como um ato violento e ora como uma brincadeira ou algo da fase do desenvolvimento sexual do adolescente. Observa-se que ambos os subsistemas possuem uma dificuldade de compreender a ofensa sexual com um ato violento, o que dificulta a responsabilização. Diante disto, o tema da violência sexual encontra-se como um assunto não dito, uma vez que o tema tem a potência de conectar a família com as inúmeras vulnerabilidades deste grupo.

As informações encontradas nesse trabalho apresentam um aprofundamento das relações entre mãe e adolescente que cometeu a ofensa sexual, bem como com a vítima. Costa et al. (2012), Costa (2013) e Conceição et al. (2014) já apresentavam o controle e a fragilização dos vínculos. A atual pesquisa possibilita agregar a dinâmica da ambiguidade presente nesta relação. Além disso, Arpini et al. (2013), Gonzalez- García e Carrasco (2016) consideram a relação da vítima e do ofensor como próximas, porém neste estudo foi verificado que, apesar da proximidade, há um empobrecimento de vinculação afetiva entre os dois. A ampliação dos conhecimentos a respeito da dinâmica da violência intrafamiliar e o cumprimento do objetivo da pesquisa foi possível devido à

multiplicidade de instrumentos que viabilizaram uma complementariedade dos dados, possibilitando apontar novas configurações.

Destaca-se ainda que essa pesquisa traz luz para um contexto pouco visibilizado, que é a ofensa sexual praticada entre adolescentes do sexo masculino, sendo a vítima um menino. Esse contexto é discrepante dos resultados das pesquisas González- Garcia e Carrasco (2016), Ramírez-Mora (2002), Benedicto et al. (2017), Brasil (2017) e Segovia (2016), que apontam a criança do sexo feminino como maior vítima dessa situação. Essa pesquisa não contraria esses dados estatísticos, mas possibilita ampliar a compreensão da dinâmica da ofensa sexual entre adolescentes e crianças do sexo masculino.

A partir das informações acerca da relação ofensor e vítima intrafamiliar, sugere-se que as pesquisas possam ampliar o contexto do parentesco, uma vez que as relações abusivas e incestuosas possuem a finalidade de produzir um sentimento de pertencimento, algo essencial para a construção de identidade. Nesta pesquisa aponta-se que a conexão estabelecida não é do ofensor com a vítimas, mas sim do ofensor com a mãe. Desta maneira, orienta-se que as pesquisas busquem maiores informações a respeito da composição familiar e das relações estabelecidas. Esse conteúdo poderá fornecer uma quantidade maior de informações que possam ajudar a compreender a complexidade da violência sexual. Essa orientação poderá auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas para o contexto familiar, pois este sistema necessita de intervenção nas situações de violência sexual. Desta maneira, proponho que o decreto 7.958/2013, que estabelece as diretrizes para o atendimento das vítimas de violência sexual, seja revisto e que o atendimento de saúde a todos os familiares (Brasil, 2013), além da vítima, seja acrescentado, assim como está preconizado no PNEVSCA (Brasil, 2013). É importante reconhecer o sofrimento da família e do adolescente, além da vítima, nas situações de ofensa sexual. Sugere-se que, além do olhar sistêmico para a situação de violência sexual,

sejam garantidos os recursos materiais e profissionais necessários para o desenvolvimento deste serviço nos planos orçamentários. Adicionalmente, recomenda-se que os cursos de ciências sociais, humanas e de saúde possam visibilizar a discussão da temática da violência sexual na formação com a finalidade de ordenar profissionais aptos para exercer a profissão neste crescente campo de atuação.

Além disto, esta pesquisa informa a complexidade e as múltiplas carências em que estas famílias estão inseridas. Estas características não devem estar presentes apenas na subjetividade deste grupo, mas também nas intervenções propostas, de forma que no atendimento ofertado possam ser consideradas questões referentes a renda socioeconômica, gênero, etnia, moradia, idade e diversas formas de sobrevivência. Isto significa que a mudança de paradigma que sustenta o contexto é a expressão da complexidade dos casos e a não resistência para participar das intervenções. Este apontamento convoca a Psicologia a ter compromisso social na produção de conhecimento e intervenções direcionadas à descriminalização e à diminuição da revitimização das famílias. Acredita-se que Costa et al. (2013) contribuem como uma proposta de atendimento que considera estas situações enunciadas através da intervenção psicossocial.

Ressalta-se ainda que tanto a dificuldade das famílias em lidarem com os efeitos da comunicação acerca da violência sexual, quanto o contexto supracitado inserido por estas famílias dificultam a garantia do atendimento a todas as pessoas em situação de violência sexual. Embora este atendimento seja preconizado no PNEVSCA (Brasil, 2013), muitas famílias ainda não são assistidas. Além de ser uma diretriz do enfrentamento desta violência, o atendimento é uma maneira de a família construir novas estratégias para superar o modelo da violência no ambiente familiar, ou seja, uma maneira de interromper o ciclo de vitimização e repensar posturas educativas. Neste sentido, as

lógicas capitalistas inseridas nas políticas públicas precisam avançar com a finalidade de que este direito seja assegurado, pois na saúde, na assistência social e na segurança pública os números possuem maior valor do que a garantia de direito. Desta forma, quando um usuário falta aos atendimentos, esta pessoa é desligada do serviço com a justificativa de falta de interesse ou de que a fila de espera está extensa, mas existem poucas alternativas para efetivar a ida da pessoa ao atendimento (Costa et al., 2013).

Neste sentido, salienta-se a necessidade de que os atendimentos promovidos sejam interdisciplinares e intersetoriais devido à característica de múltiplas carências. Além das diversas articulações que devem existir entre a saúde, assistência social, educação, segurança pública, destaca-se a necessidade do setor justiça estar articulado com a rede de proteção para além de encaminhamentos aos atendimentos. Ressalta-se que a Justiça, em parceria com o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, no eixo de defesa e controle, possa acompanhar e monitorar os atendimentos (Baptista, 2012). Este tipo de articulação se faz necessário para auxiliar na diminuição das atitudes de suporte para negação da violência praticada e sofrida, bem como para garantir a participação das famílias. Ressalta-se a articulação com o SGD com a intenção de construir alternativas que, além de favorecer ações de enfrentamento da violência sexual, possam assegurar os direitos de liberdade destes sujeitos.

Em relação ao cumprimento da medida socioeducativa, vale ressaltar que no processo de responsabilização do adolescente que cometeu a ofensa sexual, a família deve ser inserida nesta medida. Os profissionais devem auxiliar as famílias a encontrarem estratégias para lidar com as vinculações frágeis e a fronteira difusa e rígida com a intenção da identificação do sintoma, sem ser necessária a prática de um novo ato infracional (Zappe & Dias, 2012)

A política de Atenção à Saúde da Família e de Assistência Social dá destaque ao acompanhamento das famílias. Desta maneira, as informações ainda produzidas nessa dissertação possibilitam a construção de manuais para auxiliar os profissionais da saúde da família e da assistência social na identificação de configurações familiares que oportunizam a situação da ofensa sexual. Ainda no cunho de prevenção, é possível organizar campanhas onde seja apresentada a diferença entre jogos sexuais, ofensa sexual e parafilias, bem como os mitos entre brincadeira e consentimento.

Reconhece-se ainda que esta pesquisa foi focada no contexto familiar e com adolescentes *sex only*, apresentando resultados específicos e não podendo representar as demais situações de ofensa sexual praticada por adolescentes. Desta maneira, considera-se a importância de ampliar o contexto da pesquisa e avaliar como é estabelecida a relação vítima - ofensor nas ofensas praticadas nos contextos extrafamiliares e institucionais e com adolescentes *sex plus*. Apesar da multiplicidade dos instrumentos, salienta-se que a entrevista poderia possibilitar dados mais direcionados ao objetivo da pesquisa, no entanto tal foi impossibilitado devido ao contexto político-institucional.

Referências

- Afonso, T., Souza da Costa Silva, S., Ramos Pontes, F.A & Koller, S.H. (2015). O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), p.131-141. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309338439014>
- Alves, E.O. (2008). O Discurso do Especialista sob o Olhar da Proteção: Análise de um Caso. In C. M. B. Coimbra, L. S. M. Ayres & M. L. Nascimento (org.), *PIVETES: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário* (pp.99-115). Curitiba: Juruá.
- American Psychiatric Association (2013). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. Porto Alegre: Artmed.
- Andolfi, M. (1996). *Terapia Familiar*. Lisboa: Vega
- Andolfi, M. & Angelo, C.F. (1989) . *O Tempo e o Mito em Psicoterapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Andolfi, M. & Mascellani, A. (2012). *Historias de la adolescencia: Experiencias en terapia familiar*. Buenos Aires: Gedisa
- Antoni, C. & Koller, S.H. (2000). A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5(2), p.347-381. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2000000200004>.
- Araújo, M.F. (2002). *Violência e abuso sexual na família*. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000300009>
- Araújo, C.M., Oliveira, M.C.S.L. (2010). *Significações sobre o desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo*. *Educação em Revista*, 26 (03), 169-194. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000300009>

- Arpini, D. M., Witt, C.S., Savegnago, S.D.O., Lopes, M.D.C., & Siqueira, A.C. (2013). Violência Sexual Contra Adolescentes: "Ninguém quer ajudar, só julgar". *Adolescência & Saúde*, 10(1), p. 27-33. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=392
- Baptista, M.V. (2012). Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 109, p.179-199
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2011). *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar
- Benedicto, C., Roncesso, D., & Gonzalez, L. (2017). Agresores sexuales juveniles: tipología y perfil psicosocial em función de la edad de sus víctimas. *Anuário de Psicologia Jurídica*, 27, 33-42. <http://dx.doi.org/10.1016/j.apj.2016.05.002>
- Bessa, C. O., Costa, C. A. & Torres, M.S. (2016). O segredo e a sua força transgeracional em uma família. *Psicologia. PT*. Disponível: http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?o-segredo-e-sua-forca-transgeracional-em-uma-familia&codigo=A0969&area=D11A
- Bittar, E.C.B. (2017). Democracia e direitos humanos: diagnóstico do tempo presente a partir da realidade brasileira contemporânea. *RIDH*, 5(2), 79-116
- Bogaerts, S., Buschman, J., Kunst, M.J.J., & Winkel, F.W. (2010). Intra- and extra-familial child molestation and personality disorders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54(4), 478-493. <http://dx.doi.org/10.1177/0306624X09334519>
- Bowen, M. (1976). Theory in the practice of psychotherapy. In: P.J. Guerin (Org.), *Family Therapy: Theory and practice* (p.42-90) New York: Gardner Press.

Bozomenji-Nagy, I. & Sparks, G.M (1983). *Lealtades Invisibles*. Buenos Aires: Armorrutu.

Brasil (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Brasil (2009). *Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos contraceptivos*.

Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil (2009). *Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009*. Altera o Título VI da Parte especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores

Brasil (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes>

Brasil (2013). *Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013* - Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

Brasil (2017). *Resolução 19, de 7 de julho de 2017*. Dispõe sobre a participação de adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos adolescentes – CONANDA.

Brasil (2013). *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf

Brasil (1988). *Constituição Federal*. Brasília.

Brasil (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o sistema nacional de atendimento socioeducativo (sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a consolidação das leis do trabalho (clt), aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Brasil (2018). *Balço Anual Ouvidoria Disque Direitos Humanos 2017*. Brasília: Ministério de Direitos Humanos.

Brasil (2017). *Levantamento Anual SINASE 2014*. Brasília, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos.

Brasil (2018). *Levantamento Anual SINASE 2015*. Brasília, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos.

Brito, L.N.O. (2011). *Família Contemporânea: complexidades e desafios atuais*. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Butler, S. M & Seto, M.C. (2002). Distinguishing two types of adolescent sex offenders. *American Academy of Child Psychiatry*, 41(1), 83-90.
<http://dx.doi.org/10.1097/00004583-200201000-00015>

Cal, D & Santos, B. (2015). Adolescentes infratores na cena pública: como as media alimentam o debate sobre a redução da maioridade penal. *Contemporânea: Comunicação e Cultura*, 13(1), 140-158

Campos, M.S.V.O. (2009). *Estatuto da Criança e do Adolescente: A proteção integral e suas implicações político-educacionais*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista.

Disponível

em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90260/campos_msvo_me_arafcl.pdf?sequence=1

Carreiro, T.C. (2001). "A Doença como projeto" *Uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais*. In: Sawaia, B.(org). *As artimanhas da exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes

Carter, B & McGoldrick, M. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para vida familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas

Carvalho, A.A & Alves, J.E.D (2010). As relações entre o consumo das famílias, ciclos de vida e gênero. *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Minas Gerais.

Caviedes, P.A. S.(2017). *La pedofilia y pederastia carecen de tipología en el COIP; vulneran los derechos de los niños y adolescentes Del Ecuador*. Guayaquil:Universidade Laica Vicente Rocafuerte.

Celestino, V. R.R. & Bucher-Maluschke, J. S. (2015). Um novo olhar para a abordagem sistêmica na psicologia. *FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão*, 18 (3), 318-329.

Cenci, C.M.B., Teixeira, J.F. & Oliveira, L.R.F (2014). Lealdades Invisíveis: Coparticipação da Família no Ato Infracional. *Pensando Famílias*, 18(1), p.35-44.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100004

Chagnon, J.Y (2008). Les agressions sexuelles: un aménagement des troubles narcissiques-identitaires. *Paidéia*, 18(41), p.485-515. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423763007>

- Chagnon, J.Y. (2017). *Clínica e Psicopatologia dos autores de agressão sexual*. In: Amparo, D.M., Lazzarinni, E.R., Silva, I.M., Polejack, L.(org). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*, v.3. Brasília.
- Coimbra, C. M. B. & Ayres, L. S. M. (2008). Da Moralidade e Situação Irregular à Violência Doméstica: Discurso da (In) Competência. In: C. M. B. Coimbra, L. S. M. Ayres, M. L. Nascimento (Orgs.), *PIVETES: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá. 58-69
- Coimbra, C.; Bocco, F.; Nascimento, M. L. (2005) Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>
- Coimbra, C.M.B.; Nascimento, M.L. (2003) *Mito da periculosidade*. In: Fraga, P.C.P.; Lulianelli, J.A.S. *Jovens em Tempo Real*. Rio de Janeiro: DP&A, 19-36.
- Conceição, M. I. G., Penso, M. A., Costa, L.F., & Carreteiro, T.C.O.C. (2014). Relação pai-filho em adolescentes que cometeram ato infracional de natureza sexual e social. *Revista de Direito da Infância e da Juventude – RDIJ*, 2(3), 337-252.
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2017). *Direitos Sexuais são Direitos Humanos: Colêanea de textos*. Brasília: CECRIA.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2000). *Pesquisa em Psicologia com Seres Humanos*. Brasília: CFP.
- Conselho Nacional de Saúde – CNS (2012). *Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*, Recuperado em 14 de abril de 2016 de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Costa, L. F; Penso, M. A. (2014). A Compreensão da Família como Sistema. In: Costa, L. F; Penso, M. A; CONCEIÇÃO, M.I.G. *Abordagem à Família no Contexto do Conselho Tutelar*. São Paulo: Agora.

Costa, Penso, Junqueira, Meneses, Stroher, Bravin (2013). Atendimento às famílias em contexto de grande complexidade. In M. R. Seixas & M. L. Dias (Eds.), *A violência Doméstica e a Cultura da Paz* (pp. 125-135). São Paulo: Roca

Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., & Stroher, L. M. C. (2013). As relações familiares do adolescente ofensor sexual. *Psico-USF*, 18(1), 33–44. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712013000100005>

Costa, L. F., Junqueira, E. L., Ribeiro, A., & Meneses, F. F. F. (2011). “Ministério da obrigação adverte”: É preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances en Psicología Latino americana*, 29(1), 33–46.

Costa, L. F. & Santos, V. A. (2013). A natureza paradoxal das medidas protetivas em casos de violência sexual intrafamiliar. *Revista de Direito da Infância e da Juventude – RDIJ*. 1 (1), 281-300.

Costa, L. F., Marreco, D. F., Barros, J. F., & Chaves, M. N. S. G. (2015). Meninos Pré-Adolescentes que abusam sexualmente de meninos. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 61, 79-87.

Costa, F.A.O., Costa, L.F., & Conceição, M.I.G. (2014). O adolescente que cometeu abuso sexual extrafamiliar: motivação e sofrimento. *Subjetividades*, 14, 94-104. Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100009.

Costa, L.F., Junqueira, E.L., Meneses, F.F.F., Stroher, L.M.C., & Moura, M.G. (2012). Construindo conhecimento sobre o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Contextos Clínicos*, 5, 112-120.

Costa, F.A.O & Marra, M.M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), p.141-156. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011

Costa, F.A.O. (2013). *O Adolescente que cometeu abuso sexual: estudo da subjetividade no Contexto Clínico*. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília

Costa, L.F. (2011). Participação de famílias no Grupo Multifamiliar de Adolescentes Ofensores Sexuais: Vergonha e Confiança. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, 23(1), p.185 - 201. issn 0103-5665

Creswell, J.W. (2014). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing between Five approaches*. Porto Alegre: Penso.

Cruz, L. Hillesheim, B. & Guareschi, N. (2005). Infância e Políticas Públicas: Um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), p.42-49. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000300006>.

Cruz, A. M.A & Uziel, A.P. (2014). Transformações sociais e culturais da família: considerações iniciais a partir de um caso. *Conexões Psi*, Rio de Janeiro, 2(1), p. 57-83. ISSN 2318-2903

Distrito Federal. (2014). *Síntese de Informações Socioeconômicas*. Brasília: CODEPLAN.

Distrito Federal (2016). *Perfil Epidemiológico das Situações de Violência do DF. Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência*. Brasília-DF

Distrito Federal (2012). *Portaria nº 141, de 17 de julho de 2012*. Disponível em: <http://sintse.tse.jus.br/documentos/2012/Jul/19/diario-oficial-do-distrito-federal/portaria-no-141-de-17-de-julho-de-2012-institui-o>

- Domigues, D.F., Marreco, D.F., Junqueira, E.L., Meneses, F.F.F., Barros, J.F., Chaves, M.N.S.G. & Costa, L.F. (2015). Fantasias sexuais de Adolescentes que cometeram ofensa sexual: Recursos dramáticos em intervenção grupal. *Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias*, 5:1-22. Disponível em <http://sospsiquiatria.com/newsite/index.php/COPEN/article/view/331>
- Domingues, D.F. (2016). *Adolescentes em Situação de Ofensa Sexual Intrafamiliar: Conhecer e Intervir para Prevenir a Reincidência*. (tese de doutorado) Brasília: Universidade de Brasília.
- Engels, F. (1985). *Origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L.H. Morgan*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Esteves Vasconcelos, M. J. (2012). *Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas/SP: Papyrus.
- Esteves Vasconcelos, M.J. (1995). *Terapia Familiar Sistêmica*. Campinas: Papyrus
- Falcke, D; Wagner, A. (2014). A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição e conceitos. In: Wagner, Adriana. *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS
- Ferrari, D. C. A. (2002). Definição de Abuso na Infância e na Adolescência. In: D. C. A. Ferrari & T. C. C. Vecina (Orgs.), *O Fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática* (pp. 81-94). São Paulo: Ágora
- Féres-Carneiro, T., Magalhães, A. S. & Ziviani, C. (2006). Conyugalidad de los padres y proyectos de vida de los hijos frente al matrimonio. *Cultura y Educación, Salamanca*, 18, 95-108. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1174/113564006777115420>.
- Ferez-Carneiro, T. (1996). *Família: diagnóstico e terapia*. Rio de Janeiro: Vozes.

Fiorini, M.C. & Guisso, L. (2016). Teoria familiar sistêmica: retrospectiva história e perspectivas atuais. *Psicologia: o portal dos psicólogos*.

Fishman, H. C. (1989). *Tratamiento de adolescentes con problemas. Un enfoque de terapia familiar*. Buenos Aires: Paidós.

Florentino, B.R.B (2015). As possíveis conseqüências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144

Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir*. São Paulo: Paz e Terra.

Gadelha, S. S. (1998). *Subjetividade e Menoridade: Acompanhando o Devir do Profissional do Social*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos.

GIL, A.C. (1994). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1994.

Gonzalez- García, F. & Carrasco, M.A. (2016). Evaluación del perfil psicossocial en menores víctimas de abuso sexual: diferencias por sexo y edad. *Revista de Psicología Clínica con Niños y Adolescentes*, 3(2), 87-98. www.revistapcna.com - ISSN 2340-8340

Grant, J., Indermaur, J., Thornton, J., Steves, G., Chamarette, C. & Halse, A. (2009). Intrafamilial adolescents sex offenders: psychological profile and treatment. *Trends & Issues in crime and criminal justice*, 375,1-6.

Goldsmid, R. & Ferez-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, 13(2), 293-308. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682007000200006)

11682007000200006

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (3), 341-348.

Hoffman, L. (1981). *Foundations of family therapy*. Estados Unidos: Lybrary of Congress Cataloging in Publication Data.

Hohendorf, J. V., Costa L. S., Habigzang, L. F.& Koller, S. H. (2014). Documentary analyses of cases of sexual violence against boys reported in Porto Alegre. *Paidéia*, 24 (58), 187-195. doi: 10.1590/1982-43272458201406

Hollist, D. R., Hughes, L. A., & Schaible, L. M. (2009). Adolescent maltreatment, negative emotion, and delinquency: An assessment of general strain theory and family-based strain. *Journal of Criminal Justice*, 37, 379-387. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2009.06.005>

Holmes RM, Holmes ST. *Profiling violent crimes: an investigative tool*. New Delhi: US; 2002.

Imber- Black, E. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas

Jevaid, A. (2016). Feminism, Masculinity and Male Rape: Bringing Male Rape 'out of the closet'. *Journal of Gender Studies*, 24(3), p.283-293. Doi:10.1080/09589236.2014.959479.

Lansford, J. E., Miller-Johnson, S., Berlin, L.J., Dodge, K.A., Battes, J.E.,&Pettit, G.S. (2007). Early Physical Abuse and Later Violent Delinquency: A prospective Longitudinal Study. *Child Maltreatment*, 12(3), 233-245. doi: <https://doi.org/10.1177/1077559507301841>

Lauda, B.V.; Sousa, A.P.L.; & Koller, S.H. (2014). Opniões e vivencias de adolescentes acerca dos direitos ao respeito, à privacidade e à proteção contra a violência. *Psicologia & Sociedade*, 26(2). <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200016>

Lauritsen, J. L., & Carbone-Lopez, K. (2011). Gender Differences in Risk Factors for Violent Victimization: An Examination of Individual-, Family-, and Community-Level Predictors. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 48(4), 538-565. doi: <https://doi.org/10.1177/0022427810395356>

Leite, V. (2012). A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direito. *Psicologia Clínica*, 24(1), 89-103

Lordello, S.R. & Oliveira, M.C.S.L. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo Bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. *Psico*, 43(2), 260-269.

Marcelli, D. & Braconnier, A. (1989). *Manual da Psicopatologia do Adolescente*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Marra, M.M. (2015). *Do espaço privado para o público: construções narrativas com famílias em situação de abuso sexual* (tese de Doutorado). Brasília: universidade de Brasília

Medeiros, M.S(2014). *Disque 100: uma análise da eficácia ao longo do tempo*. Brasília: Universidade de Brasília

Medeiros, L. G & Lemos, F. C.S (2011). A produção da "circulação de crianças": entre capturas e nomadismos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 11(3),933-947. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8344>

Morin, E. (2003). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.

Meneses, F. F. F; Stroher, L. M. C; Setubal, C. B; Wolf, L. S; Costa, L. F (2016). Intervenção Psicossocial com o Adulto Autor de Violência Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes. *Contextos Clínicos*, 9(1), 98-108.

Mercado-Justiniano, G.Z. (2015). Ofensores sexuais juveniles: investigación del perfil psicossocial e intervención judicial em Puerto Rico. *Archivos de Criminología, Seguridad Privada y Criminalística*, IV(2), 1-17.

Meezan, W., O' Keefe, M.(1998). Evaluating the effectieness of Multifamily Group Therapy in Child Abuse and Neglect. *Research on Social Work Prattice*, 8 (3), 330-353.

Disponível em :
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.956.8794&rep=rep1&type=pdf>

Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Arte Médicas.

Minuchin, S., Lee, W. Y., & Simon, G. M. (2008). *Dominando a terapia familiar*. Porto Alegre: ArtMed.

Minuchin, S; Fishman, C.(1990). *Técnicas de Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas

Minayo, M. C. de S. (1998). *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo: Hucitec.

Moreira, M. I.C. & Sousa, S. M.G. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O social em questão*, 15(28), 13-26

Morfa, J.D. (2003). Ofensores sexuais juveniles. *Estudios de Juventud*, 62, p. 93 - 129.

Mocetao Cunha, C. & Meirelles, A. (2014). Modelos de representação face à recomposição familiar: olhares juvenis. *VIII Congresso Português de Sociologia*.

- Muniz, A. A.M. & Ferez- Carneiro, T. (2012). Função fraterna: reflexões a partir do filme Príncipe das Marés. *Psicologia em Revista*, 18(1), 41-56. DOI: 10.5752/P.1678-9563.2012V18N1P41
- Murrie, D. C. (2012). Assessment instruments for juveniles who sexually offend. In E. P. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie (Eds.), *Juvenile sex offenders: A guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 161-174). New York: Oxford University Press.
- Nascimento, M. L. (2002). *Pivetes: a Produção de Infâncias Desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Neuburger, R. (1999). *O mito familiar*. São Paulo: Summus
- Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Nogueira da Silva Costa, B & Costa, L.F. (2013). Perpetrador e vítima: o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 11 (2), 633-645. doi:10.11600/1692715x.11212180213
- Nogueira da Silva Costa, B. (2012). *Sexualidade e Violência em Famílias de Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual*. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília
- Nogueira da Silva Costa, B. (2012). O Filho de Ninguém: Estudo de Caso de Adolescente que Cometeu Ofensa Sexual. In:Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F. & Carreiro, T. C. O. (2012). *Jovens pedem socorro. O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Liber Livro.
- Oliveira Jr, J. R., Costa, M.C.O., Amaral, M.T.R., Santos, C.A., Assis, S.G., Nascimento, O. C. (2014). Violência sexual e co-ocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(3),59-77

- Oliveira, M.C.S.L & Vieira, A.O.M. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do self adolescente. *Educação e Pesquisa*, 32(1), 67-83
- Oliveira, M.C.S.L. (2006). Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. *Psicologia em estudo*, 11(2), 427-436. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200022>
- Oliver, B. E. (2007). Three steps to reducing child molestation by adolescents. *Child Abuse Negligent*, 31 (7), 683-689.
- Paixão, A. C. W. & Deslandes, S. F. (2010). Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. *Saúde Sociedade*, 19 (1),114-126.
- Paludo, S. S., & Schiró, E. D. B. (2012). Um estudo sobre os fatores de risco e proteção associados à violência sexual cometida contra adolescentes e jovens adultos. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 397-404.<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300007>
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F. & Carreteiro, T. C. O. (2012). *Jovens pedem socorro. O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília: Liber Livro.
- Penso, M. A.; Costa, L. F.; Conceição, M.I.G.; Carreteiro,T.C.O.C.(2013). As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional social e de natureza sexual. *Interações*, 25, 151-179
- Perelberg, R.J. & Miller, A.C. (1994). *Os sexos e o poder nas famílias*. Rio de Janeiro: Imago
- Pelissoli,C., Teodoro,M.L.M., Dell Aglio, D.D.(2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 256-269

- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: Pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas Em Psicologia*, 22, 301–311. <https://doi.org/10.9788/TP2014.2-03>
- Porreca, W. (2008). *Família: Sujeito Social geradora de Capital Social Familiar*. (Tese de Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social (UNESP). Franca/SP.
- Prates, J.C. & Prates, F.C. (2009). Problematizando o uso da técnica de análise documental no service social e no direito. *Sociedade em debate*, 15(2), 111- 125
- Przybylski, R. (2015). The effectiveness of treatment for adult sexual offenders. *SOMAPI- Research Brief*
- Rampazzo, L. (2005). *Metodologia Científica- Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. São Paulo: Loyola.
- Ryan, E. P. (2012). Changing perceptions of juvenile sexual offending in society and legal system. In E. P. Ryan, J. A. Hunter, & D. C. Murrie, *Juvenile sex offenders: A guide to evaluation and treatment for mental health professionals* (pp. 1-20). New York: Oxford University Press.
- Rolnik, S Guatari, F. &. (1986). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Rodgers, K.B., & McGuire, J.K. (2012). Adolescent Sexual Risk and Multiple Contexts: Interpersonal Violence, Parenting, and Poverty. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(11), 2091 -2107.<http://dx.doi.org/10.1177/0886260511432148>
- Said, A. P., Junqueira, E. L. & Costa, L. F. (2016). A passagem ao ato no abuso sexual intrafamiliar fraterno de menino. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 14, 5-12.
- Said, A. P. (2017). *Abuso Sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal*. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília

Santos, B.S., palestra denominada como "*Educação como Justiça Social*", na Universidade de Brasília, em 06 de novembro de 2017.

Santos, S.S., Dell'Aglio, D.D., (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15 (1), 50-64.

Santos, Ana Cláudia Wendt dos; Moré, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. (2011). Impacto da Violência no Sistema Familiar de Mulheres Vítimas de Agressão. *Ciência e Profissão*. Vol.31, nº1. Universidade de Santa Catarina

Sarmiento, I.V. & Baragán, A.A. (2014). Funcionamento familiar e incesto. In: González, P.G.; Vasquez, R. P.; Sarmiento, I.V.; Baragán, A.A.; Molinares, A.A.;

Molinares, D.M.; Herrera, P.P. F. (2014). *El incesto desde la perspectiva psicojurídica: Una mirada holística del delito para un tratamiento penitenciario eficaz*. Barranquilla: Universidade Simón Bolívar.

Satir, V. (1977). *Terapia do grupo familiar: Um guia para teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves

ShongutGrollmus, N. (2012). La construcción social de la masculinidad: poder, hegemonia y violencia. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 2(2), 27-65. Retrieved from: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475847408003>

Seto, M.C. (2012). Is pedophilia a sexual orientation?. *Archivo Sexual Behavior*, 41, p.231-236. DOI 10.1007/s10508-011-9882-6

Seto, M.C. (2008). *Pedophilia and sexual offending against children*. Washington: APA.

Seto, M.C.; Babchischin, K.M.; Pullman, L.E & McPhail, I.V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, p. 42-57.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2015.04.001>

Simon, F.B.; Stierlin, H.: & Wynne, L.C. (1998). *Vocabulário de Terapia Familiar*. Barcelona: Gedisa

Silva, E.C. (2006). *O agressor sexual de crianças no contexto sócio-jurídico*. Brasília: Universidade de Brasília.

Silveira, J.M (2013). A sexualidade da Criança no Cotidiano da Instituição Infantil. *Educativa*, Goiânia, 16(2). P.258 - 296.<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v16i2.3092>

Sposato, K.B(2013). A responsabilidade penal especial de adolescentes frente à função mítica do castigo, à redução da maioridade penal e outras banalizações. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (8), 1-12

Souza, M.T.S. & Oliveira, A.L. (2011). Fatores de Proteção Familiares, situações de risco, comportamentos e expectativas de jovens de baixa renda. In: Dell'Aglio, D.D. & Koller, S.H. (org.) *Adolescência e Juventude: Vulnerabilidades e contextos de proteção*. Porto Alegre: casa do Psicólogo

Sousa, E. (2010). Olhares sobre a identidade masculina. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST*, São Leopoldo, 21, p.34-42. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp>

Tomaz, A. (2013). *O abuso incestuoso entre irmãos e disfuncionalidade familiar*. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, sociais e da vida.

UNICEF (1989/2004). *A Convenção sobre os direitos da criança*. Brasília

Ward, T. & Beech, A. R. (2016). The integrated theory of sexual offending-revised. A multifield perspective. In: Wiley, J. & Sons(org.) *Theories, Assessment, and Treatment of Sexual Offending*. Doi: 10.1002/9781118574003.wattso006

Watzlawick, P., Beavin, J.H. & Jackson, D.D. (1967). *Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix. Watzlawick, P., Weakland, J.H. & Fisch,

Werner, M.C.M. (2010). Famílias e Situações de ofensa sexual. In: Valle, M.E.P.; Osorio, L.C. *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.

Worley, K.B., Church, J.K., & Clemmons, J.C. (2011). Parents of adolescents who have committed sexual offenses. Characteristics, challenges and interventions. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 17(3), 432-448.

Worling, J. R. & Curwen, M.A. (2012). *Estimativa de Risco de Reincidência de Agressão Sexual em Adolescentes. ERASOR*. (versão portuguesa). Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Porto

Worling, J.R. & Langton, C.M. (2015). A prospective investigation of factors that predict desistence from recidivism for adolescents who have sexually offended. *Sexual Abuse: a journal of research and treatment*, 27 (1), 127-142.

Worling, J.C. & Langton, C.M. (2017). Treatment of adolescents who have sexually offended. In: Boer, D.P. *Volume III: Treatment*. Canada: John Wiley & Sons.

Zanello, V.; Fiuza, G. & Costa, H.S. (2015). Saúde Mental e Gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3). P.238-246.

doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1483>

Zappe, J. G. & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Revista Estudos de Psicologia*, 17(3), 389-395.

Zebadua-Carbonell, J.P.; López-Moya, M.C. & Ascencio-Cedillo, E. (2016). Juventudes, identidades y transculturación. Um acercamiento analítico al Rock Indígena em Chiapas. *Revista LiminaR Estudios Sociales y Humanísticos*, XV(1), p.29-41.

ISSN: 1665-8027.